

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS VINICIUS REGAZZO

**OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ: O CASO DO
MUNICÍPIO DE LONDRINA**

CURITIBA

2023

MARCOS VINICIUS REGAZZO

**OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ: O CASO DO
MUNICÍPIO DE LONDRINA**

**The processes of institutionalization of Public Policies for Solidarity
Economy in the State of Paraná: the case of the Municipality of Londrina**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Curitiba.

Área de concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Marilene Zazula Beatriz.

CURITIBA

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



MARCOS VINICIUS REGAZZO

**OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ: O CASO DO MUNICÍPIO DE
LONDRINA**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 29 de Setembro de 2023

Dra. Marilene Zazula Beatriz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Mara Lucy Castilho, Doutorado - Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Dra. Marília Abrahão Amaral, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 29/09/2023.

https://sistemas2.utfpr.edu.br/dpls/sistema/aluno01/mpCADEDocsAssinar.pcTelaAssinaturaDoc?p_pesscodnr=231038&p_cadedocpescodnr=24...

Dedico este trabalho à minha família
e a todos/as trabalhadores/as e
sonhadores/as da Economia Solidária.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial aos meus pais, Maria e Roberto Regazzo pela dedicação e esforços em fazerem seus filhos chegarem à pós-graduação. Pelo apoio incondicional e ajuda mesmo diante das tantas adversidades. Obrigado pela compreensão dos meus momentos de ausência. Vocês são o meu exemplo de vida. Amo muito vocês!

Ao meu companheiro Felipe, pelo amor e incentivo que compartilhamos. Sem o seu apoio, paciência e cuidado essa conquista não seria possível. Muito obrigado!

Aos meus amigos-irmãos que me incentivaram, mesmo virtualmente, desde quando o mestrado era só uma vontade. Muito obrigado por cada sorriso compartilhado, cada palavra dita, em especial nesta reta final, Jéverson e Rodrigo, pelos momentos de partilha e manutenção da saúde mental longe da tela do computador. Obrigado por tudo!

Aos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária pelo acolhimento, por me permitirem compartilhar a vida, os sonhos, as utopias e, principalmente, por me permitirem entrar em suas histórias, por tanto aprendizado compartilhado.

À professora Marilene Zazula Beatriz, pelos ensinamentos partilhados, pela confiança no meu trabalho desenvolvido, mesmo quando duvidava da minha capacidade. Muito obrigado pelo tempo dedicado neste estudo e pela vida doada em prol da Economia Solidária e de um outro mundo possível.

Aos colegas da pós e do grupo de estudo em Tecnologia Social e Economia Solidária, especialmente a Ray e o Lucas, por me acolherem muitas vezes em Curitiba, por escutar e ajudar na construção desta dissertação.

Às professoras da banca examinadora por todas as contribuições e partilhas, muito obrigado!

À CAPES pelo financiamento da pesquisa (código de financiamento 001) e ao PPGTE-UTFPR pela possibilidade de colocá-la em prática. Contudo, nada disso seria possível, sem a presença sagrada de Deus em cada passo mantido e em cada pessoa que caminhou essa jornada comigo. Obrigado por tudo!

“A ciência, a tecnologia, só valem o nosso pensamento
e as nossas mãos se nos humanizarem mais”
(Casaldáliga, P. s/d).

RESUMO

REGAZZO, Marcos Vinicius. **Os processos de institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado do Paraná: o caso do município de Londrina.** 2023. f.201 Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2023.

A partir da primeira metade da década de 2000 foram implementadas no Brasil políticas públicas (PP) voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária (EcoSol) como estratégia de inclusão por meio da geração de trabalho e renda. A EcoSol pode ser compreendida como um movimento social, assim como, um setor econômico. É formada por agrupamentos de pessoas que lutam para a valorização do trabalho em que, o/a trabalhador/a e o seu saber, sejam o centro e não o lucro, assim como, a satisfação plena das necessidades da vida e a justiça social na produção. Estes agrupamentos (Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária, Representantes do Governo) trabalham em rede, assessoram, produzem, comercializam bens e serviços, trocam e se organizam/associam tendo os princípios da autogestão, da cooperação, da solidariedade, o cuidado com o meio ambiente como pilares da ação. O presente trabalho teve por objetivo de analisar a participação popular e o diálogo com os representantes do Estado nos processos de elaboração e implementação da política pública de economia solidária em Londrina, Paraná. Bem como, por objetivos específicos: contextualizar o processo de institucionalização da PP Estadual de EcoSol; descrever o contexto da PP de EcoSol do município de Londrina; e analisar como se deu o processo de elaboração da PP de EcoSol em Londrina. Para entender o fenômeno das relações entre a teoria e o objeto de estudo usou-se várias abordagens metodológicas. Quanto a abordagem do problema, esta pesquisa se classifica como qualitativa, com cunho descritivo em relação aos objetivos, com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica, documental para o levantamento das leis e/ou programas municipais que fomentam à EcoSol e estudo de caso com entrevistas semiestruturadas para a análise dos processos de elaboração e implementação da PP de EcoSol em Londrina. As análises dos dados tiveram por base teórica o campo da Ciência Tecnologia e Sociedade e os Ciclos de Políticas Públicas. Os resultados da análise apontam que, os processos de institucionalização estadual e municipal, obtiveram avanços após ações em rede dos atores/atrizes da EcoSol ao pressionarem os agentes públicos na arena política. Assim como, é possível afirmar que o movimento de EcoSol estudado demonstrou atuar na perspectiva crítica do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade desde a proposição de mecanismos de participação popular, passando pela elaboração de artefatos tecnológicos por meio da tecnologia social como o processo autogestionário de comercialização, a articulação de redes locais de EcoSol, bem como, a elaboração da própria Política Municipal de Economia Solidária.

Palavras-chave: economia solidária; políticas públicas; participação popular; Ciência, Tecnologia e Sociedade.

ABSTRACT

In the first half of the 2000s, public policies (PP) were implemented in Brazil aimed at consolidating the Solidarity Economy (EcoSol) as a strategy for inclusion through the generation of work and income. EcoSol can be understood as a social movement as well as an economic sector. It is formed by groups of people who work for the valorization of work in which the worker and his/her knowledge are the center and not the profit, as well as the full satisfaction of life's needs and social justice in production. These groups (Solidarity Economic Enterprises, Solidarity Economy Support and Promotion Entities, Government Representatives) work in a network, advise, produce, market goods and services, exchange and organize themselves with the principles of self-management, cooperation, solidarity and care for the environment as the pillars of their action. The objective of this study was to analyze popular participation and dialogue with state representatives in the processes of drafting and implementing public policy on the solidarity economy in Londrina, Paraná. The specific objectives were: to contextualize the process of institutionalization of the State EcoSol PP; to describe the context of the EcoSol PP in the municipality of Londrina; and to analyse how the process of drafting the EcoSol PP in Londrina took place. In order to understand the phenomenon of the relationship between theory and the object of study, various methodological approaches were used. As for the approach to the problem, this research is classified as qualitative, with a descriptive nature in relation to the objectives, with technical procedures of bibliographical research for the theoretical foundation, documentary research for the survey of municipal laws and/or programs that promote EcoSol and a case study with semi-structured interviews for the analysis of the processes of elaboration and implementation of the EcoSol PP in Londrina. The theoretical basis for the data analysis was the field of Science, Technology and Society and Public Policy Cycles. The results of the analysis show that the state and municipal institutionalization processes made progress after EcoSol actors/actresses took action in networks to put pressure on public agents in the political arena. It is also possible to state that the EcoSol movement studied has demonstrated that it acts from the critical perspective of the field of Science, Technology and Society, from the proposal of mechanisms for popular participation, to the development of technological artifacts through social technology, such as the self-managed commercialization process, the articulation of local EcoSol networks, as well as the development of the Municipal Solidarity Economy Policy itself.

KEYWORDS: solidarity economy; public policy; popular participation; Science, Technology and Society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Construção histórica do ideário da Economia Solidária.....	35
Figura 2 - Trajetória da Economia Solidária no Brasil.....	44
Figura 3 - Rede organizativa da Economia Solidária no Brasil.....	51
Figura 4 - Visões sobre a Tecnologia.....	62
Figura 5 - Concentração dos conceitos de políticas públicas.....	71
Figura 6 - Estrutura de operacionalização/gestão de políticas públicas.....	76
Figura 7 – Categorias de atores/atrizes segundo relação com o governo	79
Figura 8 - Ciclo das políticas públicas.....	88
Figura 9 - Classificação de agenda política.....	90
Figura 10 - Linha do tempo dos principais fatos da Política Pública de Economia Solidária em âmbito nacional (2001-2023).....	100
Figura 11 - Mapeamento inicial dos municípios do Estado do Paraná com Leis de Economia Solidária.....	113
Figura 12 - Localização geográfica do município de Londrina/PR.....	116
Figura 13 - Linha do tempo das atividades estaduais da Economia Solidária do Paraná.....	130
Figura 14 - Comitês de gestão do projeto do Programa Municipal de Economia Solidária em Londrina – PR.....	150
Figura 15 - Início do processo de institucionalização da política pública de EcoSol no município de Londrina.....	156
Figura 16 - Estrutura de operacionalização/gestão de políticas públicas aplicada à Política Pública de Economia Solidária do Município de Londrina.....	160
Figura 17 - Ciclo de Políticas Públicas aplicada à Política Pública de Economia Solidária do Município de Londrina.....	170

LISTA DE QUADROS E TABELA

Tabela 1 - Empreendimento criados, por triênio após 1986.....	47
Quadro 1 - Principais diferenças entre Economia Criativa e Economia Solidária.....	57
Quadro 2 - Correlações entre o desenvolvimento teórico na área de redes e as organizações da Economia Solidária.....	86
Quadro 3 - Documentos analisados na dissertação.....	111
Quadro 4 - Municípios do Estado do Paraná com Leis Municipais de Economia Solidária.....	114
Quadro 5 - Objetivos específicos e técnicas para coleta de dados.....	123
Quadro 6 – Correlações entre os objetivos, as perguntas do guia de entrevistas e as categorias de análise da pesquisa.....	125
Quadro 7 - Fatores sociopolíticos no contexto inicial dos ciclos da Política Pública de Economia.....	172

LISTA DE ABREVIATURAS

ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Microcréditos
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CADSOL	Cadastro Nacional de Economia Solidária
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEES-PR	Conselho Estadual de Economia Solidária do Paraná
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina
CERMA	Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CODEL	Companhia de Desenvolvimento de Londrina
COESOL	Conferência Estadual de Economia Solidária
CONES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
CPT	Comissão pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTS	Ciência Tecnologia e Sociedade
CUT	Central Única dos Trabalhadores
C&T	Ciência e Tecnologia
DEM	Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DRT	Delegacias Regionais do Trabalho
DRTSES	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária
EAFES/EAF	Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária
EC	Economia Criativa

EcoSol	Economia Solidária
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EPS	Economia Popular Solidária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEISOL	Feira de Economia Solidária e Geração de Renda
FPES	Fórum Paranaense de Economia Solidária
FRES	Fórum Regional de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIAP+	Lésbica, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero.
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
PACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PEA	População Economicamente Ativa
PJ	Pastoral da Juventude
PL	Projeto de Lei
PLFZ	Programa Londrina Fome Zero
PMDB/MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PMES	Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual

PPs	Políticas Públicas
PP EcoSol	Política Pública de Economia Solidária
PPGTE	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PROVOPAR-LD	Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
Rede ITCP	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
REJU	Rede Ecumênica da Juventude
RIU-PR	Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná
SEJUF	Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETI	Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCUISV	Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz
TS	Tecnologia Social
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
Unitrabalho	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	ANTECEDENTES DA PESQUISA.....	15
1.2	Introdução.....	18
2	ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGEM E ORGANIZAÇÃO.....	31
2.1	Conceitos e princípios da Economia Solidária.....	36
2.2	Economia Solidária no Brasil.....	43
2.3	O campo da Ciência Tecnologia e Sociedade e a Economia Solidária.....	58
2.3.1	Tecnologia Social e Tecnociência Solidária.....	64
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	68
3.1	Compreensões iniciais de Política Pública.....	69
3.2	Estruturas e decomposição das Políticas Públicas.....	75
3.3	Atores e atrizes de Políticas Públicas.....	77
3.3.1	Categorias de Atores e de Atrizes.....	78
<u>3.3.1.1</u>	<u>Atores e atrizes governamentais.....</u>	<u>79</u>
<u>3.3.1.2</u>	<u>Atores e atrizes não governamentais.....</u>	<u>82</u>
3.4	Redes de agregação de atores e de atrizes de Políticas Públicas.....	85
3.5	Ciclo de Políticas Públicas.....	87
3.5.1	Definição do Problema (Fase 1)	88
3.5.2	Inserção do Problema na Agenda Política (Fase 2)	89
3.5.3	Formulação (Fase 3)	92
3.5.4	Implementação (Fase 4)	93
3.5.5	Avaliação (Fase 5)	95
3.6	Políticas Públicas de Economia Solidária.....	97
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	106
4.1	Caracterização da pesquisa.....	108
4.2	Objeto da pesquisa.....	112
4.2.1	As Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado do Paraná..	112
4.2.2	Economia Solidária no Município de Londrina.....	115
<u>4.2.2.1</u>	<u>Programa de Economia Solidária em Londrina.....</u>	<u>117</u>
4.3	Sujeitos da pesquisa.....	120
4.4	Coleta e tratamento de dados.....	122

5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	127
5.1	A Política Pública de Economia Solidária no Estado do Paraná: um processo em (des)construção.....	127
5.2	As Políticas Públicas locais de Economia Solidária no Estado do Paraná: o caso de Londrina.....	142
5.2.1	O processo de institucionalização da Política Pública de Economia Solidária no Município de Londrina.....	143
5.3	A institucionalização da Economia Solidária em Londrina entre os anos de 2002 e 2008: um olhar desde os ciclos de Políticas Públicas e a CTS.....	158
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
	REFERÊNCIAS.....	185
	APÊNDICE A – Guia de entrevista semiestruturada.....	198
	APÊNDICE B – Termo de autorização de uso de imagem, voz e dados digitais e respectiva cessão de direitos	200

1 ANTECEDENTES DA PESQUISA

Não cheguei sozinho até aqui. Trago minhas vivências, minha história, o caminho percorrido, as pessoas que, no ato de caminhar e nos encontros realizados, deixei um pouco de mim e trouxe um pouco delas. Trago a minha família e os/as trabalhadores/as e sonhadores/as da Economia Solidária, os/as militantes da luta. Foi e é, a partir deles/as, que sou quem sou e estou onde estou.

Diante do contexto socioeducacional que o presente estudo foi idealizado e concretizado (2021-2023), fiz a escolha de utilizar ao longo do texto a flexão de gênero para se referir as pessoas. Entende-se que a flexão de gênero e suas performatividades vão para muito além de uma representação binária (homem e mulher) e que as identificações, para fora do aspecto binário, são válidas e respeitadas neste estudo. Entretanto, para garantir a fluidez da leitura, principalmente das pessoas ligadas à Economia Solidária (EcoSol), que em sua grande maioria não debatem academicamente as representações e performatividades de gênero, usar-se-á o aspecto binário, uma vez que as experiências, vivências e construções, individuais e coletivas, de si, dentro do movimento de EcoSol, se dão de modos distintos e díspares entre os homens e as mulheres.

Ressalva realizada, apresento-me. Sou o Marcos Vinicius Regazzo, homem-cis-gay, filho, irmão, tio, padrinho, namorado, brasileiro latino-americano, nascido e criado na terra roxa do norte do Paraná, Londrina. Filho de uma família de agricultores que migraram do interior do Paraná para o ABC paulista e vivenciaram os fatos que serão relatados adiante com as fábricas na década de 1980. Estes que retornaram ao Paraná, fixaram morada em Londrina e trabalharam muito para que seus filhos estudassem e hoje, ambos, chegaram à pós-graduação.

Dito isto, aponto que esse estudo é fruto de um pesquisador que tem 20 (vinte) anos de militância em movimentos sociais, dos quais, sete anos foram dedicados ao movimento de Economia Solidária.

Iniciei a minha militância na PJ – Pastoral da Juventude e nas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica nos anos 2000 e nos anos de 2010 atuei também junto à REJU – Rede Ecumênica da Juventude. Por 18 anos

estive diretamente envolvido na luta em defesa da vida das juventudes, em especial para o desenvolvimento de Políticas Públicas para os/as jovens. Passei por todos os níveis da estrutura da PJ, estando ainda na Coordenação Nacional quando ingressei no Mestrado em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Este caminho me aproximou de diferentes movimentos sociais, entre eles: o Movimento dos Trabalhadores Ruais Sem Terra – MST; a Comissão Pastoral da Terra – CPT; a Cáritas; o Movimento LGBTQIAP+; o Movimento de Fé-Política e o Movimento de Economia Solidária em 2015.

Todo este caminhar e trocas com as pessoas me levaram a cursar Psicologia. Hoje sou psicólogo, formado pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, oriundo das políticas afirmativas de cotas para os/as estudantes de escola pública. Possuo também uma especialização em Gestão de Projetos Sociais pela Universidade Pitágoras Unopar, no qual estudei os processos de implementação de um projeto social de Economia Solidária.

Durante o processo da especialização, trabalhava no Centro Público de Economia Solidária de Londrina, este que é parte do Programa Municipal de Economia Solidária. Na época, uma parceria da Prefeitura Municipal de Londrina com o Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR/LD. Sendo este o meu primeiro emprego após a graduação.

Com a Economia Solidária, implementada dentro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, pude experienciar o importante desvanecer entre as ideias teóricas recém aprendidas na Universidade com a realidade da prática no fazer profissional. Esta quebra foi importante pois me proporcionou uma (re)configuração enquanto psicólogo social/comunitário, me fez desfazer de uma linguagem técnica que somente os pares entendem e adotar um posicionamento e linguagem alinhada com a Educação Popular, fazendo-se entender e construindo juntamente com os/as trabalhadores/as caminhos possíveis de Economia Solidária e organização comunitária.

Neste ínterim, integrei a secretaria executiva do Fórum Regional de Economia Solidária do Norte do Paraná – FRES Norte PR juntamente com a Sandra Nishimura (*in memoriam*), pessoa que apresentou e me fez acreditar, mesmo diante de muitos limites, no poder transformador que a Política Pública de Economia Solidária tem na vida das pessoas. A Sandra foi responsável pelo

meu interesse em aprofundar os estudos na temática de Políticas Públicas de EcoSol.

Nos anos que seguiram integrei o Fórum Paranaense de Economia Solidária – FPES, durante a pandemia de Covid-19 assumi a secretaria executiva do FPES. Com o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE comecei a participar da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária – RIU/PR. Integrei a comissão que elaborou o texto da regulamentação da Lei Estadual de EcoSol em 2021, participei do grupo de trabalho que organizou o 8º Encontro Estadual da Economia Solidária do Paraná em 2021 e o grupo de trabalho de organizou a etapa estadual da 6ª Plenária Nacional de EcoSol. Recentemente assumi a cadeira de conselheiro titular pelas Entidades de Apoio e Fomento – EAFES no Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES-PR.

Em meio a todas essas ações, me mudei para Curitiba – PR para trabalhar na Cáritas Brasileira Regional Paraná em um programa para o acolhimento de pessoas migrantes de Boa Vista – RR, especialmente venezuelanos/as e cubanos/as. Neste período, em paralelo com as ações da Economia Solidária, assumi a cadeira de conselheiro suplente no Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná – CERMA. Assim como, pude me reinventar profissionalmente, uma vez que tive que encarar a barreira linguística e ter que, de modo popular/comunitário, realizar atendimentos em espanhol e em condições que envolviam a alta complexidade de um abrigo institucional e que afetam diretamente a saúde mental. Neste período também pude experienciar algumas poucas iniciativas de se trabalhar a Economia Solidária com pessoas migrantes.

Com o meu ingresso no Mestrado em Tecnologia e Sociedade do PPGTE, no meio da pandemia de Covid-19, tive medo, quão desafiador seria realizar um mestrado 100% online? daria conta de realizar as atividades? A minha saúde física e psicológica suportaria este processo? Aos poucos os medos deram lugar ao animador e difícil contexto da pós-graduação, estar mestrando não é fácil. Porém, nestes anos, pude experienciar que o processo de produção do conhecimento e tecnologia, em especial a tecnologia social, têm como início o lugar onde se encontra o/a pesquisador/a, compreendendo sua etnia, gênero, classe social e história de vida (Harding, 1993).

Ao participar das atividades propostas pelo Programa, do grupo de estudo em Tecnologia Social e Economia Solidária, assim como das atividades da RIU/PR, pude conhecer a área do conhecimento chamada Ciência Tecnologia e Sociedade - CTS, experienciar os meios não lineares de construção da tecnologia e ciência, a imprescindível participação da sociedade neste caminho e principalmente desenvolver uma visão crítica de todos os processos envolvidos, não só na área de tecnologia e sociedade, mas também na construção de conhecimento dentro da pós-graduação.

Sou o que Cunha e Santos (2011) chamam de pesquisador militante. Participo e partilho do projeto social e político do campo que estudo e continuo estudando. Corroboro com o apontado pelos autores ao afirmarem que esta situação não compromete a pesquisa, mas sim, a enriquece. A vivência dentro do campo estudado, segundo os autores, pode fornecer elementos que possibilitam uma análise mais rica sobre o fato ou a conjuntura observada.

Nesta minha caminhada, além da minha família e amigos/as, pude conviver com líderes comunitários, religiosos/as, líderes dos movimentos sociais, os/as trabalhadores/as da EcoSol, assessores/as e professores/as que me inspiraram, mostraram caminhos e acreditaram no meu potencial. Há um poema que a PJ transformou em mantra que diz: “caminheiro/a, você sabe, não existe caminho. Passo a passo, pouco a pouco, o caminho se faz”. Passo a passo cheguei até aqui e, passo a passo, vamos construindo a história, minha, sua, da pesquisa na área de Ciência Tecnologia e Sociedade, da Economia Solidária, da democracia, da Sociedade do Bem Viver.

1.2 Introdução

Peço licença para falar neste momento de/em Economia Solidária (EcoSol) utilizando uma metáfora. Ao falar e entender a EcoSol como um movimento de base, feito do povo e com o povo organizados em empreendimentos econômicos solidários (EES), sejam eles: grupos informais de trabalho; associações; cooperativas e redes, tendo as Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFES) e a Rede de Gestores/as de Economia

Solidária¹ como fomentadoras da EcoSol, é difícil não se falar de modo educativo e popular. Freire (1983) expõe que, se uma ação educadora quiser chegar à pessoa, deve ser de comunicação, não abstrata, mas concreta e inserida em uma realidade histórica.

Freire (1983) ainda aponta que os modelos de construção do conhecimento dominantes² apresentam-se em dicotomias excludentes, nas quais não se é possível ter uma simbiose de conhecimentos, em que, há uma predominância da técnica sobre a prática. Porém, o autor relata que o conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito diante do mundo. E que, em sua ação transformadora sobre a realidade, demanda uma busca constante e implica uma invenção e reinvenção (Freire, 1983). Ao observar o mundo do trabalho por essa ótica freiriana, é possível pressupor que os/as trabalhadores/as da EcoSol também são provocados/as, em suas práticas diárias pautados/as pelos princípios da EcoSol, em maior ou menor grau, a se reinventarem e ressignificarem suas ações de trabalho.

Pautado nesta linha de pensamento, de exemplos concretos inseridos na realidade, podemos observar a EcoSol com seus princípios, valores, atores e atrizes, estrutura, planos e projetos, como uma grande árvore. Sua origem pode ser considerada as raízes, que são múltiplas, nutrem e dão sustentação. Tais raízes, por vezes, são profundas e datam do século XIX na Revolução Industrial europeia com o início do movimento de trabalhadores/as organizados/as em cooperativas. Esta época também ficou caracterizada pelo desenvolvimento da ideia de aldeias cooperativas com Robert Owen (1771-1858), Saint-Simon (1760-1825) e Fourier (1772-1837), considerados pais do cooperativismo (SINGER, 2002)³.

¹ Entende-se por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) o nome dado aos diferentes modos de organização econômica que podem surgir para produzir algo, oferecer um tipo de serviço, comercializar um produto. Tais atividades devem promover uma vida melhor e com qualidade para seus membros. As Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAF) são organizações que realizam diversas atividades de apoio aos EES tendo por objetivo a formação e o desenvolvimento dos EES. A Rede de Gestores/as de Políticas Públicas de Economia Solidária, é uma rede formado por gestores públicos que fazem a gestão das políticas públicas nos municípios e Estados (Lanza; Camargo; Maccagnan; Garcia, 2014).

² Para um maior aprofundamento das perspectivas de construção e diferenças entre conhecimento hegemônico e conta-hegemônico produzido e aplicado à Economia Solidária, ler Ribeiro (2021).

³ Singer (2002) pontua que Robert Owen tinha um raciocínio econômico impecável, tentava mostrar que as aldeias cooperativas poupariam economicamente e, dessa forma, os menos favorecidos economicamente seriam reinseridos à produção.

Outra raiz associada a fundação do ideário da EcoSol, consiste na ancestralidade dos povos latino-americanos. Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) apontam que na América Latina, assim como no Brasil, o pensamento associativista ligado à EcoSol possui antecedentes ligados nas formas pré-colombianas de organização; a cosmovisão do Bem Viver⁴, assim como os sistemas coletivos adotados pelas pessoas libertas da escravidão no Brasil.

Por vezes, nesta grande árvore da EcoSol, pode ser encontrada raízes mais superficiais, que datam do século XX como a Economia Popular e Social⁵ da América Latina (Iaskio, 2007). Outras raízes ainda estão na superfície, são mais recentes, com suas origens no século XXI, como as intersecções entre Tecnologia Social (TS) e Tecnociência Solidária no Brasil. Thomas (2009), olhando para a realidade da América Latina, aponta a Tecnologia Social como “um meio de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais” (Thomas, 2009, p.27). O autor ressalta que tal tecnologia pode gerar dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social.

Fernandes e Maciel (2010, p.9) expõem que a TS “vem sendo discutida no Brasil por diferentes atores sociais, tais como: organizações da sociedade civil, universidades, integrantes do governo e trabalhadores”. Entretanto, há um grande desafio em superar a idealização de transferência de tecnologia para a inclusão social, uma vez que, a tecnologia predominante no século XXI é a tecnologia convencional ou capitalista, que tem por objetivo o lucro e a maximização da produção (Dagnino, 2010).

Fernandes e Maciel (2010) ainda apontam que um dos objetivos da TS é transformar a tendência vigente da tecnologia convencional, porém, para isso é necessário, segundo os autores, compreender a diversidade de aspectos que envolvem a construção de uma TS, como:

[...] a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade

⁴ Para um maior aprofundamento sobre o bem viver – *buenvivir*, *sumakkawsay*, recomenda-se a leitura de Acosta (2016).

⁵ Pode ser considerada um conjunto de atividades econômicas (fora do mercado hegemônico) e sociais que os/as trabalhadores/as fazem para viverem e não somente sobreviverem. A economia popular pode ser considerada ainda uma estratégia dos/as trabalhadores/as que estão desempregados e fora do mercado de trabalho (Lanza; Camargo; Maccagnan; Garcia, 2014).

socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos (Fernandes; Maciel, 2010, p. 09-10).

No intento de contribuir na construção de uma plataforma de conhecimento que seja contra-hegemônica e que ao mesmo tempo sirva a ciência e ao movimento de Economia Solidária, Dagnino (2019) apresenta a Tecnociência Solidária. Sendo identificada como:

um modo como os conhecimentos [coletivos e não privados] devem ser empregados visando à produção e ao consumo de bens e serviços em redes de economia solidária, respeitando seus valores e interesses, para satisfazer necessidades coletivas” (Dagnino, 2019, p. 63).

Cada raiz tem seu papel importante para compreender a Economia Solidária e serão aprofundadas adiante.

Mirando a árvore da EcoSol, é possível compreender que esta é reconhecida por sua capacidade de reunir trabalhadores/as de forma associada. Que, por meio dos princípios da: autogestão; solidariedade; cooperação; cuidado com o meio ambiente; a valorização da participação popular nos processos democráticos; e a valorização do conhecimento tácito adquirido ao longo da vida⁶, são potencializados para a geração de trabalho e renda (Fajado; Bento, 2017). Os princípios da EcoSol podem ser considerados o tronco desta árvore. Soma-se ao tronco as camadas das Políticas Públicas de EcoSol; da Agricultura Familiar; das Redes de Produção e Comercialização, que fortalecem, dão sustento e passagem para a seiva nutrir a copa.

Assim como um tronco de uma árvore fica marcado com o passar do tempo, a EcoSol também ficou/fica marcada pela realidade histórica onde está inserida, como foi o caso da crise petrolífera nas décadas de 1970/80 (Nunes, 2009; Schiochet, 2021); o desenvolvimento de políticas públicas em nível nacional nos anos 2000 (Brasil, 2015; FBES, 2021; Schiochet, 2021); a crise política em 2016 (FBES, 2016); o desmonte das políticas públicas de controle

⁶ Tais princípios serão explorados ao longo desse estudo.

social em 2018 (Brasil, 2019a; 2019b; FBES, 2021); e a pandemia de covid-19 em 2020 (Fronza; Schiochet; Lacerda; Roda, 2020; Schiochet, 2020).

É possível observar nesse tronco que a organização da EcoSol, enquanto um movimento nacional de trabalhadores/as, começou com a mobilização das Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFES), a Rede de Gestores de Políticas Públicas de EcoSol e dos grupos autogestionários que seguiam os princípios da EcoSol, para as atividades do I Fórum Social Mundial em Porto Alegre – RS em 2001. Toda essa mobilização culminou na constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que se desdobrou em ações regionais na criação de Fóruns Estaduais de EcoSol, assim como Fóruns Regionais e Locais (FBES, 2021).

A articulação do movimento de EcoSol fomentou a criação, a partir de 2003, de políticas públicas, projetos, programas e planos de EcoSol. Sendo elas, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada, na época, ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), assim como a criação do Conselho Nacional de EcoSol (CNES). A geração dessas estruturas possibilitou o desenvolvimento das Conferências Nacionais de EcoSol, do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e do Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL) (FBES, 2021).

Todavia, em meados dos anos de 1990, foram concretizados em âmbito municipais e estaduais, programas e projetos destinados para o fortalecimento da EcoSol como tática de inclusão social por meio de programas de geração de trabalho e renda em ações coletivas de grupos autogestionários. As Políticas Públicas de EcoSol deste período, estavam e algumas ainda estão associadas com a geração de trabalho e renda para além do paradigma emprego-salário (França Filho, 2006).

França Filho (2006) expõe que a inserção da EcoSol na agenda das políticas públicas de geração de trabalho e renda tende ao risco de carregar consigo a precarização do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, que há possibilidades, a partir de seus princípios e valores, no estabelecimento de relações de trabalho mais igualitárias e democráticas. Neste sentido, Benini (2004) explana que políticas públicas, em especiais as de EcoSol, podem subsidiar o poder público na construção de terrenos férteis e propícios para as práticas de EcoSol.

Com isso, chegamos à copa desta árvore, que pode ser considerada a organização da Economia Solidária no Brasil, grande, larga, com ramificações, folhas, flores e frutos. Esta que resiste, se adapta, se modifica, se transforma com a passagem das estações do ano. É possível observar na copa desta árvore os Empreendimentos de Economia Solidária, neste caso em seu aspecto mais amplo, ou seja: grupos informais; associações; clube de trocas; cooperativas sociais; empresas autogestionárias; redes de produção e comercialização; grupos da agricultura familiar; fundos solidários, entre outros. Na organização encontra-se também as Entidades de Apoio e Fomento; Ligas e Uniões. Assim como, as instâncias e Rede Governamental e os espaços de participação popular, deliberações e controle social (fóruns e conselhos em todas as instâncias).

A EcoSol não deve ser entendida somente por sua pluralidade teórica e econômica, mas também, em suas conexões espaciais que implicam em diversidade e complexidade peculiares a cada território. França Filho (2006) e Godoy (2014) apontam que a EcoSol passou de uma política de geração de trabalho e renda, iniciada em alguns municípios na década de 1990, para um modelo de desenvolvimento⁷ com ênfase no território por meio das políticas públicas do Governo Federal nos meados dos anos 2000, em especial o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (DRTSES) executada pela SENAES em âmbito nacional (DIEESE, 2022).

Com os primeiros ensaios de institucionalização⁸ da EcoSol e a proposição do Plano Plurianual 2012-2015 para o Governo Federal, que ratificou a dimensão de território e territorialidade como metodologia para ações em economia solidária, deram instrumentos ao movimento da EcoSol para fortalecerem a identidade e o pertencimento territorial. O território para o movimento da EcoSol, significa a instância de construção das identidades, que têm como valor o reconhecimento da vivência, do cotidiano e da cultura local. E

⁷ É importante ressaltar que a noção de desenvolvimento apontada pelos autores, assim como a adotada nesta pesquisa, é de um desenvolvimento não-linear com a participação popular desde o planejamento, passando pela execução, monitoramento e avaliação. Ou seja, um desenvolvimento em que os valores e interesses dos/das atores/atrizes sociais que serão beneficiados/as estejam em debate (Dagnino, 2019).

⁸ Por exemplo: a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; do Conselho Nacional de Economia Solidária; da Conferência Nacional de EcoSol.

esta ideia é basilar para a construção de políticas públicas de EcoSol (Godoy, 2014).

Mas afinal, o que é a Economia Solidária? Antes de aprofundar este ponto, torna-se necessário visitar uma expressão do Movimento de Inclusão de Pessoas com Deficiência, expressão esta que também se aplica aos estudos de EcoSol: “Nada sobre nós, sem nós” (Sasaki, 2007, p. 20). Partindo deste ponto, para responder à pergunta será apresentada a definição que uma trabalhadora de uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos, esta aponta:

à primeira vista essa pergunta pode parecer difícil, mas não é. Basta nos perguntarmos: o que nós que formamos os Empreendimentos Solidários, temos de diferente das empresas que tem patrão? Nós que trabalhamos com os princípios da Economia Solidária entendemos que ela é construída não segundo as regras do capitalismo vigente e sim da autogestão e solidariedade que faz com que nós o nosso empreendimento seja uma alternativa de geração de trabalho e renda para as pessoas excluídas do mercado de trabalho. Na prática essa alternativa nos dá a oportunidade que não encontramos em outros lugares, a de contribuirmos com a melhoria de vida de nossas famílias e, ainda, com o desenvolvimento local. Assim, fazemos com que nossa comunidade seja um local melhor para cada um e para todos [...] A Economia Solidária não é um jeito diferente de organizar o trabalho, é um estilo de vida pelo qual vale a pena lutar (Lanza; Camargo; Maccagnan; Garcia, 2014, p.11).

O Movimento de EcoSol, em sua Carta de Princípios, elaborada na III Plenária Nacional em 2003⁹, apresenta a EcoSol como sendo parte essencial de um:

[...] fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2003, s/p.).

Tendo a EcoSol como fundamento:

[...] a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da

⁹ A Plenária Nacional de Economia Solidária é a instância máxima de deliberação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Dá as diretrizes políticas para orientar a Coordenação Nacional e a Coordenação Executiva. Ver mais em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>

atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2003, s/p.).

Sendo a EcoSol parte dessa globalização humanizadora, como apontado pelo FBES anteriormente, Addor e Laricchia (2018) apontam a Economia Solidária e seus princípios¹⁰ como um modelo econômico antagônico ao sistema capitalista, retomando a origem do termo “economia”, que designa um conjunto de práticas humanas que atendam suas necessidades, não possuindo dependência e/ou mediação por moedas.

Ainda sobre as divergências entre o sistema capitalista e a economia solidária, Schiochet (2021), expõe que a EcoSol busca uma unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que potencializa a produção/produktividade, mas exclui os/as trabalhadores/as de todos os outros processos além da produção. Para o autor, a EcoSol resulta da convergência de lutas e ideias de diferentes grupos sociais que atuavam no desenvolvimento de propostas e projetos de outras economias¹¹. É importante ressaltar que essas outras modalidades de economia têm em comum o enfrentamento às contradições capitalista.

Ainda nesta perspectiva, Medeiros, Vilaça, Nunes e Dubeux (2018, p.65) relatam que:

A economia solidária apresenta-se como uma prática que reúne experiências de grupos e organizações de trabalho, formais ou informais, que procuram estabelecer valores e fundamentos particulares na realização do trabalho, recuperar o sentido político do produto do trabalho e reapropriar-se da economia em um horizonte social e político. A economia solidária torna-se, assim, parte das ações de resistência ao neoliberalismo, ao patriarcado e ao racismo, e busca construir uma ruptura com o modelo hegemônico capitalista que aponta para a exaustão da vida.

Dos aspectos metodológicos desse estudo, o ponto de partida foi a constatação do pesquisador, por meio de todo histórico vivenciado dentro do movimento de EcoSol no Estado do Paraná, de que, não há um consenso entres

¹⁰ Solidariedade, sustentabilidade, trabalho coletivo, cooperação, a prática da autogestão e a centralidade no ser humano (Addor; Laricchia, 2018).

¹¹ Tais como: economia social, economia popular solidária, economia dos comuns, economia feminista, economia de Francisco e Clara (Schiochet,2021).

os/as atores/atrizes do movimento sobre a participação de representantes do Estado, por exemplo, por meio da Rede de Gestores, diante dos processos de institucionalização da EcoSol.¹²

Tal situação pode gerar um atraso no desenvolvimento de mecanismos de controle social, por exemplo, as conferências e conselhos paritários entre outros mecanismos. Conseqüentemente, em uma postergação na implementação de programas, projetos e ações voltadas para a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária, bem como, perdas de recursos financeiros para a implementação das propostas elencadas pelos/as atores/atrizes da EcoSol.

Diante desta constatação, chegasse aos objetivos deste estudo, que teve por objetivo geral:

- Analisar a participação popular e o diálogo¹³ com os representantes do Estado nos processos de elaboração e implementação da política pública de economia solidária no município de Londrina – PR.

Bem como, por objetivos específicos:

- Contextualizar o processo de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária;
- Contextualizar as Políticas Públicas de Economia Solidária da cidade de Londrina; e
- Analisar como se deu o processo de elaboração das Políticas Públicas de Economia Solidária do Município de Londrina.

¹² Elaboração, implementação, monitoramento, avaliação (os ciclos de Políticas Públicas como foi abordado anteriormente). Tais processos podem resultar na criação de ambientes próprios da EcoSol como: leis específicas, conselhos, sistemas, secretarias, departamentos, planos, projetos, ações entre outros.

¹³ Se tem como chave de leitura e entendimento de participação popular e diálogo os apontamentos realizados por Paulo Freire (1995, 2021a, 2021b, 2021c), ou seja, quando as pessoas, em situação-limite assimilam a realidade, podem procurar soluções. Na participação as pessoas se identificam com a ação e fazem a história. “A participação é um exercício de voz, de não-silenciamento, de decisão, de direito de cidadania que se acha em relação direta, necessária com a prática educativa e a democratização das estruturas sociais” (Freire, 1995, p. 73).

No Estado do Paraná, os processos de institucionalização da EcoSol se deram, em algumas cidades, por meio de Políticas Municipais de Economia Solidária a partir de 2003. Uma pesquisa preliminar, por meio de relato de membros do Fórum Paranaense de EcoSol – FPES, aponta que há garantias legais para uma ação pública em EcoSol, uma vez que há Leis específicas¹⁴, nas respectivas cidades:

- Maringá (Lei nº 6379/2003);
- Londrina (Lei nº 10.523/2008);
- Paiçandu (Lei nº 1.951/2009);
- São José dos Pinhais (Lei nº 1.591/2010);
- Ponta Grossa (Lei nº 11.046/2012);
- Apucarana (Lei nº 161/2015);
- Cascavel (Lei nº 12.574/2015);
- Curitiba (Lei nº 14.786/2016).

O Estado do Paraná possui 399 municípios e os atores/atrizes do FPES conseguiram elencar apenas as cidades supracitadas, reforçando a necessidade de tal sistematização.

A partir dos anos 2000, com o processo de articulação do movimento de EcoSol no Paraná, foi estruturado Fóruns e Conselhos Municipais de Economia Solidária, assim como os Fóruns Regionais (FRES) e o Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES). Todo este movimento resultou em 20 de dezembro de 2018, na aprovação da Lei nº 19.784 que instituiu a Política Estadual de Economia Solidária e, em 20 de janeiro de 2020, foi publicado o Decreto nº 3.932 regulamentando a Lei Estadual. Mais recentemente, em 15 de dezembro de 2021, foi publicado em Diário Oficial o Decreto nº 9.818/2021 em que foi nomeada a primeira gestão do Conselho Estadual da Economia Solidária – 2022/2004 no Estado do Paraná (Paraná, 2018; 2020; 2021).

Assim sendo, buscou-se levantar elementos para a realização de uma análise sobre o processo de institucionalização da Economia Solidária no Estado

¹⁴ É importante ressaltar que não há registros de uma descrição e sistematização de leis locais, instituindo ou fomentando, políticas públicas de Economia Solidária que contemple todas as cidades do Estado do Paraná.

do Paraná, bem como, no Município de Londrina, dada a participação de todos os atores e atrizes da EcoSol no processo de institucionalização da política pública local. É importante ressaltar que, a regulamentação de uma lei, não necessariamente desencadeará em políticas públicas de EcoSol. Porém, é por meio de leis e regulamentações que se pode garantir/pressionar a ação pública dentro da temática (Schiochet, 2011).

Posto isto, a fundamentação teórica (capítulo dois) reúne elementos do campo da Economia Solidária acerca de sua história, com as raízes das cooperativas europeias no século XIX, o contexto histórico latino-americano, bem como, os conceitos e princípios da EcoSol. Para tal, foi utilizado como base de discussão os seguintes autores/as: Benini (2004); FBES (2003); França Filho (2006); Gaiger (2013); Gennari e Oliveira (2009); Iaskio (2007); Laville e Gaiger (2009); Miranda (2011); Singer (2002); Veronese; Gaiger e Ferrarini (2017).

Em seguida, ainda no capítulo dois, discorre-se sobre a construção do movimento de Economia Solidária no Brasil, os principais fatos ocorridos entre as décadas de 1980 a 2020 que tiveram impacto dentro do movimento. Assim como, os aspectos que fortaleceram o desenvolvimento da articulação nacional, como por exemplo, as plenárias e conferências nacionais. Para isso, utilizou-se os seguintes autores/as: Dagnino e Silva (2022), Gaiger (2014), Nunes (2009), Singer (2014), Schiochet (2021).

Posteriormente, apresenta-se as intersecções do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) com a EcoSol por meio do suporte teórico de: Cutcliffe (2003); Feenberg (2003); Latour (2001); Linsingen; Bazzo e Pereira (2003); Varsavsky (1969); Winner (1986), bem como, as consequências que uma tecnologia pode ter, seja nas associações humanas, no trabalho, na política e no Estado. Ainda dentro do campo da CTS, chega r-se-á com: Dagnino (2019); Lassanse Jr., Pedreira (2004); e Thomas (2009) às discussões sobre a Tecnologia Social e a Tecnociência Solidária.

Adentrando ao campo dos estudos e análise de Políticas Públicas e suas intersecções com a Economia Solidária, o capítulo três apresenta os temas: compreensões iniciais de políticas públicas; estruturas e decomposição das políticas públicas; atores e atrizes de políticas públicas; redes de agregação de atores e atrizes de políticas públicas; ciclo de políticas públicas e a políticas públicas de Economia Solidária em um recorte nacional. Para isso, utilizou-se

os/as seguintes autores/as: Chiariello, Fonseca e Moraes (2021); Dias e Matos (2012); Rosa (2013); Rosa, Lima e Aguiar (2021); Silva (2021); Schmidt (2019); Secchi (2015); Secchi, Coelho e Pires (2019); Serafim e Dias (2011); Silva (2021); Souza (2006) Schiochet (2009, 2011).

O capítulo quatro discorre sobre o percurso metodológico adotado nesse estudo, sendo este, caracterizado, quanto a abordagem do problema, em uma pesquisa qualitativa com cunho descritivo em relação aos objetivos, com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica, documental para o levantamento das leis e/ou programas municipais que versam ou fomentem à EcoSol e estudo de caso com entrevistas semiestruturadas para a análise dos processos de elaboração e implementação da política pública de economia solidária em Londrina.

No capítulo cinco, são apresentados os principais resultados encontrados, entre eles os processos de institucionalização da Política Pública de EcoSol no Estado do Paraná, assim como, no município de Londrina. Este último tendo um fator enriquecedor que foi a transição de uma política pública protagonizada inicialmente por agentes públicos, com pouca ou nenhuma participação dos EES, para uma política protagonizada por seus atores e atrizes sociais.

Ressalta-se que a adesão do pesquisador ao campo de estudos em CTS deu-se ao longo dos estudos no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Estando na condição de pesquisador militante, bem como, psicólogo gestor de ações sociais na área do trabalho com a Economia Solidária, em que na prática, quase nada se concretiza fora do campo da interdisciplinaridade. Viu-se nessa oportunidade, a compressão da política pública, em especial a de EcoSol, como um artefato tecnológico, este criado coletivamente, respeitando as necessidades da comunidade, potencializando-as dentro dos processos tecnocientíficos da criação de uma tecnologia, este que dialoga com as práticas de educação popular e pode ajudar na compreensão de uma tecnologia à serviço dos processos de geração de trabalho e renda de uma comunidade.

Considerando o exposto, compreende-se que uma tecnologia, bem como sua construção é situada, que por meio da compreensão dos elementos envolvidos no processo histórico-social de elaboração da tecnologia, é possível, conforme apontado por Feenberg (2004) em seu estudo da teoria crítica da

tecnologia, dar subsídios para o exercício da escolha tecnológica das pessoas/grupos envolvidos. A presente pesquisa se adere ao campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, em especial a linha de pesquisa em Tecnologia e Trabalho, ao apontar tais correlações entre os campos da Economia Solidária, em especial a construção de políticas públicas que, deve-se dar, de modo interdisciplinar e sem a possibilidade de afastamento da sociedade nos processos, com o campo da CTS e a crítica ao determinismo tecnológico, a linearidade da ciência, bem como, sua neutralidade.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGEM E ORGANIZAÇÃO

Antes de um aprofundamento conceitual sobre a Economia Solidária, é necessário observar os desdobramentos históricos, na Europa, na América Latina e no Brasil atribuídos ao desenvolvimento da EcoSol. Assim, será possível entender a pluralidade de conceitos e as linhas ações dentro do movimento da EcoSol.

Há um consenso na literatura sobre a base da Economia Solidária ser oriunda do movimento de cooperativas europeias no século XIX. Período este, em que os/as trabalhadores/as começaram a se organizar e criaram as primeiras cooperativas como forma de enfrentamento às dificuldades, como: o êxodo rural, as condições de subemprego; a exploração do trabalho (Gennari; Oliveira, 2009). Singer (2002) aponta que esse movimento surgiu como resposta à crise gerada pela industrialização dos processos, alinhado com o rearranjo produtivo baseado em máquinas e a exploração dos/as trabalhadores/as.

França Filho e Lavelle (2004) expõem que, durante um período, a concepção de economia solidária desapareceu na Europa diante do advento de uma economia social¹⁵, esta que se tornou, segundo os autores, altamente institucionalizada durante o século XX. Os autores apontam ainda que, a Economia Solidária, ressurgiu no final do século XX com a perspectiva de questionamento das práticas da economia social, e que por meio da dimensão política de sua ação, fomentou um movimento de renovação e atualização da economia social.

Neste processo de retorno da Economia Solidária no continente europeu, Nunes (2009) aponta que, entre as décadas de 1990 e 2010, surgiram ações de produção, comercialização, formação, trocas e articulação de redes de EcoSol nos seguintes países: França; Alemanha, Itália, Espanha e Portugal¹⁶.

Entretanto, Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) apontam que a origem da Economia Solidária está relacionada a

¹⁵ A economia social remonta à afirmação de uma economia imbricada com o social, à recusa do economicismo e da autonomização do encômio diante da sociedade, bem como carrega uma forte conotação política, ao expressar um modo de transformação do capitalismo na direção de relações sociais de produção de outra ordem (Costa, 2018, p.12).

¹⁶ Para um maior aprofundamento das ações de Economia Solidária na contemporaneidade europeia, ler Nunes (2009).

distintas vertentes em diferentes contextos históricos espaço-temporais. Já nas primeiras décadas do século XX, a economia social europeia, comumente citada como uma das origens da economia solidária atual, se opôs às tendências de redução da economia capitalista, ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada. Com isso, desempenhou um papel considerável na construção dos regimes de bem-estar social naquele continente. A partir dos anos 1970, com a crise de regulação keynesiana e o desequilíbrio social resultante, uma série de novas experimentações sociais teve lugar, revigorando as práticas associativas e de solidariedade econômica (Veronese; Gaiger; Ferrarini, 2017, p.91).

Se ao Norte global o debate sobre a Economia Solidária circunda, no geral, as questões de alternativas de consumo e estratégias de sustentabilidade, no Sul, as discussões sobre a Economia Solidária, para a maioria dos autores, estão ligadas ao contexto de crise econômica e exclusão social. Neste contexto¹⁷, as atividades econômicas, pautadas na Economia Solidária, ganham uma característica não de acumulação de capital, mas do desenvolvimento de uma economia alternativa à capitalista (Souza; Cunha; Dakuzaku, 2003).

Neste entendo, Miranda (2011) aponta que a EcoSol na América Latina teve origem/comunga com a economia popular¹⁸, diferente da Europa, na qual tem semelhanças históricas com a economia social.

Nos países periféricos, sempre subsistiram práticas econômicas escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidade coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Sobretudo a partir da economia popular, ganharam forma experiências genuínas na América Latina, como alternativas para trabalhadores rurais, urbanos, indígenas e imigrantes que valorizam as práticas autóctones de ajuda mútua e fizeram esse sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital. Desde então, mesmo sob formas mitigadas, a cooperação permaneceu como um elemento estruturante da vida econômica de parcelas expressivas da população (Miranda, 2011, p. 113).

Anjos (2012, p. 109) ao falar sobre as questões da economia solidária na América Latina e na Europa aponta que:

¹⁷ Aumento da informalidade, do desemprego e da precarização do trabalho (Souza; Cunha; Dakuzaku, 2003).

¹⁸ Esta não se definiria apenas pela categoria social de seus atores (os pobres ou excluídos do mercado formal de trabalho), mas pela qualidade de suas relações (valores de solidariedade, relações de cooperação) e por sua escala de organização, pequena o suficiente para permitir relações econômicas interpessoais, não necessariamente intermediadas pelo mercado e pela concorrência [...] a economia popular é pensada como o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos membros das classes trabalhadoras a partir do uso da própria força de trabalho e recursos próprios (Costa, 2018, p.6).

no Sul, a questão primordial consiste em assegurar as condições materiais indispensáveis à sobrevivência daqueles que jamais foram efetivamente integrados à economia de mercado e ao gozo dos direitos sociais, mediante alternativas de trabalho, renda e serviços ancorados na matriz popular associativa e nas suas lutas de resistência. Ao Norte, trata-se, em suma, de enfrentar a crise do Estado-providência, a obsolescência e a falta de dispositivos eficazes de proteção social, de reagir à exclusão a partir da capacidade e de engajamento solidário.

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) ainda expõem que, na América Latina, assim como no Brasil, a EcoSol possui antecedentes longínquos, a começar, segundo os autores, pelas formas pré-colombianas de organização; a cosmovisão do Bem Viver, os sistemas coletivos adotados nos quilombos, após a libertação, pelas pessoas escravizadas no Brasil. Os autores apontam que “tais modo de vida, têm eventuais pontos de conexão com o pensamento associativista que origina a economia solidária em termos modernos, seja nos modos de trabalhar, dividir os excedentes ou viver em comunidade” (Veronese; Gaiger; Ferrarini, 2017, p.100).

Silva (2014) ao fazer o resgate dos atos de ruptura com a política dominante na história do Brasil¹⁹, estes com traços de superação da economia hegemônica da época, aponta que, os grupos ao criarem assentamentos humanos, fora do domínio físico e patrimonial dos latifúndios, criaram também relações econômicas entre si e com o mercado externo às aglomerações.

Nesse sentido, é mais coerente reconhecer nos movimentos populares de luta pela terra as origens históricas do atual ressurgimento de iniciativas populares de superação da pobreza massiva; e menos no cooperativismo europeu movimento engendrado pela classe operária no final do século XVIII na Inglaterra, quando o capitalismo industrial generalizou o trabalho assalariado (Singer, 2002). No Brasil, essas iniciativas populares foram engendradas por um outro tipo de classe trabalhadora, que desde a República Velha sobrevivia às margens da economia colonial (Silva, 2014, p. 252).

Dado ao exposto até o momento, é possível observar a característica multiforme nos processos de (re)construção da Economia Solidária. Na Europa, o surgimento está associado à crise do Estado-providência, a problemática da

¹⁹ Canudos (1895-1898), Contestado (1912-1916), Juazeiro (1889-1934), Caldeirão (1936-1938) (Silva, 2014, p. 251).

exclusão social e a falência dos mecanismos de regulação econômico e político da sociedade. Assim, a EcoSol, no contexto europeu, se apresenta em uma perspectiva de busca de novos meios de regulação da sociedade (França Filho; Laville, 2004).

Na América Latina, por sua vez, a exclusão social de fez, e se faz, parte da formação econômica e social da região e se constitui como um elemento do processo de desenvolvimento das sociedades latinas. França Filho e Laville (2004) expõem que amplas camadas da população sempre estiveram privadas de acesso aos ambientes formais de emprego, o que levou ao desenvolvimento de redes de solidariedade comunitárias. Nesta realidade, a EcoSol não é colocada somente como interlocutora de uma nova sociedade com novas relações econômicas, mas é posta também enquanto garantia de direitos e de um nível de vida digno para as pessoas diante das questões da pobreza.

Retomando ao que foi exposto na introdução e ao apresentado anteriormente, neste capítulo, a EcoSol possui raízes profundas, assim como, outras estão mais superficiais na linha do tempo da história. A Figura 1 ilustra os principais pontos históricos que contribuíram na construção do ideário de uma Economia Solidária.

Figura 1 - Construção histórica do ideário da Economia Solidária



Fonte: autoria própria (2023)

2.1 Conceitos e princípios da Economia Solidária

A conceituação de Economia Solidária é plural e pode ser considerada recente no Brasil. Gaiger (2013); Iaskio, (2007); Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) apontam que o termo “Economia Solidária” ganhou personificação ao longo dos anos de 1990, quando, por iniciativas de trabalhadores/as industriais, produtores/as e consumidores/as, foram registradas ações econômicas coletivamente organizadas e que tinham em comum os princípios da cooperação, autonomia, gestão democrática, entre outros, tais ações, se convencionou chamar de Economia Solidária.

As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológicas etc. Essas atividades apresentaram em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material (Laville; Gaiger, 2009, p. 162).

Laville e Gaiger (2009) relatam que a concepção de Economia Solidária se refere a acepções variadas, como já apontado anteriormente, tendo em comum a ideia da solidariedade em contraste com o individualismo, que tem por objetivo apenas a lucratividade, este que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades capitalistas. Em complementação, pode ser visto em Iaskio (2007) e Wellen (2012) que o próprio termo “Economia Solidária” não é unívoco, sendo adotado por alguns segmentos como: Economia Popular Solidária (França Filho; Laville, 2004); Socioeconomia (Arruda, 1997); Economia Social e Solidária (Develtere, 1998); Socioeconomia Solidária (Veiga; Fonseca, 2001).

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p.89) apontam que “a Economia Solidária evoca um amplo conjunto de sujeitos, de organizações econômicas, de entidades representativas e de organismos da sociedade civil e do Estado. Ela designa, ao mesmo tempo, um setor econômico e um movimento social.” Singer (2002, p.09) aponta que “a chave desta proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais [...] é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Ao entender a EcoSol como essa “associação entre iguais” como apontado por Singer (2002, p. 09), e que, esse “amplo conjunto de sujeitos, de organizações econômicas, de entidades representativas e de organismos da sociedade civil e do Estado” (Veronese; Gaiger; Ferrarini, 2017, p.89), possuem seus próprios meios organizativos²⁰. Tendo em vista, em primeiro observar o movimento dos/das trabalhadores/as e depois o as construções científicas acerca da temática, sabendo-se que essa é uma divisão pedagógica e não dicotômica da EcoSol. Será apresentado em um primeiro momento como o movimento de economia solidária se denomina e em seguida as definições teóricas-acadêmica.

O movimento de EcoSol, em sua Carta de Princípios elaborada na III Plenária Nacional em 2003, como apontado anteriormente, apresenta a EcoSol como sendo parte essencial de um

[...] fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2003, s/p.).

Tendo a EcoSol como fundamento:

[...] a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2003, s/p.).

A SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária²¹, ligada na época ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), define a EcoSol como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia hegemônica existe a divisão entre os donos de um negócio e os/as empregados/as, na EcoSol os/as trabalhadores/as também são

²⁰ Redes, Fóruns e Conselhos (municipais, regionais, estaduais e nacional).

²¹ Em 2016 a SENAES tornou-se uma subsecretaria e em 2019 uma pasta dentro do Ministério da Cidadania, como será aprofundado adiante. Porém, por respeito histórico, necessidade conjuntural identitária e resistência, os/as militantes da EcoSol se referenciam a atual pasta como SENAES.

os/as donos/as. Nesta configuração, as tomadas de decisão são realizadas conjuntamente pelos/as trabalhadores/as em todos os processos de produção, gestão e comercialização (Brasil, 2014).

Conforme destaca a Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (Brasil, 2007), a EcoSol é pauta em diversos princípios, sendo:

a) Autogestão: os/as trabalhadores/as não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;

b) Democracia: a Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;

c) Cooperação: em vez de forçar a competição, convida-se o/a trabalhador/aa se unir ao/a trabalhador/a, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente mais trapaceiro, corruptor e/ou corrupto;

d) Centralidade do Ser Humano: as pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;

e) Valorização da Diversidade: reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, raça/etnia ou orientação sexual;

f) Emancipação: contribuições para conquistas de bens materiais e simbólicos dos sujeitos, os quais desenvolvendo estratégias à economia de mercado emancipam-se e libertam-se;

g) Valorização do Saber Local: respeito aos saberes locais, considerados em sua totalidade e como integrantes da cultura e tecnologia popular;

h) Valorização da Aprendizagem: respeito aos processos de construção das mudanças necessárias às práticas solidárias por meio da formação continuada e permanente;

i) Justiça Social na Produção: comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver coletivo e

justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana;

j) Cuidado com o Meio Ambiente: é a responsabilidade com as gerações futuras (Brasil, 2007, s/p. grifo nosso).

Com o intuito de aprofundar ainda mais os conceitos e princípios desse movimento que, conforme apresenta Singer (2002), surgiu como resposta dos/das trabalhadores/as e dos movimentos sociais em reação às transformações ocorridas no mundo do trabalho, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela desvalorização do trabalho produtivo em detrimento à acumulação financeira. Se faz necessário observar também as concepções teórico-conceituais da EcoSol.

Retomando o que foi apontado por Iaskio (2007), realizar a conceituação de EcoSol não é uma tarefa fácil, visto que, segundo o autor, essa é uma temática recente no meio científico, com isso, existe uma multiplicidade de definições e ações sobre o que é e o que não é economia solidária. Na tentativa de definir um conceito, o autor expõe:

a economia solidária, portanto, pode ser caracterizada como toda forma de trabalho associado, de produção e/ou comercialização de bens e serviços com vistas à geração de trabalho e renda. Sua especificidade consiste na propriedade coletiva dos meios de produção, na associação livre e voluntária e na autogestão (Iaskio, 2007, p.54).

Nascimento (2011 p, 91), escreve que, a EcoSol é “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativas coletiva, com certo grau de democracia interna que promove a justiça econômica e equidade de gênero, seja no campo ou na cidade”. Mance (2000) expõe que a EcoSol, em geral, está associada às práticas de consumo; comercialização; produção e serviços. Além de defender, interna e externamente, a participação coletiva, autogestão, democracia, cooperação, autossustentação, a promoção do desenvolvimento humano, assim como, a responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

Ampliando o conceito e experiências de EcoSol, Lisboa (2005) apresenta a Economia Popular Solidária (EPS). O autor aponta que a EPS surge

a partir das iniciativas de base comunitária, que em geral, são construídas por organizações vinculadas aos setores populares, por exemplo a Cáritas Brasileira²². Trata-se, segundo o autor, de atividades produtivas que tanto se inserem no mercado tradicional quanto constituem redes de comercialização próprias. O campo da EPS para Lisboa (2005) é baseado na: pequena empresa comunitária; na agricultura familiar; no trabalho doméstico autônomo; nas cooperativas e empresas autogestionárias. Trata-se para o autor de um outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista.

A Cáritas Brasileira (2020) aponta a EPS como uma ação transformadora nos territórios, possibilitando o envolvimento das pessoas em prol da construção da Sociedade do Bem Viver. Para a Cáritas, a EPS pode responder ao chamado do Papa Francisco para “realmar” o sistema econômico do planeta²³, sendo uma resposta profética e um ressoar de esperança nas dimensões sociais e econômicas nos territórios. A principal diferença entre a EcoSol e a EPS é que, na EPS, as configurações de produção individual e familiar fazem parte da base do movimento, diferentemente da EcoSol (DINIZ, 2019). Entretanto, fazer uma discussão entre as convergências e divergências entre os dois movimentos não é o objetivo desse texto.

Retornando aos conceitos e princípios da EcoSol, torna-se necessário falar sobre a autogestão. É possível observar em Benini (2004) e Lechat (2002), uma situação que ainda hoje se reflete dentro do movimento da EcoSol. Os autores explanam que os/as trabalhadores/as, por mais que se reúnam coletivamente, não são todos/as que praticam a autogestão com seus pares, uma vez que, cada trabalhador/a está, segundo os autores, em um nível de conhecimento sobre a EcoSol ou tentam reproduzir a lógica capitalista dentro dos grupos. Além dessas pessoas integrarem o grupo por um objetivo particular e não somente pelos princípios da EcoSol. Tendo esse plano de fundo, Ribeiro (2016) expressa que a autogestão se concretiza na adoção de práticas e processos que estimulem e viabilizem a participação de todos/as, fortalecendo a

²² Organismo religioso Católico ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

²³ Em 2019 o Papa Francisco convocou os/as jovens economistas, transformadores sociais, empreendedores do mundo todo para tornar a economia, justa, sustentável e inclusiva. Proposta que recebeu o nome de Economia de Francisco e Clara. Para mais informações: <http://economiadefranciscoelara.com.br/>.

coletividades, a cooperação entre os/as membros/as do grupo, as tomadas de decisão coletivas.

Albuquerque (2003) evidencia que a autogestão na EcoSol, para além de um modelo de gestão, concerne em uma mudança de âmbito social, cultural, econômico, político e técnico. O autor expõe que no âmbito sociocultural, a mudança pode ocorrer a medida em que as pessoas participam nos processos de planejamento e execução das ações, assim como, na partilha dos resultados. Tal pensamento aplica-se também nos processos de políticas públicas, em especial as de EcoSol, que serão aprofundados adiante.

Neste intento, França Filho (2006) aponta que por meio das políticas públicas, a Economia Solidária poderá sair do seu confinamento e experimentalismo social, ou seja, a implementação de políticas públicas, programas, projetos e ações somente em âmbito municipal,²⁴ para se construir uma força contra-hegemônica capaz de construir uma outra dinâmica econômica e social. Por mais que o autor se refere ao contexto da década de 1990, ainda hoje, sem a constituição de um Marco Legal/Regulatório²⁵ da Economia Solidária em âmbito nacional, alguns municípios e Unidades da Federação, ainda se encontram nesse experimentalismo social no campo das políticas públicas de EcoSol. Sobre as políticas públicas de EcoSol, Schiochet (2009, p. 268) explana que “os debates da economia solidária como política pública relaciona-se justamente às potencialidades para a institucionalização de uma nova sociabilidade, da solidariedade”.

Contudo, o ideário de Economia Solidária não é unísono. Barbosa (2007) expõe que as atividades da EcoSol podem apresentar um modo de produzir, mas não um modo de produção distinto, que possa ser compreendido fora do modelo econômico vigente. Uma vez que, a EcoSol se insere em um universo de práticas decorrentes da diminuição e precarização do emprego, assim como, da desproteção social. Para a autora, este é um ponto de vista

²⁴ Entende-se por experimentalismo social da economia solidária o período da segunda metade da década de 1990 onde foram implementadas, no âmbito municipal e estadual, programas e projetos voltados ao fortalecimento da EcoSol como estratégia de inclusão social pela geração de trabalho e renda em atividades coletivas autogestionárias. Neste período não havia uma ação coordenada, cada realidade realizava sozinha seus processos (França Filho, 2006).

²⁵ Este estabelece princípios, diretrizes, objetivos, composição da política pública. Um marco legal em âmbito nacional pode criar por exemplo: a política nacional de EcoSol, assim como regular o Sistema Nacional de Informação da EcoSol, o Cadastro Nacional, entre outras políticas públicas.

utópico, idealizado de EcoSol, visto que na prática, a EcoSol não está descolada da economia hegemônica.

Outro autor que realiza críticas à Economia Solidária é Wellen (2012). Para o autor a Economia Solidária não pode ser o exemplo de projeto de resistência dos/as trabalhadores/as em relação ao sistema capitalista, como é apresentado por Singer (2002). Uma vez que, os dados do primeiro Mapeamento de Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), entre os anos de 2005 e 2007, apontou que os três principais motivos para a criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários foram: uma alternativa ao desemprego; uma fonte complementar de renda para os/as trabalhadores/as; e uma fonte obtenção de maiores ganhos quando organizados em associações/cooperativas. Wellen (2012) expõe que os resultados apontam que o movimento não foi de resistência dos trabalhadores/as, como é apresentado, mas sim, um movimento de sobrevivência.

Eid (2007) descreve que do ponto de vista teórico-conceitual, os liberais entendem as experiências solidárias como uma modalidade corretiva nas crises cíclicas do sistema capitalista. Segundo o autor, quando o ciclo econômico está em crise, há o retorno de experiências solidárias com função de reduzir pressões populares por emprego e renda. Entretanto, com a redução da crise, aliada ao reinvestimento capitalista, o que resultaria em novos postos de trabalho disponíveis, levaria os/as trabalhadores/as associados em empreendimentos solidários a optarem em retornar ou iniciar-se na condição de trabalhador/a assalariado/a.

Todas as críticas apresentadas são válidas para a construção do conhecimento, assim como, pode ajudar o próprio movimento de Economia Solidária a não idealizar demasiadamente uma realidade não concreta. Nestes mais de 40 anos de organização no Brasil, a EcoSol tem sido alvo de críticas, entretanto continuou se desenvolvendo, aumentando sua rede de relações, parcerias e ações, ganhou e perdeu força ao longo dos anos, como será visto a seguir. Contudo, conforme afirma Gaiger (2008), a EcoSol e a autogestão residem primordialmente na experiência de emancipação de um trabalho desumanizado e desprovido de sentido, assim como, na restituição do/a trabalhador/a à condição de ator/atriz de sua existência.

Mas afinal, o que é a Economia Solidária? A Economia Solidária pode ser compreendida como um movimento social, assim como, um setor econômico. É formada por agrupamentos de pessoas que lutam para a valorização do trabalho em que, o/a trabalhador/a e o seu saber, sejam o centro e não o lucro, assim como, a satisfação plena das necessidades da vida e a justiça social na produção. Estes agrupamentos (EES, EAFES, GOV) trabalham em rede, assessoram, produzem, comercializam bens e serviços, trocam e se organizam/associam tendo os princípios da autogestão, da cooperação, da solidariedade, o cuidado com o meio ambiente como pilares da ação.

2.2 Economia Solidária no Brasil

Como visto anteriormente, a história da Economia Solidária foi construída por várias mãos, é uma história de lutas e resistências, resultado da articulação de diversos/as atores/atrizes em prol de um trabalho não pautado na lógica do capitalismo, da acumulação, do lucro e da exploração do trabalho, mas em princípios e valores da autogestão, cooperação e solidariedade. Ribeiro (2021) aponta que a história da EcoSol não pode ser vista como linear ou cíclica, mas precisa ser observada em espiral, onde há um ponto de partida, e ao longo da construção, elementos vão se agregando. É desse modo que o texto, a seguir, precisa ser compreendido, em que, elementos vão se agregando na trajetória da EcoSol no Brasil.

Convencionou-se (Benini, 2004; França Filho, 2006; Laville; Gaiger, 2009; Singer, 2002; Veronese; Gaiger; Ferrarini, 2017) marcar o início das práticas de EcoSol no Brasil em meados dos anos de 1980, diante de uma ampla crise econômica e social²⁶ desencadeada pela Crise Petrolífera nos anos de 1970/80²⁷. Esta crise teve como consequência o aumento do preço do barril de petróleo no mercado mundial afetando diretamente países que não eram autossuficientes na produção, caso do Brasil. “Esses países tiveram que se

²⁶ Baixas taxas médias decrescimento, abertura comercial e financeira desregulada, forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), perda de importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, com destaque para o investimento público (DIEESE, 2014, P.10).

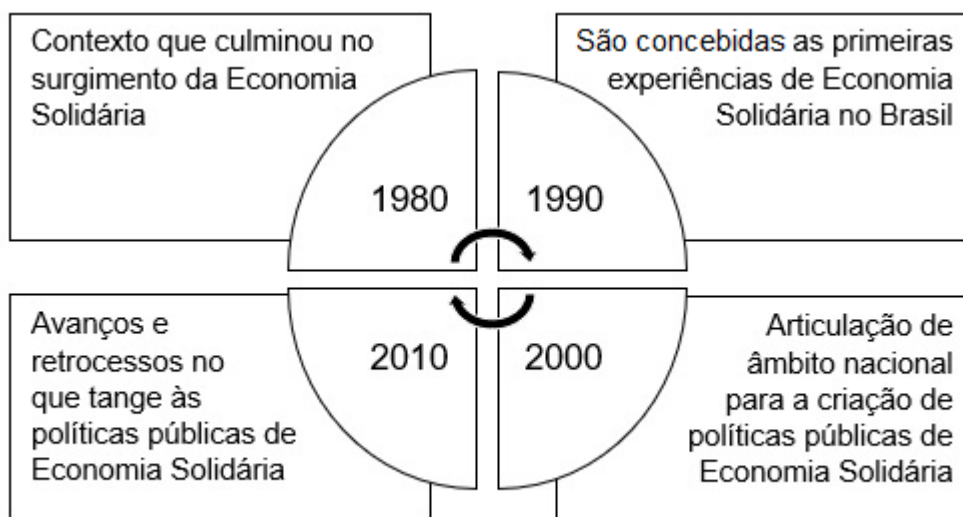
²⁷ Para mais informações: https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_petrol%C3%ADfera_de_1973

endividar para pagar pelo petróleo que não podiam deixar de importar” (Singer, 2014, p. 11).

Neste período, o mercado de trabalho brasileiro passou por um processo de desestruturação, ao mesmo tempo que foram introduzidos mecanismos de flexibilização da relação trabalhista, assim como, houve a inserção do assalariamento sem carteira de trabalho e previdência social “assinada”, conseqüentemente sem os direitos previdenciários assegurados, assim como o trabalho autônomo desprotegido (DIEESE, 2014).

Dada essa conjuntura, na década de 1980, a Cáritas Brasileira, por meio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) deu início a um trabalho de mobilização, com os/as moradores/as das periferias urbanas, com o objetivo de gerar bens e serviços de primeira necessidade, assim como, trabalho e renda de forma associativista (Pitaguari, 2010; Singer, 2014). Nestes mais de 40 anos de articulação e história da Economia Solidária no Brasil, muitos elementos foram se agregando e se reformulando, essa trajetória pode ser mais bem compreendida com a Figura 2, onde se apresenta o contexto da EcoSol por décadas.

Figura 2 – Trajetória da Economia Solidária no Brasil



Fonte: adaptado de Ribeiro (2021)

Como é possível observar na Figura 2, cada quadrante representa os grandes ciclos presentes na história da EcoSol. Ao falar sobre esses ciclos e os

contextos vividos, Schiochet (2021) expõe que as décadas de 1980 e 1990 simbolizam a emergência da EcoSol, seja pelas crises socioeconômicas, assim como ações na dimensão comunitária. O autor apresenta a década de 2000 marcada pelo contexto de mobilização, convergência e unidades dos/das atores/atrizes da EcoSol, resultando nas primeiras políticas públicas de alcance nacional. A década de 2010 é caracterizada pelo autor como o período de conflitos e contradições com os outros modelos de economia, por exemplo o debate entre Economia Solidária e Empreendedorismo. Por fim, Schiochet (2021) aponta que o fim da década de 2010 e início da década de 2020 é caracterizado por novas contradições e conflitos entre, por exemplo, a Economia Solidária e a Economia Criativa.

Aprofundando a temática, o primeiro quadrante da Figura 2 – década de 1980, aponta o contexto que culminou na organização da EcoSol como é reconhecida hoje. Retomando o que foi apontado anteriormente, para além da crise socioeconômica, na década de 1980 é possível também observar que outras entidades, que atuavam em outras frentes de lutas pela redemocratização do país²⁸, contribuíram para a organização da EcoSol. É o caso do: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Neste período surge também outros movimentos parceiros da EcoSol, como é o caso do: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que optou na estruturação de cooperativas autogestionárias, assim como, a Associação Brasileira de Instituições de Microcréditos (ABICRED) (Nunes, 2009).

O segundo quadrante da Figura 2 – década de 1990, aponta o desenvolvimento das primeiras experiências de EcoSol no Brasil, estas aconteceram nos âmbitos: comunitário, sindical e universitário. No ambiente sindical, com a organização dos/das trabalhadores/as das empresas recuperadas, é criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). Esta associação foi, segundo Nunes (2009) precursora na organização específica dos trabalhadores da EcoSol. Em 1998 foi criado pela Associação dos Moradores do Conjunto

²⁸ Neste período o Brasil estava passando pela Ditadura Militar que ocorreu entre os anos de 1964 e 1985.

Palmeira o Banco Palmas, referência para o movimento ao que tange o uso de moedas sociais. Neste período também, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se liga ao movimento da EcoSol o que resulta na criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da CUT, esta que, nos anos 2000 fomentou o Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário e da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL Brasil) (Nunes, 2009).

No âmbito universitário, Addor e Menafrá (2017) apontam o desenvolvimento das primeiras experiências de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A primeira, data de 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo os autores, esta incubadora foi organizada por meio de ações conjuntas entre a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Este movimento originou a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), que desenvolve estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho, assim como, assessorias para grupos autogestionários²⁹. Neste período também, foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP) (Nunes, 2009).

Ao passo que a EcoSol se enraíza na sociedade, são definidos os grupos autogestionários com variadas características e níveis de formalização (grupos informais, associações, cooperativas e redes), com assessoramento de organizações de apoio de distintas origens: movimento sindical urbano e rural; universidades; organizações não governamentais; organizações eclesiais. Este processo de capilarização e expansão dos grupos autogestionários foi registrado por Gaiger (2014) conforme a Tabela 1.

²⁹ A definição de Empreendimento Econômico Solidário para se referir ao grupo autogestionário, assim como Entidades de Apoio e Fomento para se referir as organizações de assessoramento ao movimento de EcoSol surge em meados dos anos 2000 (FBES, 2019).

Tabela 1 – Empreendimento criados, por triênio após 1986

Triênio de início do EES	Número de EES	Percentual Acumulado
Até 1986	869	4,4%
1987-1989	595	7,5%
1990-1992	832	11,7%
1993-1995	1.435	19%
1996-1998	2.228	30,3%
1999-2001	3.110	46,2%
2002-2004	3.496	64%
2005-2007	3.798	83,3%
2008-2010	2.954	98,3%
2011-2013	327	100%
Total	19.644	100%

Fonte: Adaptado de Gaiger (2014, p. 97)

É possível observar na Tabela 1 um aumento considerável no número de criação de EES, sendo, no início da década de 1990 criados 832 grupos e no final dessa década, 3.110 grupos. Gaiger (2014, p. 97) aponta que “o processo de gênese dos EES deve ser compreendido tanto quanto possível através de uma imersão nas diferentes temporalidades, ou ciclos, que a história carrega consigo”. Torna-se necessário recordar o que foi apontado anteriormente, em que, o mundo do trabalho brasileiro, nesse período, passava por um processo de desestruturação, conforme apontado pelo DIEESE (2014). Pode-se inferir que a EcoSol nesta época poderia despontar como uma alternativa para os/as trabalhadores/as, corroborando as críticas feitas por Wellen (2012) como já apontado.

É nesse período também que, fomentada por gestores/as públicos/as sensíveis com a temática, há a criação de políticas públicas de economia solidária de origem municipal e estadual, período este que é classificado por França Filho (2006) como experimentalismo social.

Retomando o que foi exposto por Shiochet (2021). A década de 2000, aponta para a Economia Solidária, como um contexto de convergência e unidade entre os atores/atrizes do movimento para a articulação do movimento e criação de políticas públicas em âmbito nacional³⁰, conforme o terceiro quadrante da Figura 2.

³⁰ As Políticas Públicas de EcoSol serão abordadas em um tópico específico no próximo capítulo.

Um fato que desencadeou essa organização foi a preparação para o primeiro Fórum Social Mundial (I FSM). Dada essa atividade, doze entidades³¹ de apoio, fomento, formação, igrejas, estudantes se uniram para criar um grupo de trabalho, denominado GT Brasileiro de Economia Solidária. Com a coordenação do GT Brasileiro, foi realizada no I FSM em 2001 a oficina: “Economia Popular Solidária e Autogestão” em que se discutiu a auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e possibilidades econômicas e sociais de trabalho e renda (FBES, 2021).

Pós I FSM, o GT Brasileiro, realizou discussões e atividades com o foco na criação de uma identidade para o movimento que se articulava naquele momento. Esta organização agregava entidades de diversas regiões do país e acabou resultando na articulação para a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Neste sentido, tanto a realização das plenárias quanto a elaboração dos Princípios da Economia Solidária foram importantes para ampliar e caracterizar o seu campo de ação (FBES, 2021).

Este grupo em 2002, durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária³², desenvolveu e encaminhou ao governo do recém-eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma carta intitulada: “Economia Solidária como estratégia política para o desenvolvimento”, a qual apresentava as diretrizes gerais da EcoSol e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, o que ocorreu logo no primeiro ano de seu governo em 2003, quando foi criada a referida secretaria, a SENAES³³. Esta ficou vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (FBES, s/d).

³¹ A saber: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, s/d). Fonte: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 13 nov.2022.

³² Realizada em São Paulo, nos dias 09 e 10 dezembro de 2002 e contou com a participação de 200 pessoas (FBES, s/d). Fonte: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 13 nov.2022.

³³ A SENAES foi criada o âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei 10.683, de 28/05/2003 e instalada pelo Decreto 4769 de 24/06/2003 fruto da proposição da sociedade civil. Teve como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio e fomento a Economia Solidária no Brasil visando a geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Fonte:

Em 2003 foi realizada, dentro do FSM, a II Plenária Brasileira de Economia Solidária, que teve por objetivo mobilizar o movimento para a criação de uma instância nacional do movimento. Neste mesmo ano, foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária que resultou na criação da Carta de Princípios da Economia Solidária (FBES, 2003), assim como: a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); a indicação para a realização do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária; e a criação de Fóruns Estaduais e Municipais, esta proposição em especial resultou na criação do Fórum Paranaense de Economia Solidária (FBES, s/d). Nunes (2009) aponta que, em pouco anos, os fóruns de economia solidária se instalaram em todas as Unidades Federativas, assim como, tiveram apoio das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), ligadas ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2003 também foi criada a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, esta que se constitui por meio da articulação de gestores/as públicos/as de economia solidária em prefeituras e governos estaduais e federal. A Rede foi fundada por iniciativa dos/as gestores/as que participaram da organização e criação do FBES. Tem por missão:

ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento de economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação popular social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas (Rede de Gestores, s/d, p.1)

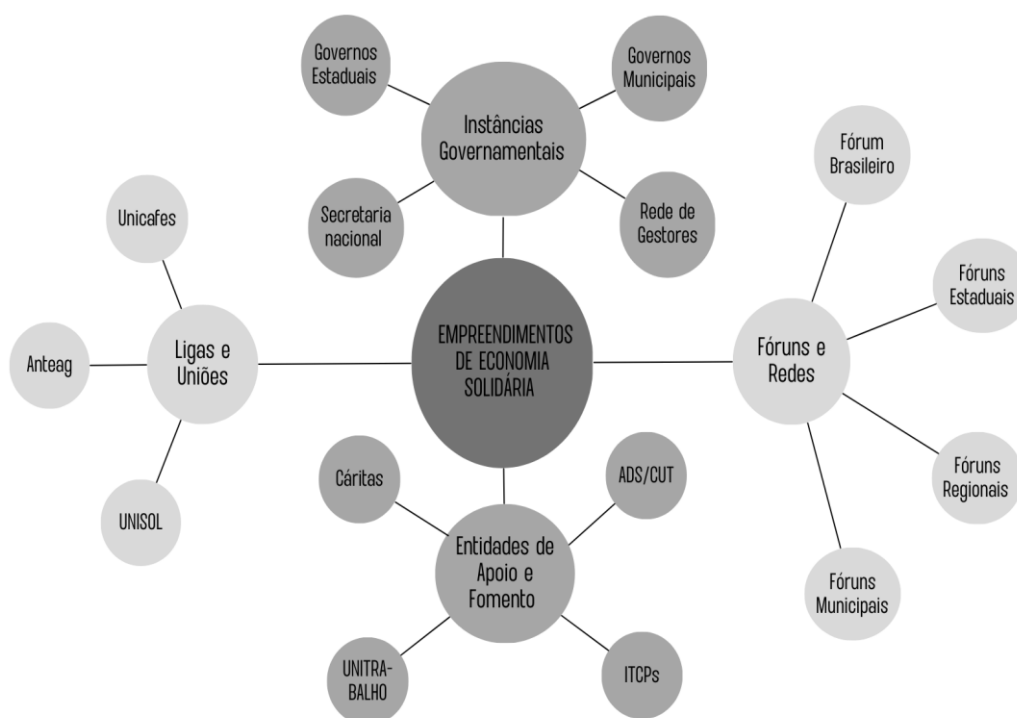
Em 2006, a SENAES, em parceria com o FBES, realizou a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONES), que contou com a participação de delegados/as de todos os Estados do Brasil, eleitos nas conferências estaduais. Nesta conferência foram discutidas propostas de políticas públicas em diversas áreas como: marco jurídico; crédito e finanças solidárias; produção e comercialização; formação e comunicação. Em decorrência da conferência, foi instalado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). O CNES foi concebido como órgão consultivo e propositivo, de interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil organizada que atua com a temática da EcoSol (FBES, s/d).

Com o enraizamento e o fortalecimento da EcoSol nos municípios e estados. Em 2008 foi convocada a IV Plenária Nacional de EcoSol, que teve a participação de 320 pessoas de todos os estados do país e representantes de redes internacionais (FBES, s/d). Nesta Plenária, foram definidas as linhas de ação prioritárias do movimento, sendo elas: Produção; Comercialização e Consumo Solidário; Formação; Sistema Nacional de Finanças Solidárias; e o Marco Legal. Assim como, foram definidos os segmentos de atores/atrizes do movimento sendo:

a) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário; **b) Entidades de assessoria e/ou fomento (EAF):** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa; **c) Gestores Públicos:** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.(FBES, s/d, s/p. grifo nosso).

Neste período, também se fortaleceu a atual estrutura organizativa da EcoSol, que é composta por uma diversidade de atores/atrizes atuando em variados espaços organizativos e de monitoramento, como pode ser visto na Figura 3.

Figura 3 – Rede organizativa da Economia Solidária no Brasil



Fonte: adaptado de França Filho (2006)

A Figura 3 exemplifica a rede organizativa da EcoSol, esta que é composta por Empreendimentos de Economia Solidária³⁴; Entidades de Apoio e Fomento; Ligas e Uniões; Instâncias e Rede governamental, com seus espaços de deliberações (fóruns e conselhos). Esta rede organizativa é diversa e plural, não está desvinculada do território, assim como não é neutra científica, política e socialmente³⁵, possui seus pressupostos, como já apontado, pautado na participação popular nos campos político e econômico, assim como é parceira de outros movimentos na luta pela garantia de direitos e democracia.

Outro fato que impactou, positivamente, o movimento da EcoSol na segunda metade da década de 2000, foi a parceria entre a SENAES e o CNES para a realização do primeiro mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, este realizado entre 2005 e 2007. O primeiro mapeamento identificou 21.859 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta e nove) Empreendimentos

³⁴ Entende-se aqui empreendimentos de economia solidária em um aspecto mais amplo, que inclui suas formas de organização e formalização, ou seja: grupos informais, empreendimentos econômicos solidários, associações; clube de trocas; cooperativas sociais; empresas autogestionárias; redes de produção e comercialização; grupos da agricultura familiar; fundos solidários, entre outros.

³⁵ Essa temática será abordada nos próximos tópicos.

Econômicos Solidários, que reuniam aproximadamente 1,6 milhão (um milhão e seiscentos mil) pessoas no país (Brasil, 2015). Estes dados foram complementados com o segundo mapeamento que aconteceu entre os anos de 2009 e 2013.

Para o FBES (2021, p. 7) esse período

além do mapeamento que possibilitou maior visibilidade da economia solidária o movimento incidiu na construção de projetos e programas como: implantação de uma rede de centros de formação de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, fortalecimento das finanças solidárias, redes de produção e comercialização, etnodesenvolvimento, implantação do CADSOL³⁶, inclusão de catadores organizados em cooperativas e associações na política nacional de resíduos sólidos, economia solidária e saúde mental.

O quarto quadrante da Figura 2 se refere aos avanços e retrocessos na Política Nacional de EcoSol ocorridos entre os anos de 2010 e 2022. Schiochet (2021) aponta que esse período é marcado por conflitos e contradições que criaram fissuras no movimento de EcoSol. Para compreender os fatos dessa década, torna-se necessário observar por duas perspectivas, uma com os fatores externos ao movimento e outra com os fatores internos.

Pode-se elencar como fatores externos que impactaram a EcoSol no Brasil: o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff; a posse como Presidente, o seu vice, Michel Temer, em 2016; a ascensão da extrema direita e a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018; a desarticulação das políticas públicas em especial as de monitoramento em 2019; e a pandemia de Covid-19 em 2020. Internamente, pode-se elencar: o segundo mapeamento nacional da EcoSol; a implementação do CADSOL – Cadastro Nacional de Economia Solidária; o primeiro Plano de Nacional da EcoSol – 2015-2019; a desarticulação da Secretaria Nacional de EcoSol e do Conselho Nacional de EcoSol; os conflitos com os modelos econômicos capitalistas, entre outros.

Entende-se que cada fato externo que aconteceu, principalmente na segunda metade da década de 2010, caberia uma profunda análise sobre os impactos na Economia Solidária, este, porém não é o objetivo desse texto, que se restringirá em apresentar os elementos que constitui a história da EcoSol.

³⁶ Cadastro Nacional de Economia Solidária.

Em 31 de agosto de 2016 se findou o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, sendo empossado Michel Temer como Presidente do Brasil. Nos anos subsequentes

foram extintos ministérios, secretarias e políticas públicas de cunho emancipatório que haviam sido conquistados pelos movimentos sociais e que expressavam a ampliação de direitos para segmentos da população historicamente excluída, a exemplo de povos do campo, catadores e catadoras de materiais recicláveis, população em situação de rua, negros e negras, indígenas, mulheres, jovens, LGBTQIAP+, povos e comunidades tradicionais e de matriz africana e pessoas que sofrem transtorno mental, entre outros (FBES, 2016, p. 01).

Neste mesmo ano, com a junção do Ministério do Trabalho com o Ministério da Previdência Social, a SENAES foi transformada em Subsecretaria Nacional de Economia Solidária, o que provocou um retrocesso nas políticas públicas de EcoSol no Brasil. Houve um corte no Plano Plurianual (PPA) de 2016-2019 de 52,2% do valor investido na agenda política da EcoSol comparado ao PPA anterior (DIEESE, 2022).

Em 2018, com a polarização política e ascensão do ideológico socio/político/econômico de extrema direita, é eleito o Presidente Jair Messias Bolsonaro. Na reorganização ministerial que aconteceu, a Subsecretaria Nacional de EcoSol é transferida para o Ministério da Cidadania tornando-se uma pasta da Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana. Essa configuração, segundo Pinho (2019), descaracterizou e mutilou a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, ficando a temática reduzida em empreendimentos econômicos solidários urbanos e rurais. Enquanto urbano, as discussões ficaram a cargo da Secretaria de Inclusão Produtiva no Ministério da Cidadania, e, enquanto rural, na Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, vinculada ao Ministério da Agricultura.

Com o decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 (Brasil, 2019a), o Presidente Jair Messias Bolsonaro coloca em dúvida a continuidade do Conselho Nacional de EcoSol, entretanto a permanência do CNES, enquanto estrutura, é garantida pela Lei nº13.844 de 18 de junho de 2019 (Brasil 2019b), no entanto esta lei restringe a participação popular no CNES, assim como, os direitos sociais, culturais, econômicos, ambientais são relegados, segundo Pinho (2019), ao terceiro plano ou diretamente extintos. Ainda em 2019, o governo do

Presidente Jair Messias Bolsonaro, não incluiu a Economia Solidária no PAA 2019-2023, ou seja, não deixando verba pública para a execução de ações de EcoSol em âmbito nacional (DIEESE, 2022).

Outro fator externo que impactou a vida de todas as pessoas do planeta, foi a pandemia da Sars-CoV-2 (novo coronavírus ou somente Covid-19, como se convencionou chamar). Fronza, Schiochet, Lacerda e Roda (2020), apontam que, para além da desarticulação das políticas públicas de EcoSol que o movimento vinha passando, os desafios foram agravados pela Covid-19, uma vez que impediu os/as trabalhadores/as de desenvolverem suas atividades, dado que estas, dependiam de encontros físicos, seja para produzir, trocar e/ou consumir. Desta forma, a exigência do isolamento social como principal medida de contenção da Covid-19 dificultou, quando não, impediu a continuidade destes processos.

De acordo com o Painel Coronavírus, desenvolvido pelo Ministério da Saúde³⁷, entre março de 2020, quando foi decretada a emergência sanitária no Brasil, até o momento desta pesquisa, o Brasil contava com 34.908.198 (trinta e quatro milhões novecentos e oito mil cento e noventa e oito) casos confirmados da doença e com 688.656 (seiscentos e oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e seis) mortes. Molina, Santos, Carvalho, Almeida e Schiochet (2020) comentam que, além de afetar a saúde das pessoas, a pandemia também gera consequências relacionadas ao desemprego, precarização do trabalho e a fome, especialmente para as comunidades pobres.³⁸

Schiochet (2020) aponta que, as consequências da pandemia suscitam questionamentos no campo da Ecosol no que tange o estabelecimento de práticas produtivas mais alinhadas à justiça social e acrescenta:

a crise do coronavírus não coloca em xeque a economia solidária da mesma maneira como o faz com a economia dominante, suas ideologias reacionárias e políticas autoritárias. Ao contrário, ela reafirma a necessidade, a urgência e a oportunidade para a construção de um novo sistema econômico, ao qual a experiência recente da economia solidária tem muito a contribuir. (Schiochet, 2020, p.2)

³⁷ Painel desenvolvido para ser o veículo oficial de comunicação sobre a situação epidemiológica da Covid-19 no Brasil. Os dados podem ser verificados em: <<https://covid.saude.gov.br>>.

³⁸ Boaventura de Sousa Santos (2020), no livro *A Cruel Pedagogia do Vírus*, comenta que qualquer quarentena é sempre discriminatória, uma vez que é sentida de maneira diferente por diferentes grupos sociais, deixando as diferenças, injustiças e sofrimentos mais visíveis.

Além de observar os fatores externos que impactaram o movimento de EcoSol na década de 2010, se faz necessário verificar os fatores internos. Ribeiro (2016) aponta que, neste período, houve a articulação para a elaboração e implementação de políticas de acesso a crédito, assim como formação em e para a Economia Solidária³⁹. Assim como: a criação da Rede de Bancos Comunitários; a ampliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC); a criação do Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL) e do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; e a implementação de políticas transversais junto à população em situação de rua, usuários do sistema de saúde mental e do movimento nacional de catadores, entre outros.

Durante a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2014, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019⁴⁰. O plano tem por objetivo tornar

a Economia Solidária reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida (Brasil, 2015, p. 15).

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária aponta quatro áreas prioritárias: **a)** Produção, comercialização e consumo; **b)** Financiamento: crédito e finanças solidárias; **c)** Educação e autogestão; **d)** Ambiente institucional. O Plano foi entregue a Presidenta Dilma Rousseff em 2015, porém, em virtude da conjuntura supramencionada, não houve tempo para sua implementação e em 2016 a Secretaria Nacional de Economia Solidária tornou-se subsecretaria.

Shiochet (2021) ainda apresenta que o fim da década de 2010 e começo da década de 2020 a EcoSol está envolta em alguns pontos de discussões/disputas, estes que podem, como o autor se refere, gerar fissuras no movimento, como por exemplo: a discussão entre a Economia Solidária com

³⁹ Caso dos Centros de Formação e EcoSol (CFES) e do Programa de Pós-Graduação para Gestores Públicos de Economia Solidária (Ribeiro, 2016).

⁴⁰ Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf.

proposta do cooperativismo solidário ou cooperativismo de interação solidária e a proposta de cooperativismo de base capitalista; as questões ainda não assimiladas do empreendedorismo de base capitalista dentro da EcoSol; o campo da cultura na EcoSol e a emergência do conceito de Economia Criativa (EC); entre outras questões.

Sobre essa questão da emergência da Economia Criativa e suas implicações junto à Economia Solidária, Dagnino e Silva (2022) apontam que ambas surgem quando o neoliberalismo provoca mudanças nas relações sociais de produção. “Em particular, naquela que se estabelece entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores. A relação intermediada pela contratação de força de trabalho, o emprego” (Dagnino; Silva, 2022, p. 15). Para os autores, a EC surge nos países capitalistas devido, por um lado, ao intenso ritmo de mudança tecnocientífica e à conseqüente dificuldade de gerar empregos. Somado ao fato de haver uma exploração das oportunidades econômicas associadas ao ativo cultural e educacional, nas sociedades capitalistas avançadas.

Neste contexto de exploração do ativo cultural e educacional e a necessidade de se ter um emprego, Dagnino e Silva (2022, p. 15) apontam que:

filhos das famílias ricas podem contar com seus pais para se manter enquanto absorvem na universidade um capital cognitivo que poderá torná-los independentes. Aqueles que a riqueza familiar não alcança para que se tornem empresários irão, dada a diminuição da oferta de bons empregos, se tornar empreendedores. Devido à sua condição cognitiva superior à média, o que é associado pelo senso comum capitalista a uma capacidade de serem mais criativos, eles são capazes de rentabilizar seu capital cognitivo no espaço das startups, caracterizado pela baixa formalização das relações de trabalho.

A EcoSol por sua vez, como já apresentado, se organiza nos países periféricos nesta mesma época, na crise para a geração de emprego e salário, tornando-se, uma possibilidade de trabalho e renda para a camada excluída socialmente. Dagnino e Silva (2022) apontam ainda que, paradoxalmente a EC e a EcoSol ocupam um mesmo espaço tanto discursivo, como em investimento governamental, e em alguns casos, a EC recebe maior atenção, seja financeira

ou de agenda política, do que a EcoSol. A fim de resumir e contrastar os autores apresentam um quadro comparativo (Quadro 1) entre a EC e a EcoSol⁴¹.

Quadro 1 - Principais diferenças entre Economia Criativa e Economia Solidária

Atributo	Economia Criativa	Economia Solidária
“Público-alvo” (beneficiário) ou ator mobilizador	filhos da classe rica que detêm capital cognitivo demandado pelo mercado, mas sem emprego	trabalhadores com qualificações pouco valorizadas pelas empresas (baixa “empregabilidade”)
Propriedade dos meios de produção	privada (individual ou de acionistas)	coletiva (dos integrantes dos empreendimentos solidários)
Funcionamento interno	“usual”: baseado em valores e interesses hegemônicos no capitalismo (competição, exploração heterogestão)	“anômalo”: baseado em valores e interesses contra-hegemônicos (cooperação, solidariedade, autogestão)
Repartição do excedente econômico	decidida pelo proprietário (lucro e, quando houver empregados, salários)	decidida pelo coletivo de produtores (retiradas em função de produtividade ou necessidade)
Funcionamento externo	baseado na competição interempresas no mercado	fundamentado na cooperação com outros empreendimentos solidários e evitando subordinação ao mercado
Critério de sucesso	transformação em empresa privada, venda ou incorporação	expansão e adensamento de redes de empreendimentos solidários
Cenário desejável	inserção da pessoa na economia formal	abandono da “economia infernal” e inserção na economia solidária
Estratégia de consolidação	diferenciação de produto explorando nichos de mercado, “inovação de produto”	economias de escopo visando à complementariedade na rede, “inovação de processo”
Trajatória de expansão exitosa	aumento da competitividade frente ao mercado	alavancagem a montante e jusante para autonomia e sustentabilidade das redes
Fatores de sucesso	relações pessoais e com a tecnoburocracia estatal	solidariedade de classe, relações com a comunidade e atores políticos
Sensibilidade às políticas públicas	baixa: favoráveis, induzidas pela imitação do “moderno”	alta: apoio depende da vontade política das coalizões no governo
Externalidades negativas	desconsideradas, como ocorre com empresas	por construção, visa à sua minimização e à sustentabilidade social, cultural e ambiental
Atitude dos envolvidos	arrojada, competidora (empreendedorismo)	agregadora, respeitosa, cooperativa (solidariedade)

⁴¹ Os autores apontam que essa é uma discussão nova e carece de mais estudos. Apontam ainda que o quadro pode simplificar e generalizar demasiadamente as propostas. Entretanto opta-se em apresentar esse quadro, visto que, em algumas localidades a EC é apresentada, por gestores públicos, de modo a substituir a EcoSol.

Especialização em bens e serviços...	de alto preço, consumo sofisticado, induzido (consumismo)	de baixo preço, consumo final “popular” e produtivo, infraestrutura e compra pública
Margem de comercialização	maior que a da empresa, preço elástico (<i>luxurygoods</i>)	menor, preço estabelecido pelo mercado (<i>wagegoods</i>), desvantagem “tecnológica”
Marco legal vigente	concebido para a empresa, a favorece	dificulta a manutenção dos empreendimentos solidários
Mecanismos de subsídio	criados para empresa, a favorecem; os específicos são crescentes	não contemplam sua especificidade; os específicos limitam-se ao que é marginal
Posse de capital cognitivo formal	alta (adquirido pelos empreendedores na universidade)	baixa (integrantes da ES têm reduzido acesso à universidade)
Gestão	heterogestão	autogestão
Postura sobre inclusão	“inclusão digital” (telecentros, fablabs etc.) como condição	empreendimento solidário como aprendizado e sobrevivência
Conhecimento necessário	tecnociência capitalista	tecnociência solidária

Fonte: Dagnino; Silva, 2022, p.16

Como foi possível observar, desde suas raízes históricas, a EcoSol foi e é feita por uma diversidade de atores/atrizes, trabalhadores/as, que acreditam no trabalho e outros âmbitos da vida pautados pelos princípios da cooperação, solidariedade, respeito às relações entre as pessoas, com meio ambiente. As discussões apresentadas, principalmente as mais atuais, ainda são incipientes e carecem de um aprofundamento teórico. A seguir, será apresentada uma possível chave de leitura que pode ajudar na compreensão da teoria e na ação prática junto aos atores/atrizes da EcoSol, principalmente ao que tange às Políticas Públicas.

2.3 O campo da Ciência Tecnologia E Sociedade e a Economia Solidária

Peço licença, mais uma vez, para usar uma linguagem de Educação Popular para discorrer o próximo tópico. O texto a seguir é resultado de um esforço de aproximação entre os campos da Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) e os trabalhadores/as da Economia Solidária.

Os estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS, assim como, os da Economia Solidária datam do século XX. O primeiro desde a sua formulação foi compreendido como um campo de fronteira, defendendo a participação

cidadã não somente como objeto de estudo, mas sim integrante dos processos tecnocientífico. Propõe-se a romper com o pensamento tradicional de desenvolvimento científico⁴², assim como apresenta uma construção científica-tecnológica valorizando o conhecimento tácito e a interação indissociável entre seres humanos e não-humanos (Latour, 2001). O segundo, por sua vez, é reconhecido por sua capacidade de reunir trabalhadores/as de forma associada. Que, por meio da: autogestão; solidariedade; cooperação; cuidado com o meio ambiente; a valorização da participação popular nos processos democráticos; e a valorização do conhecimento tácito adquirido ao longo da vida, são potencializados para a geração de trabalho e renda e, por que não, tecnologias? (Fajado; Bento, 2017).

Ao que tange a participação popular nos processos democráticos, como visto anteriormente, os/as atores/atrizes da EcoSol organizam-se desde redes de produção e comercialização, passando por fóruns e conselhos municipais e estaduais, chegando ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e ao Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Estes últimos, favorecendo, por meio das plenárias e conferências nacionais, uma estrutura participativa para o acompanhamento, o monitoramento e a legitimação das ações na própria organização da EcoSol, assim como na agenda política governamental (Silva; Cunha; Silva, 2018)⁴³.

Olhando para tal construção, é importante trazer para a discussão um campo científico que estuda e valoriza os processos sociais e os impactos da tecnologia na sociedade, desde a sua formulação até sua aplicação. O campo da Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) começou o seu desenvolvimento em meados do século XX, em um momento de grande convulsão social, e que a sociedade vivenciava, em meio a Guerra Fria, alguns desdobramentos tecnológicos (nuclear e bélico), alinhado com a negligência com a natureza. Tendo como ação propulsora da CTS pesquisadores críticos e ativistas dos movimentos sociais de contracultura⁴⁴, estadunidense e europeu das décadas de

⁴² Que será abordado a seguir.

⁴³ É importante notar que, dentro do movimento de EcoSol, todos os meios de organização apresentados garantem a participação popular.

⁴⁴ Este movimento se opunha as normas e padrões estabelecidos pela sociedade entre os anos de 1950 e 1970. Para mais informações acessar: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/contracultura>.

1960/70, alinhando-se ao pensamento crítico acerca do progresso tecnocientífico sem a participação da sociedade nas questões de: desenvolvimento sustentável; biológico/genético; tecnológico e do mundo do trabalho (Cutcliffe, 2003; Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003).

As preocupações com o impacto das novas tecnologias na automação do trabalho da época eram grandes, e começaram a despontar organizações de trabalhadores/as que questionavam tal impacto. Com isso, foi firmada a Declaração de Direitos sobre as Novas Tecnologias, nos Estados Unidos, e as primeiras leis que garantiam a participação popular nas tomadas de decisões, principalmente as oriundas das discussões no campo da ciência e tecnologia, nos Países Europeus (Cutcliffe, 2003).

O campo da CTS também se desenvolveu nas áreas da saúde, ensino e informática. É importante ressaltar a participação dos movimentos sociais nas discussões em CTS e a valorização do que não é empírico nas tomadas de decisões. Reforçando a tese da aplicabilidade da temática da CTS nas linhas de: políticas públicas; ciência e tecnologia (Cutcliffe, 2003; Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003).

Um conceito importante a ser tratado dentro da CTS, assim como pode ser aplicado em outras áreas do conhecimento, é a não-neutralidade da ciência, ou seja, posicionar-se diante de situações onde a objetividade e a neutralidade científica continuam sendo consideradas critérios decisivos para validação de um conhecimento, assim como a busca de uma maior participação da sociedade nos processos decisórios condicionados pela ciência e tecnologia (Feenberg, 2003; Latour, 2001; Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003; Varsavsky, 1969).

Ao fazerem um panorama da imagem tradicional da ciência e da tecnologia, Linsingen, Bazzo e Pereira (2003) apontam que o modelo tradicional, de desenvolvimento científico, com sua equação linear⁴⁵, busca somente contribuir com o maior bem-estar social, desconsiderando dos valores sociais. Os autores apontam ainda que, os estudos em CTS questionam, o modelo de produção de conhecimento tradicional, o qual considera a ciência e a tecnologia neutras e autônomas, corroborando o pensamento de Varsavsky (1969). Este faz uma análise crítica ao pensamento científico vigente na época, sua

⁴⁵ +ciência = +tecnologia = +riqueza = +bem-estar social (Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003).

neutralidade e incapacidade de extinguir os problemas relacionados ao sistema capitalista. Varsavsky (1969) aponta a importância de os/as cientistas agirem contra o modelo linear de análise, além da avaliação da produção científica pelos pares, quase sempre, segundo o autor, distante da sociedade.

Não-neutralidade esta, pode ser observada nos apontamentos realizados por Winner (1986). O autor apresenta a tese de que artefatos⁴⁶ podem ter qualidades política, ou seja, podem incorporar formas de poder e autoridade, de quem o cria ou de uma comunidade. Aponta ainda a necessidade de se entender além das tecnologias, mas também o contexto social⁴⁷ e econômico em que estão inseridas, sua história e a compreensão da teoria política.

Para Cunha e Santos (2011) o debate em torno da neutralidade e da não neutralidade da ciência é constante. As autoras sinalizam que, no processo científico, não se trata em negligenciar os aspectos metodológicos, mas sim, posicionar-se diante da situação de que não é possível que a objetividade e a neutralidade continuem sendo consideradas critérios decisivos para validação do conhecimento científico.

Neste contexto, torna-se necessário olhar o propósito de uma tecnologia para além de seu uso imediato; de entender as consequências políticas das tecnologias, seu impacto social e econômico, este último, podendo agravar o impacto social (Winner, 1986).

Todos esses elementos discorridos fazem parte do que Feenberg (2004) chama de a Teoria Crítica da Tecnologia, ou seja, “[...] onde é que as relações sociais sejam mediadas pela tecnologia moderna, é possível introduzir controles mais democráticos e reformular a tecnologia a fim de acolher maiores *inputs* de perícia e iniciativa” (p. 3). O autor continua “[...] a tecnologia media e molda os grupos sociais, por sua vez, mediam e moldam a tecnologia” (Feenberg, 2004, p. 115).

Dagnino (2004), salienta que esse movimento dialético entre a tecnologia e a sociedade supracitado, a partir da teoria crítica “a tecnologia existente ‘emolduraria’ não apenas um estilo de vida, mas muitos possíveis

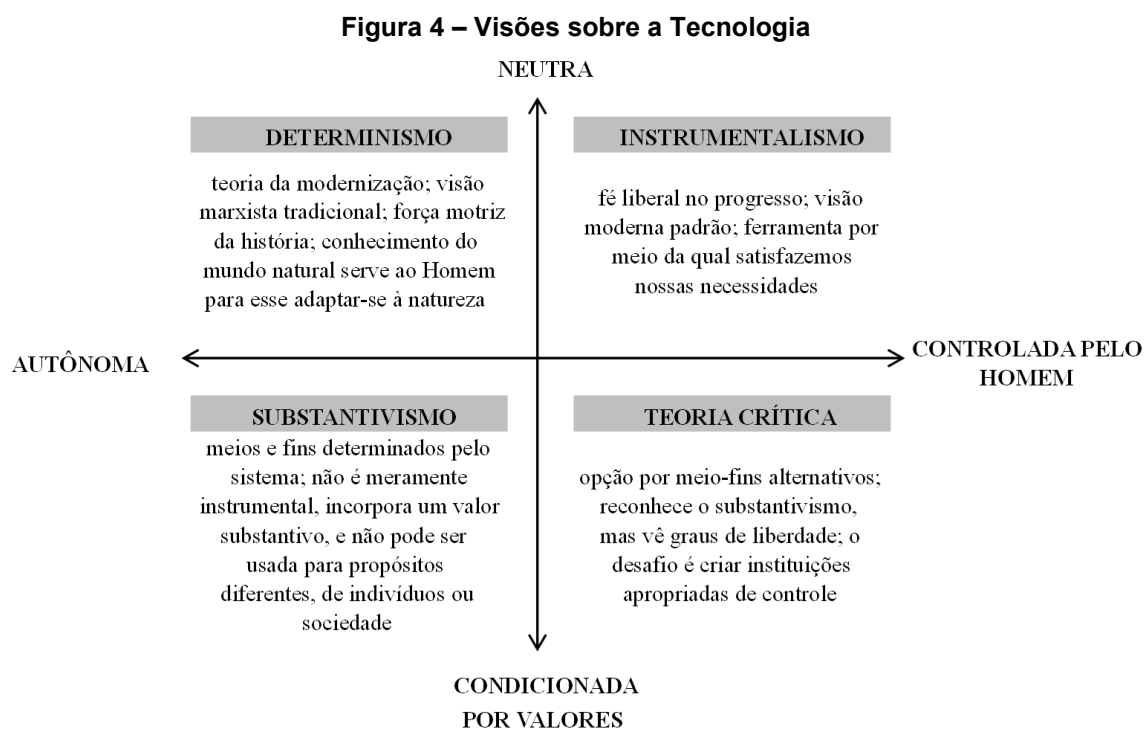
⁴⁶ Entende-se por artefatos o “produto final” de um processo tecnológico, por exemplo, um computador, um celular, uma ponte, um instrumento de trabalho.

⁴⁷ Dentro das questões de uma comunidade, estão as relações econômicas, de poder, autoridade e privilégios (Winner, 1986).

estilos, cada um refletindo diferentes escolhas e diferentes mediações tecnológicas” (p. 50), ou seja, “as tecnologias não seriam meros artefatos ou ferramentas, dispostos aleatoriamente a serviço do homem, em uma relação reducionista, mas, ao contrário, serviriam como suportes a estilos de vida” (Freitas; Sagatto, 2014, p.308).

Diferente da visão tradicional da tecnologia, de exclusão da sociedade, entre outros elementos já abordados, a teoria crítica é otimista em relação à tecnologia e sua capacidade de promover um desenvolvimento que atenda às necessidades da sociedade (Freitas; Segatto, 2014).

Para melhor entender essa colocação, se faz necessário observar na Figura 4 os apontamentos de Dagnino, Brandão e Novaes (2004) acerca da compressão das diversas visões para o modo como a Ciência e a Tecnologia (C&T) podem ser empregadas ao que tange o desenvolvimento.



Fonte: Dagnino; Brandão; Novaes (2004, p 48)

Como é possível observar na Figura 4, as visões de tecnologia são condicionadas, segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2004), por dois aspectos: autonomia e neutralidade. Logo, cada visão compreende um prisma entre a

neutralidade e a não neutralidade (eixo vertical), bem como, a autonomia e a posição controlada pelo homem⁴⁸ (eixo horizontal).

Para Dagnino, Brandão e Novaes (2004) e Freitas, Segatto (2014) as visões atuais da tecnologia encontram-se no *continuum* entre os extremos dos eixos, ou seja, entre a neutralidade (tecnologia é neutra, concebida de modo imparcial, livre de interesses políticos, econômicos, morais e sociais) e da não neutralidade (tecnologia é carregada de valores, possui interesse social, político e econômico), bem como, a autonomia (tecnologia apoiada na ciência e no método científico, com um desenvolvimento linear, inexorável, como suas próprias leis imanentes, livres de qualquer intervenção social), com a posição controlada pelas pessoas (as pessoas têm total controle sobre a tecnologia, decidem sua orientação e desenvolvimento).

A teoria crítica, conforme pode ser observado na Figura 4, agrega as perspectivas condicionadas por valores e controlada pelas pessoas.

A visão da teoria crítica corresponde ao foco na sociedade, mediante o qual o desenvolvimento da C&T não é endógeno, mas influenciado pela sociedade, e carrega em si a abordagem da tese forte da não neutralidade. Diferente da visão substantiva, a visão da teoria crítica é otimista em relação à tecnologia e sua capacidade de promover um desenvolvimento que atenda às necessidades da sociedade e reforce os valores que esta escolheu para viver. Nesse caso, é preciso que haja o controle social que oriente o desenvolvimento da C&T em uma perspectiva diferente da orientação técnica, posicionando as necessidades das pessoas em primeiro lugar, ou seja, trocando-se a racionalidade técnica pela racionalidade democrática, segundo a qual toda tecnologia está a serviço da humanidade e, não, o inverso (Freitas; Sagatto, 2014, p.307).

A visão oferecida pela Teoria Crítica da Tecnologia, permite, segundo Feenberg (2004), por meio da compreensão dos elementos envolvidos no processo histórico-social de elaboração da tecnologia, proporcionar subsídios para o exercício crítico da escolha tecnológica das pessoas envolvidas.

Posto isto, chega-se à pergunta: quais são as conexões entre a CTS e a Economia Solidária?

As ligações se dão na medida em que:

ao se estudar e conceituar as tecnologias não produzidas no âmbito acadêmico e que se encontravam difusas, dispersas, ao contrário daquelas produzidas em laboratórios e/ou gabinetes dos

⁴⁸ Leia-se pessoas.

pesquisadores das ciências puras ou exatas [...] foram identificadas 1,5 mil tecnologias de acesso fácil, de domínio público, sem royalties, e que poderiam contribuir significativamente para mudar a vida de milhares de pessoas que vivem à margem da sociedade (Albuquerque, 2009, p.15).

Ao relatar as primeiras experiências de Tecnologia Social (TS)⁴⁹, Albuquerque (2015) chama atenção para o fato de estas tecnologias e experiências estarem ligadas à agricultura familiar, cooperativas rurais, extensão tecnológica e população socialmente excluída. Áreas estas, onde a Economia Solidária também está presente.

Dentro dessa linha de pesquisa e pensamento, Dagnino (2014) aponta a necessidade de a Economia Solidária avançar no desenvolvimento de uma nova plataforma científica e tecnológica⁵⁰, que seja interdisciplinar, com objetivos a: inclusão social; resolução de problemas locais; valorização de diferentes saberes, sejam eles da prática da vivência diária ou científicos; promoção da autonomia; tecnologia que seja acessível aos trabalhadores/as e contribua com os princípios da EcoSol.

Em um primeiro momento, Dagnino (2019) apontou que essa plataforma se daria por meio da Tecnologia Social, porém, recentemente o autor cunhou o conceito de Tecnociência Solidária, sendo essa a plataforma científica e tecnológica, que segundo Dagnino (2019), a EcoSol necessita avançar.

2.3.1 Tecnologia Social e Tecnociência Solidária

Ainda dentro do campo da CTS, chegamos a Tecnologia Social e a Tecnociência Solidária (Dagnino, 2019; Lassanse Jr.; Pedreira, 2004; Thomas, 2009). É importante ressaltar que, ao longo da história, a ciência e as tecnologias desempenharam um papel importante nos processos de mudança social, assim como, motivaram as tomadas de decisões dos/as atores/atrizes envolvidos/as. Thomas (2009), olhando para a realidade da América Latina, aponta a Tecnologia Social como “um meio de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais”

⁴⁹ O conceito e seus desdobramentos serão aprofundados no próximo ponto.

⁵⁰ Entende-se como plataforma científica e tecnológica os instrumentos de coordenação e organização da pesquisa técnico-científica e de estímulo ao desenvolvimento de tecnologias (Teixeira, 2012).

(Thomas, 2009, p.27), bem como “produtos, técnicas e ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representa efetivas soluções de transformações sociais” (RTS, 2010, p.15) Thomas (2009) ressalta que tais tecnologias poderiam gerar dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento territorial⁵¹. Lassanse Jr. e Pedreira (2004) apontam a TS como sendo um conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Podemos apontar como exemplos de TS: a multimistura, da Pastoral da Criança da Igreja Católica, em que, como complemento alimentar foi utilizada largamente no país, em vários municípios, a multimistura integrou a política de segurança alimentar. Outro exemplo de TS pode ser as cisternas de placas pré-moldadas nas áreas de seca no Brasil, que também vieram a se tornar parte de uma política pública⁵² (Lassanse Jr.; Pedreira, 2004); assim como, pode ser citado como exemplo, os processos coletivos descritos por Fraga, Silveira e Vasconcelos (2008) na construção de mesas de triagem de resíduos sólidos em uma cooperativa social de catadores/as de material reciclado.

Corroborando os resultados das pesquisas apresentados por Albuquerque (2009), citado anteriormente, Dagnino (2010) endossa o viés de que a TS se desenvolveu a partir da articulação entre universidades, movimentos sociais, Empreendimentos Econômicos Solidários, diferentes órgãos governamentais e comunidades locais, com a finalidade de desenvolver soluções tecnológicas que respondessem as necessidades locais.

Olhando para o cerne da questão da TS, ou seja, o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades básicas da população, Thomas (2009) aponta que:

a geração de novas formas de gestão adequadas ao projeto, à produção, à implementação e à avaliação de TSs inclui não só a acumulação de aprendizagens no plano da política pública e a ação do estado, mas também a habilitação de novos canais de decisão e concepção de estratégias de intervenção. As áreas prioritárias de alimentação, saúde, moradia e energia constituem setores

⁵¹ Desenvolvimento este pautado nos estudos da CTS.

⁵² Programa Fome Zero a partir de 2003. É importante notar que não necessariamente uma TS precisa compor uma política pública para ser considerada uma TS (Lassanse Jr.; Pedreira, 2004).

fundamentais tanto para as políticas públicas quanto para as estratégias de desenvolvimento local e regional (Thomas, 2009, p. 49).

No que tange as novas invenções para a geração de políticas públicas e estratégias institucionais de desenvolvimento social e econômico, Thomas (2009) expõe as várias oportunidades para a atuação da TS. Destaque-se a adequação sociotécnica⁵³, como relação problema-solução não linear no campo da produção do conhecimento; os sistemas tecnológicos e sociais de produção no campo da economia e produção; e a cidadania sociotécnica no campo da política e sociedade. Esta última, apontada como a expressão mais nítida dos direitos dos cidadãos, sendo, segundo Thomas (2009, p. 76), “o caminho mais democrático de projetar, desenvolver, produzir, implementar, administrar e avaliar a matriz material do nosso futuro.” Sendo uma importante chave de leitura para as ações de planejamento, tomadas de decisão e implementação de Políticas Públicas de EcoSol.

Entretanto não há um consenso acerca da definição e uso das tecnologias sociais. Dagnino (2019) aponta que os conceitos de TS passaram a ser usados para denominar um significado diferente daquele que originalmente foi atribuído⁵⁴. Dado esse fato, Dagnino (2019) apresenta a Tecnociência Solidária, ou seja, “um modo como conhecimentos devem ser empregados visando à produção e ao consumo de bens e serviços em redes de economia solidária, respeitando seus valores e interesses, para satisfazer necessidades coletivas” (Dagnino, 2019, p. 63). E complementa:

Tecnociência Solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo resultado material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário) (Dagnino, 2019, p. 61).

⁵³ Processo auto-organizado e interativo de integração de um conhecimento, componente ou sistema tecnológico em uma dinâmica ou trajetória sociotécnica, sócio historicamente situada. Por vezes, dentro desta dinâmica, há os processos de resignificação de tecnologias e seu trajeto dentro de um grupo (Thomas, 2009).

⁵⁴ O autor ainda explana que os conceitos de TS foram apropriados por instituições que reforçam a ideia de transferência de conhecimento ou a necessidade de validação externa da TS desenvolvida por um grupo ou comunidade (Dagnino, 2019).

Ribeiro (2021) aponta que o conceito de Tecnociência Solidária elaborado por Dagnino (2019) tem início na materialidade da vida dos/as trabalhadores/as organizados coletivamente e, nesta coletividade, buscam administrar os processos produtivos e os resultados, de modo que considerem justo para todos/as. Toda essa discussão da Tecnociência Solidária é recente e carece de mais estudos e uma maior difusão dentro do movimento de EcoSol.

Esse processo, de tornar próprio, adequado, remete ao que Santos (2020) apontou, no contexto de controle da situação pandêmica nas periferias do Brasil, para a “participação democrática ao nível de bairros e comunidades, na educação cívica orientada para a solidariedade e cooperação” (p.08). Dentro do campo da CTS, Cutcliffe (2003) apresenta que, historicamente, este modelo de organização comunitária foi adotado para superar os primeiros efeitos do neoliberalismo nas décadas de 1970 e 1980. Não distante das primeiras organizações de EcoSol no Brasil. Tal modelo de organização, impactou nas políticas públicas de trabalho da época, fomentou estudos no campo da CTS, como já apontado, e promoveram mecanismos democráticos de participação que facilitaram a abertura dos processos de tomada de decisão na construção de Tecnologias Sociais (Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003).

Latour (2001) aponta que o campo da CTS, desde a sua formulação, sempre foi um campo de fronteira, defendendo a participação cidadã não somente como objeto de estudo, mas sim integrante dos processos tecnocientífico. O autor aponta que a CTS rompe com o pensamento tradicional de desenvolvimento científico, assim como propõe uma construção científica-tecnológica valorizando o conhecimento tácito e a interação quase que indissociável entre ciência, tecnologia e sociedade.

A CTS tem muito a contribuir com o movimento de EcoSol, desde a proposição de mecanismos de participação popular, passando pela elaboração coletiva de artefatos tecnológicos e tecnologia social, assim como toda a estruturação de uma linha de conhecimento científico-tecnológico como a tecnociência solidária, que reafirma a não-neutralidade da ciência e ultrapassa os limites do determinismo tecnológico e a linearidade do desenvolvimento tradicional tecnológico. Contudo, se faz necessário aprofundar o conhecimento sobre as políticas públicas e seus ciclos, para a formulação de possíveis intersecções entres as áreas.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como apontado anteriormente, a Economia Solidária é formada por diversas raízes históricas, que possui princípios, valores e ideais pautados na transformação dos valores econômicos da sociedade. Diante dessa conjuntura, os atores e atrizes da Economia Solidária chamam a atenção para as vulnerabilidades dessa economia e de seus trabalhadores/as, seja pela falta de acesso ao mercado de trabalho ou a falta de incentivo, do setor público, para a aquisição de produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários, assim como uma participação ativa nos processos da EcoSol. Com esse contexto, os atores e atrizes apontam a necessidade do apoio e fomento de Políticas Públicas como uma das formas de diminuir as dificuldades e suscitar uma maior conscientização sobre o papel da EcoSol na sociedade (Ferreira; Lombardi; Severino; Carvalho; Campos, 2019).

Segundo Ferreira *et al.* (2019), compreender o papel do Estado em suas esferas governamentais, assim como, conhecer suas formas de ação e de estratégias para a elaboração de uma política pública, é essencial para se ter uma maior dimensão das iniciativas de fomento à EcoSol e, conseqüentemente, os processos em que os/as trabalhadores/as podem intervir de modo efetivo.

Serafim e Dias (2011) apontam que, para além de compreender o papel do Estado, torna-se importante a realização de uma análise de política (*policy analysis*) ou mais precisamente, “como uma metodologia de investigação social aplicada à análise das atividades concretas das autoridades públicas” (p. 305). E continuam:

A importância deste referencial é que ele nos permite compreender a conformação das políticas públicas em geral (nacional, estadual ou municipal) e a complexidade que a ela é intrínseca. A Análise de Política, ao focar no comportamento os atores sociais⁵⁵ e no processo de formulação da agenda e da política, busca entender o porquê e para quem aquela política foi elaborada e não só olhar o conteúdo da política pública em si (Serafim; Dias, 2011, p. 305).

Para se ter uma melhor compreensão da área de estudos e análise de políticas públicas e suas intersecções com a Economia Solidária, neste capítulo

⁵⁵ “Indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política” (Secchi, 2015, p. 152).

será abordado os seguintes pontos: compreensões iniciais de políticas públicas⁵⁶; estruturas e decomposição das políticas públicas; atores e atrizes de políticas públicas; redes de agregação de atores e atrizes de políticas públicas; ciclo de políticas públicas; políticas públicas de economia solidária.

3.1 Compreensões iniciais de Política Pública

Antes de começar a discorrer sobre o assunto, uma observação importante precisa ser realizada. Os países de língua latina encontram uma dificuldade linguística para a distinção de alguns termos essenciais das ciências políticas. Rosa, Lima, Aguiar (2021) e Secchi (2015) apontam que na língua portuguesa⁵⁷, o termo política pode assumir várias conotações semânticas, em que, na língua inglesa, é possível diferenciar três acepções: *polity*, *politics* e *policy*.⁵⁸

A conceituação de *polity* refere-se ao contexto político-institucional, ou seja, onde acontecem os processos sociais, as organizações e regras que orientam os processos políticos, por exemplo: os três poderes do governo (no caso do Brasil), os partidos políticos, as organizações administrativas (ministérios, secretarias), a Constituição Federal, entre outros (Rosa; Lima; Aguiar, 2021; Secchi; Coelho; Pires, 2019).

O termo *politics*, segundo Secchi (2015, p.15)⁵⁹, “é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”. O termo refere-se à atividade política marcada pelo caráter conflituoso no campo das tomadas de decisões em contextos de pluralidade de atores e atrizes (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

Já o termo *policy*, segundo Secchi (2015, p.15), “é a relação mais concreta, a que tem relação com orientações para a decisão e a ação”. O foco está no conteúdo das políticas pública, nos modos de implementação, avaliação,

⁵⁶Torna-se necessário ressaltar que o objetivo deste capítulo é apresentar as diversas perspectivas/chave de leitura sobre as políticas públicas e não construir uma definição teórica-conceitual do que seja uma política pública.

⁵⁷ Assim como nas outras línguas latinas.

⁵⁸ Dado essas diferenças semânticas, e que, na literatura em geral se usa os termos em inglês, buscar-se-á usar, neste capítulo, os termos em ambas as línguas, fazendo sempre que possível a ligação entre os termos.

⁵⁹ Esta discussão também é apresentada em: Secchi; Coelho; Pires (2019).

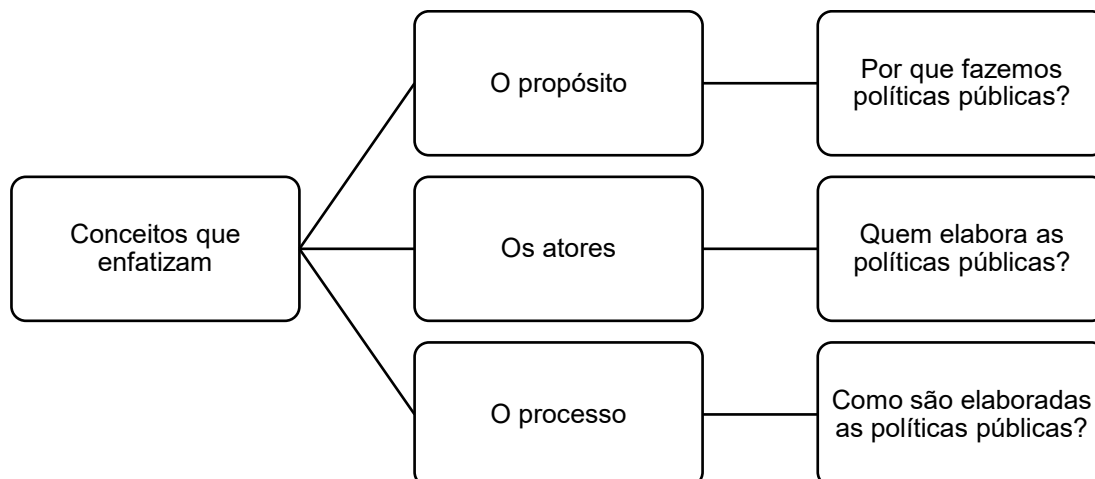
eficácia e efetividade (Rosa; Lima; Aguiar, 2021). Os autores apontam que o termo “política pública” (*public policy*) está vinculado a esta definição da palavra política. Entretanto, o conceito de política pública não é único e não há um consenso entre os/as pesquisadores/as da área sobre a melhor definição (Chrispino, 2016; Rosa; Lima; Aguiar, 2021; Secchi, 2015; Secchi; Coelho; Pires, 2019; Serafim; Dias, 2011; Souza, 2006).

Souza (2006) ao abordar a questão do estudo e da análise das políticas públicas (*policy studies, policy analysis*) apresenta que, o pressuposto que possibilitou tais ações (estudo e análise) nos anos de 1930 foi o de que, em democracias estáveis, seria possível a formulação científica e análise por pesquisadores/as independentes sobre o que o governo faz ou não faz.

Dias e Matos (2012) definem a política pública como a iniciativa do governo que se organiza em planos, programas e ações. Sendo essa a compreensão, a função essencial do governo pode ser formulada como um conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que permitam e sustentem a gestão do Estado na solução de problemas. Para os autores, as políticas públicas estabelecem um meio de concretização dos direitos que estão nas leis de um país. Assim, as políticas públicas são um dos caminhos pelo qual a Constituição Federal pode ser efetivada, assim como as leis estaduais e municipais. Outro ponto importante levantado por Dias e Matos (2012) é o da não existência de um modelo de política pública “ideal” ou “correta”, uma vez que elas são respostas contingentes à situação de uma cidade, região ou país.

Rosa, Lima e Aguiar (2021) ao responderem à pergunta: o que são políticas públicas? apresentam três áreas (propósito, atores/atrizes e processo) que contribuem na síntese da dimensão teórico-conceitual das políticas públicas como pode ser visto na Figura 5:

Figura 5 - Concentração dos conceitos de políticas públicas



Fonte: Rosa; Lima; Aguiar (2021)

Quanto aos conceitos que enfatizam o propósito de uma política pública (Por que fazemos políticas públicas?) Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam que, nesta abordagem, as políticas públicas são entendidas como instrumento técnico-político orientadas para um problema social. O caráter deliberativo dos processos de construção da ação e a pretensão de uma transformação social são, segundo os autores, as principais características desta abordagem, assim como, a necessidade de demonstrar a relação de causalidade entre a existência de determinado problema e a proposta de solução na forma de política pública.

Para a abordagem que destaca o papel dos atores e das atrizes (Quem elabora as políticas públicas?), se encontra a criação das políticas públicas monopolizadas pelos atores e atrizes estatais, visto seu papel de produtores/as de leis e de representantes do interesse coletivo. Esta linha de abordagem admite que os grupos organizados não estatais possam influenciar os processos das políticas públicas, mas sem a centralidade das decisões (SECCHI, 2015).

Para essa abordagem, os grupos não estatais/não governamentais (ONGs, associações, Entidades de Apoio e Fomento à EcoSol, dentre outros) são organizados a partir de sua natureza (problema público⁶⁰) e contemplam uma pluralidade de pessoas com centros decisórios múltiplos (audiências públicas, conselhos, entre outros) em torno das iniciativas que buscam enfrentar

⁶⁰ Entende-se por problema público quando, na realidade pública, uma situação relevante para a coletividade é considerada inadequada, pelos atores políticos, diante da expectativa do alcance de uma situação melhor (Secchi, 2015).

os problemas sociais. Por fim, esta abordagem pode fazer políticas públicas em associação ou não com o Estado (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

A terceira abordagem, de se compreender as políticas públicas, são as de aspecto processual, ou seja, os processos de construção e de intervenções junto a uma realidade social, por meio de instrumentos considerados adequados (programas, projetos, dentre outros). Nesta abordagem de políticas públicas, os processos decisórios são valorizados, em que se pode abrir espaço para uma discussão acerca da influência das instituições⁶¹ nestes processos (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

Neste processo de contextualização para o entendimento teórico-conceitual do termo política pública, Secchi (2015) e Secchi, Coelho e Pires (2019) apresentam três nós conceituais que endossam a perspectiva da definição do termo política pública de modo plural e não único.

O primeiro nó conceitual trata-se do não consenso entre uma abordagem, de política pública, estatista/estadocêntrica⁶² (*state-centered policy-making*) ou multicêntrica/policêntrica⁶³. O segundo nó conceitual se trata na figura dos atores e das atrizes estatais (*policymaker*), em omitir ou negligenciar um problema público e conseqüentemente a política pública⁶⁴. Por fim, o terceiro nó trata-se de entender a política pública como estruturante⁶⁵, em que, segundo Secchi (2015, p.7) “programas, planos e projetos são apenas elementos operativos, não podendo ser considerados políticas públicas individualmente”.

Secchi (2015) expõe que o primeiro nó conceitual se dá devido a dicotomia de pensamento e de pesquisas, entre o que seja e quem são os protagonistas da política pública (Estado ou sociedade civil organizada). Neste nó, o autor apresenta a abordagem estatista/estadocêntrica. Em que, segundo essa concepção:

O que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do ator protagonista [...] a exclusividade estatal no fazer

⁶¹ O Neoinstitucionalismo também é um modelo de realizar análise de políticas públicas. Para um aprofundamento na temática observar Souza (2006).

⁶² “Que considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais” (Secchi, 2015, p.2).

⁶³ “Que considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas” (Secchi, 2015, p.3).

⁶⁴ Também visto em Dye (2013).

⁶⁵ De nível estratégico.

policies é derivada da superioridade objetiva do Estado em fazer leis, e fazer com que a sociedade cumpra as leis (Secchi, 2015, p. 2).

Ou seja, o Estado, com seus atores e suas atrizes, tem uma superioridade hierárquica em relação aos atores e as atrizes não estatais. Secchi (2015) expõe que, neste caso, os atores e as atrizes não estatais podem possuir influência nos processos de elaboração e implementação de uma política pública, porém não cabe a eles os processos de deliberações, este ficado reservado para os atores e atrizes estatais.

A abordagem multicêntrica/policêntrica, atribui o adjetivo pública a uma política quando o problema que se tenta enfrentar é público. Nesta abordagem, as políticas públicas são desenvolvidas dentro de um aparato institucional/legal do Estado, porém as iniciativas e decisões podem ter diversas origens, englobando assim, além dos atores e das atrizes estatais, organizações não governamentais, redes de políticas públicas, entres outros (Secchi, 2015). Este primeiro nó conceitual correlaciona-se com o exposto por Rosa, Lima e Aguiar (2021) na Figura 5 onde o papel dos atores e das atrizes (estatais e não estatais) está em destaque.

Ainda nesta grande área dos conceitos de política pública em que os atores e as atriz estão em destaque, Secchi (2015) apresenta o segundo nó conceitual. Este foi introduzido por Dye (2013), no qual apresenta a ideia de inação do Estado, ou seja, para o autor, a política pública é tudo o que os governos escolhem fazer ou não fazer. A inação dos atores e das atrizes governamentais diante de um problema público, nesta concepção, também é um modelo de política pública (Secchi, 2015).

Secchi, Coelho e Pires (2019), ressaltam ainda que a omissão ou negligência governamental derivada da não inserção, do problema público, nos interesses de ação do governo (agenda formal). Neste nó conceitual, há uma diretriz (*policy*) para que o/a agente do estado não faça nada em relação ao problema. Os autores apontam ainda que a omissão ou negligência do estado não pode ser confundida com as falhas na implementação de uma política pública.

Uma política pública requer a existência de uma diretriz, ou seja, uma orientação de um *policy maker*⁶⁶ à atividade ou à passividade de um *policy taker*⁶⁷. O conjunto de ações ou inações derivadas dessa diretriz também faz parte da política pública (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p. 9).

O terceiro nó conceitual é composto, segundo Secchi (2015), pelos conceitos que interpretam as políticas públicas exclusivamente como macro diretrizes estratégicas ou conjuntos de programas. Segundo o autor, nesta concepção, os programas, projetos, planos de ação, são elementos operativos de uma política pública e não podem ser considerados, isoladamente, uma política pública.

Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam que, a adoção desta concepção, dado o nível de operacionalização da diretriz (*policy*), pode excluir das pesquisas e das análises as políticas públicas municipais, regionais, estaduais, intraorganizacionais. Todas estas que, enquanto área de estudo (*policy studies*) se configuram, em sua maioria, na análise de programas, planos e políticas públicas locais e regionais.

Souza (2006) ressalta ainda que as concepções de políticas públicas constituem uma visão holística⁶⁸ do tema, em uma contingência de que o todo é mais importante do que a soma das partes. A autora aponta ainda que:

Do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia (Souza, 2006, p. 25).

Souza (2006) ainda aponta, a Política Pública, como um campo de conhecimento que busca colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação propondo mudanças quando necessário. Ressalta ainda que, entendendo as políticas públicas como um campo holístico, surgem duas implicações, na primeira: a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e métodos, podendo esta, se tornar objeto analítico de outras áreas do conhecimento; na

⁶⁶ Legislador.

⁶⁷ Executor da política.

⁶⁸ "Isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas" (Souza, 2006 p. 26).

segunda, o caráter holístico proporciona que a área não cresça em coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta várias chaves de leitura e de análise (Souza, 2006).

Por fim, as políticas públicas, após formulação, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados, sistemas de informação e pesquisas. Quando postas em ação, Souza (2006) expõe que são implementadas, ficando submetidas a sistemas de monitoramento e de avaliação. Discussão que veremos no próximo tópico.

3.2 Estruturas e decomposição das Políticas Públicas

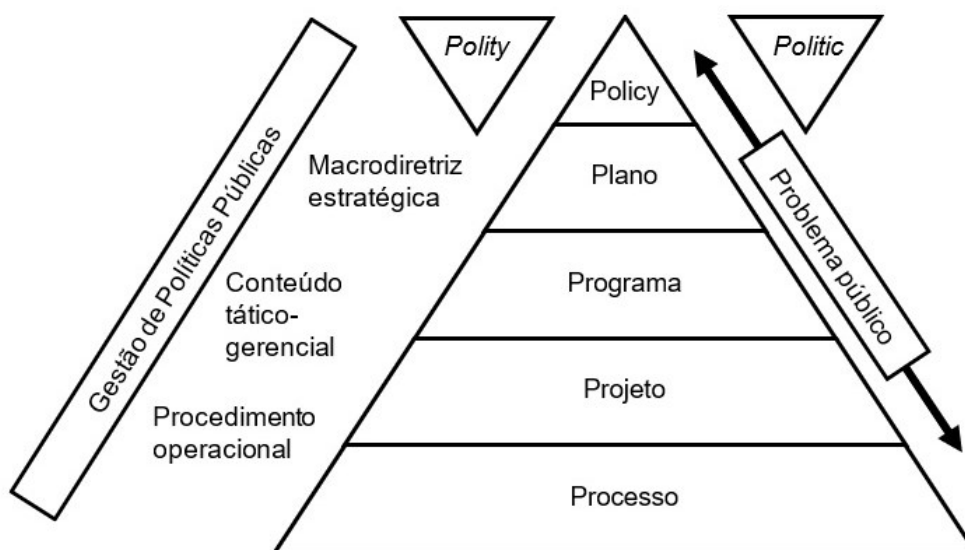
Ao operacionalizar uma política pública é possível notar diferentes níveis. Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam que esta compreensão fortalece a definição de gestão de políticas públicas, “a qual considera a ação e o efeito de múltiplos atores/atrizes – do Estado e da sociedade civil – em torno dos problemas públicos” (p. 11).

Essa natureza política das políticas públicas – que interliga a *polity* (instituições), a *policy* (orientações políticas) e a *politics* (dinâmica política) – se traduz, então, em artefatos gerenciais como planos (macrodiretriz estratégica), os quais se concretizam em ação por meio de programas (conteúdo tático-gerencial). Estes por sua vez, se subdividem em projetos e são sustentados por processos (procedimento operacional) (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p. 11).

No plano de uma política pública é apresentado a estrutura da intervenção, seus objetivos e princípios orientativos. Em sua implementação, são apresentados os programas, estes são mais específicos e contêm recortes, setorial, territorial, temático, entre outros. Por sua vez, os programas são decompostos em projetos, estes constituem a menor unidade de ação e são mais operativas. Os projetos são formados por atividades voltadas para o alcance de objetivos específicos e com prazo definido (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

A Figura 6 demonstra a estrutura de operacionalização/gestão de políticas públicas.

Figura 6 - Estrutura de operacionalização/gestão de políticas públicas



Fonte: Secchi; Coelho; Pires (2019, p. 12)

A macrodiretriz estratégica, ligada ao plano de uma política pública, define os elementos centrais⁶⁹ da *policy*, sendo construída, preferencialmente, em contextos com o maior número de atores/atrizes envolvidos/as com a temática central da política pública. Há neste nível um grande debate público, divulgação de informações e coletas de dados, negociações, persuasão e barganha (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

O conteúdo tático-gerencial elabora os processos, metas e os garantidores (insumos necessários) para a execução dos objetivos. Os planos são mais detalhados e ganham, segundo Rosa, Lima e Aguiar (2021), um desígnio setorial, departamental, territorial ou temático. Por fim, no procedimento operacional, há a criação de projetos, que são mais específicos e detalhados, uma vez que visam à execução dos programas.

Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam que todos os níveis devem ser entendidos como um processo integrado e interdependente, ou seja,

O planejamento estratégico (plano) não vai sair do papel se os programas do nível tático e os projetos do nível operacional não forem bem estabelecidos e executados. Neste sentido, todos os níveis são necessariamente: o estratégico para orientar a política pública, o tático para desdobrar essa política em programas menores e departamentalizados e o operacional para elaborar as atividades que serão realizadas nos setores para executar os objetivos dos programas (Rosa; Lima; Aguiar, 2021, p. 22).

⁶⁹ Problema social, princípios, objetivos e meios de execução (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

É importante ressaltar que todas as etapas e os processos supracitados são elaborados, executados, monitorados e avaliados por diversas pessoas que têm em comum o interesse na temática de uma política pública específica. Estas⁷⁰ são reconhecidas como atores e atrizes de políticas públicas, como pode ser visto a seguir.

3.3 Atores e atrizes de Políticas Públicas

Rosa, Lima e Aguiar (2021) expõem que os atores e as atrizes de políticas públicas são as pessoas, os grupos e os organismos que se mobilizam conjuntamente para a criação, o monitoramento ou a extinção⁷¹ de uma política pública. Estes atores e atrizes podem ser agentes governamentais e não-governamentais, assim como, beneficiários/as das políticas públicas.

Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam que os atores e as atrizes têm a capacidade de intervir, direta ou indiretamente, no conteúdo e nos resultados da política pública, assim como, alocar recursos, construir coalizões, resolverem ou causarem conflitos em um cenário político. Uma vez que, a política pública estando diretamente ligada a áreas de suas vidas (trabalho, saúde, assistência etc.), a participação nos espaços deliberativos, pode lhes gerar perdas e ganhos. Não se pode negar o fato de que, ao redor de uma política pública, orbita uma multiplicidade de pessoas com interesses diversos, empenhando-se em influenciá-la de modo que lhes favoreça ou que não lhes prejudique (ROSA; LIMA; AGUIAR, 2021).

As interações dos atores e das atrizes de políticas públicas acontecem nos espaços denominados arenas de políticas públicas. Estes espaços não se limitam somente aos espaços físicos (Câmara Municipal, Estadual, Federal, por exemplo), mas a toda movimentação, construção de alianças, negociações e debates com o objetivo de convencer públicos e aumentar a adesão em suas ideias (Rosa; Lima; Aguiar, 2021). Os autores apontam ainda três elementos deste conceito:

⁷⁰ Pessoas, grupos ou organizações.

⁷¹ No caso em que o problema social foi resolvido e não carece da atenção de uma política pública.

(a) as arenas conformam espaços de concertação de interesses; (b) em cada arena há uma configuração própria de atores capazes de influenciar o conteúdo da política; (c) atores agem por meio da mobilização de seus recursos de poder e repertórios de ação (Rosa; Lima; Aguiar, 2021, p. 25).

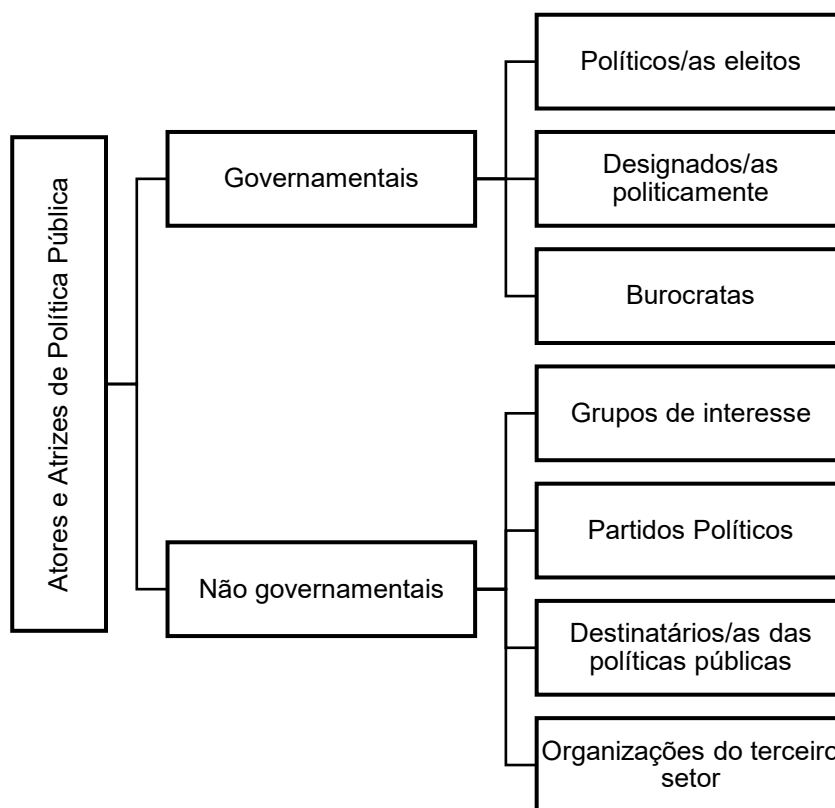
3.3.1 Categorias de Atores e de Atrizes

Cada arena política possui configuração própria o que, conseqüentemente, afeta o arranjo de seus atores e suas atrizes, com a prevalência de alguns e ausência de outros. Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam que a presença, ou não, de determinados atores e atrizes em uma arena, acontece em conformidade com: a probabilidade de efeitos, positivos ou negativos da política pública sobre suas atividades; a presença territorial dos atores e das atrizes na área de aplicação da política pública; a acessibilidade aos processos decisórios e/ou implementação da política pública.

O primeiro modo de categorizar os atores e as atrizes são em visíveis e invisíveis. Entende-se por atores/atrizes visíveis as pessoas que recebem atenção da mídia e têm influência sobre a agenda das políticas, por exemplo: Presidentes e ministros/as, governadores/as, prefeitos/as, secretários/as, pessoas em altos postos no legislativo e judiciário. Por sua vez, os atores/atrizes invisíveis são as pessoas que desempenham influência sobre a formulação de alternativas e implementação das políticas públicas, como: servidores/as públicos/as, assessores/as parlamentares, acadêmicos/as, pesquisadores/as, entre outros. Estes recebem a atenção da mídia em momentos específicos em seu campo de conhecimento (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

Outro modo de caracterizar os atores e as atrizes, como apontado por Secchi, Coelho e Pires (2019), são em governamentais e não governamentais, como é possível ver na Figura 7.

Figura 7 - Categoria de atores/atrizes segundo relação com o governo



Fonte: adaptado de Secchi, Coelho e Pires (2019)

Torna-se necessário um maior aprofundamento destes atores e atrizes, uma vez que, na arena política da Economia Solidária, estas são as principais pessoas envolvidas nos processos de elaboração, de monitoramento e de avaliação da política pública.

3.3.1.1 Atores e atrizes governamentais

Secchi (2015) e Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam como atores governamentais: os/as políticos/as eleitos/as; as pessoas designadas politicamente; os/as burocratas⁷²(de linha de frente, médio e alto escalão); os/as juízes e os/as promotores/as públicos.

Eleitos/as democraticamente, os/as políticos/as são representantes legítimos dos interesses da coletividade, possuindo autoridade institucional⁷³ de

⁷² Funcionário/as públicos/as do Estado.

⁷³ Ou deveriam ser, para além de pequenos grupos com um alto poder aquisitivo e que não possuem interesses nas necessidades da população em geral. Essa autoridade é temporária (período do mandato) e limitada por lei (Secchi, 2015).

tomada de decisão, assim como, quando identificado um problema público, decidir quais políticas públicas serão adequadas para a resolução do problema (Secchi, 2015).

No Poder Legislativo⁷⁴, os/as políticos/as tornam-se atores/atrizes privilegiados/as para a aprovação de orçamentos, proposição de prioridades para os gastos públicos, assim como, exercem controle na execução orçamentária feita pelo Poder Executivo. Quando alocados/as no Poder Executivo, são responsáveis pela administração da máquina pública. Esta administração pode ser direta ou indireta, por meio da indicação de ministros/as, secretários/as, diretores/as e gerentes dos equipamentos públicos (Secchi, 2015).

Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam que, os/as políticos/as eleitos/as, ao alocarem pessoas de sua confiança para executarem uma função de chefia, direção, assessoramento na administração, ocupam os cargos designados politicamente. Estas pessoas assumem uma posição intermediária entre os/as burocratas e os/as políticos/as eleitos/as. Sua principal função, segundo os autores, é repassar ao corpo burocrático as orientações e agenda de interesse do partido político que saiu vencedor nas eleições.

Secchi (2015) aponta ainda, que os cargos designados politicamente podem ser divididos entre: as funções de confiança, exclusivas para os/as servidores/as públicos de carreira⁷⁵; e cargos comissionados, acessível para os/as burocratas e para pessoas externas à administração pública. O autor ainda aponta que, a experiência com a temática específica (a que será administrada), bem como os aspectos da atividade política⁷⁶ devem ser consideradas para a realização de indicações para os cargos comissionados.

⁷⁴ A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 2º aponta que são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (Brasil, 1988). Cabe ao Poder Executivo a concepção e implantação de programas e projetos que traduzam, de forma ordenada, as metas e objetivos sociais, econômicos e institucionais emanados da Constituição e de leis específicas. O Poder Legislativo é um órgão colegiado que estabelece as Leis do Estado, sendo que ao processo legislativo é designado a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos, resoluções e leis delegadas. O Poder Judiciário fiscaliza os atos dos poderes Legislativo e Executivo. Os atos administrativos podem ser anulados por decisão judicial, assim como, os atos legislativos, são passíveis de anulação (Paraná, 2018).

⁷⁵ Para os/as burocratas, a função de confiança é uma promoção política temporária, ou seja, enquanto durar o mandato eletivo vigente (Secchi, 2015).

⁷⁶ Apoio ao projeto político do partido.

Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 145) expõem que:

Na prática, os cargos comissionados são uma fonte valiosa de poder para os políticos e partidos. Os cargos comissionados servem como moeda de troca, que os políticos podem oferecer a militantes, pessoas de confiança e técnicos que colaboram na promoção de uma candidatura.

Tal situação pode comprometer a condução das políticas públicas, visto que, os/as políticos/as eleitos/as precisam encontrar um equilíbrio entre as indicações de caráter técnico e político. Na primeira situação, se há uma escolha demasiadamente técnica para os cargos comissionados, os/as políticos/as precisarão enfrentar as pessoas que os/as apoiaram eleitoralmente e que esperam cargos na estrutura governamental. Na segunda situação, se há uma escolha demasiadamente política, os/as políticos/as arriscam desempenhos improdutivos na condução das políticas públicas por falta de capacidade técnica (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Como apontado anteriormente, os/as burocratas constituem o corpo de funcionários/as do Estado, em que a principal função é administrar a estrutura pública, independente do processo eleitoral. Esta categoria de atores e de atrizes governamentais, na política pública, se correlaciona também com o termo burocracia, no que tange a capacidade de executar e de coordenar ações a partir de saberes especializados (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

Rosa, Lima e Aguiar (2021, p. 30) apontam que as políticas públicas seriam influenciadas pela burocracia por meio de três canais:

(a) provimento de aconselhamento às e aos representantes eleitos, já que possuem conhecimento e experiência em sua área; (b) poder de implementação, capacidade de executar as decisões tomadas pelas/os representantes eleitos/os a partir das suas visões; (c) discricionariedade, espaço decisório que permite escolher entre alternativas e decidir como as políticas serão de fato implementadas.

Acerca da discricionariedade, esta é valorizada nos estudos de políticas públicas, uma vez que é entendida como um espaço de interpretação e de decisão respeitando os limites das regras (Rosa; Lima; Aguiar, 2021)⁷⁷.

⁷⁷ Para um maior aprofundamento da temática dos/das atores em políticas públicas governamentais, recomenda-se a leitura de Secchi; Coelho e Pires (2019).

3.3.1.2 Atores e atrizes não governamentais

Secchi (2015) aponta também, para além do elencado na Figura 7, como atores e atrizes não governamentais das políticas públicas: meios de comunicação; *think tanks*⁷⁸; e outros *stakeholders*⁷⁹(empresários/as, trabalhadores/as, fornecedores/as); organismos internacionais; comunidades epistêmicas; financiadores, especialistas etc.

Rosa, Lima e Aguiar (2021) explanam que os grupos de interesse são organizações não estatais, formais ou informais, formadas com o intuito de defender os interesses de um grupo, exercendo influência sobre os processos das políticas públicas. Secchi (2015) aponta que tais grupos também são reconhecidos como grupos de pressão.

Estes grupos podem ser orientados por interesses económicos, tais como, coalizações empresariais, comerciais, agronegócio, entre outras. Os grupos podem se organizar por interesses corporativos, como os sindicatos e os conselhos de classe. Há também os grupos de defesa dos direitos civis, tais como: o Movimento dos/das Atingidos/as por Barragens (MAB), a Aliança Nacional LGBTI+, entre outros (Rosa; Lima; Aguiar, 2021).

Os grupos de interesse influenciam:

a) o reconhecimento ou encobrimento de problemas públicos, utilizando canais privilegiados aos meios de comunicação e as instâncias de poder governamental; b) a prospecção de soluções, apresentando metodologias de controle do problema, de forma a não afetar seus interesses; c) a tomada de decisões, pressionando direta ou indiretamente os tomadores de decisão; d) a implementação das políticas públicas, influenciando os agentes implementadores; e) a avaliação das políticas públicas, sublinhando diante da opinião pública a eficácia ou ineficácia das políticas públicas (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p. 152).

Secchi (2015) expõe que os grupos de interesse podem utilizar vários mecanismos para serem ouvidos no processo de elaboração de políticas

⁷⁸ Organizações de pesquisa e aconselhamento em políticas públicas, fazendo um *advocacy* (ativismo na formulação de agenda pública) (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

⁷⁹ Todos os portadores de interesse nas atividades de uma organização (uso nas ciências da administração), ou nos impactos de uma política pública (uso na área de políticas públicas) (Secchi, 2015 p. 157).

públicas, desde campanhas publicitárias, audiências públicas, marchas ou paradas, greves e, em alguns casos, corrupção ativa. O autor ainda aponta que, a simples movimentação de algum grupo de pressão consegue influenciar o desenho de uma política pública, como é possível observar na movimentação política de grupos do agronegócio nas questões ambientais.

Nesta caracterização, dos atores e das atrizes não governamentais, encontram-se também os partidos políticos. Estes são organizações formalmente constituídas em torno de um projeto político, que buscam, segundo Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 153), “influenciar ou ser protagonistas no processo de decisão pública e administração do aparelho governamental, por meio da formalização e canalização de interesses da sociedade civil.” Assim como, estão estabelecidos do nível nacional ao nível local.

Os partidos políticos diferem dos grupos de interesse em:

- (a) Influenciarem as decisões governamentais diretamente, seja como aliados, seja como opositores; (b) medem suas forças por meio de eleições; (c) são organizações exclusivamente formais, com registro em órgãos competentes, com estatuto formalizado e estrutura organizacional (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p. 153).

Uma vez ligados às políticas públicas, os partidos políticos, tentam implementar iniciativas que se alinhem ao seu projeto político, atendendo as demandas de grupos que os apoiam e que contribuam em sua ampliação (Rosa; Lima; Aguiar, 2021). Assim como: o recrutamento e a preparação de políticos para que se tornem governantes; o controle do aparato governamental; a fiscalização da atuação governamental, sobretudo quando o partido está na oposição ao governo; e a formulação e avaliação das políticas públicas (Secchi, 2015).

Outra categoria importante de atores e atrizes são os/as destinatários/as das políticas públicas. Estes/estas são as pessoas, os grupos e as organizações para os/as quais a política pública é elaborada. Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam que os/as destinatários/as são rotulados/as como uma categoria passiva de atores e atrizes, uma vez que, esta categoria mais recebe influência do que provoca no processo de formulação de políticas públicas.

Entretanto, os próprios autores supracitados apontam que algumas situações os/as destinatários/as moldam a opinião pública e articulam os

interesses de grupos, assim como, conseguem assumir o papel de tomadores/as de decisão⁸⁰(Secchi; Coelho; Pires, 2019). É possível observar essa relação, por exemplo, nas conferências de assistência social, onde há uma participação ativa dos/as usuários-destinatários/as da política pública. Esta participação não fica limitada somente a conferência, mas se estende para os demais processos decisórios dentro da política pública⁸¹. É possível observar também a participação ativa, dos/as destinatários/as, nas atividades das políticas públicas de crianças e adolescentes, juventudes, idoso entre outras. No caso da EcoSol, os/as destinatários/as são incentivados/as a participarem de forma crítica em todos os processos de uma política pública.

Todavia, Secchi (2015) aponta que os/as destinatários/as das políticas públicas têm sua potencialidade de influência política prejudicada quando estão dispersos geograficamente, heterogêneos e incapazes de organizar recursos para a defesa de seus interesses. O que evidencia uma atenção especial dos atores e das atrizes governamentais, porém esta pode não acontecer.

Outro/a ator/atriz que se soma ao grupo de agentes não governamentais, são as organizações do terceiro setor⁸². Estas são organizações privadas sem fins lucrativos que tem por pauta interesses coletivos. Distinguem-se dos grupos de pressão por estes organizarem suas ações a partir dos interesses dos/as próprios/as membros/as do grupo, ao passo que, as organizações do terceiro setor organizam suas ações na busca de um interesse primordialmente coletivo (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Secchi (2015) aponta que, dada a característica da defesa de interesses coletivos, as organizações do terceiro setor são chamadas para participar dos processos de tomada de decisão de uma política pública. Como por exemplo: as Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária, não ligadas ao Estado,

⁸⁰ Podendo ser ao mesmo tempo *policytakers* e *policymakers* (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

⁸¹ No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Economia Solidária está alocada na área de Geração de Trabalho e Renda – Proteção Social Básica.

⁸² O termo “terceiro setor” refere-se à complementação do que seria o “primeiro setor”, o Estado, e o “segundo setor”, as organizações empresariais. Exemplos de organização do terceiro setor são as organizações não governamentais, as fundações privadas e as entidades filantrópicas (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p. 160). No caso da Economia Solidária, se enquadra nesta definição as Entidades e Redes de Apoio e Fomento à Economia Solidária não ligadas às instituições públicas. As Incubadoras Universitárias, que também fomentam a EcoSol (e são classificadas dentro do movimento como EAFES), realizam esse trabalho a partir do Estado.

que são convidadas para participarem dos processos de implementação, monitoramento e avaliação.

Nos processos de tomada de decisão e avaliação das políticas públicas, os meios mais perceptíveis de participação dos atores e das atrizes de políticas públicas são os planejamentos governamentais participativos e os conselhos de direito⁸³ locais, estaduais e nacional (economia solidária, saúde, meio ambiente, criança e adolescentes etc.). No que tange o momento da implementação, as organizações do terceiro setor convertem os recursos públicos e privados em serviços e projetos de cunho social.

3.4 Redes de agregação de atores e de atrizes de Políticas Públicas

Anteriormente foi caracterizado os atores e as atrizes das políticas públicas. Entretanto, torna-se necessário observar os modelos de relação e de prevalências de atores e de atrizes nos processos de política pública. Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam que os modelos são esquemas interpretativos das ações (dos atores e das atrizes) nas arenas políticas e podem ser identificados como: modelo principal-agente; as redes de políticas públicas; os modelos de predomínio exposto – elitismo e pluralismo; e por fim, o modelo de triângulo de ferro⁸⁴. Destacar-se-á o modelo de rede de políticas públicas.

Secchi, Coelho e Pires (2019, p.163) expõem que:

Uma rede de políticas públicas é uma estrutura de interações, predominantemente informais, entre atores públicos e privados envolvidos na formulação e implementação da política pública. Os atores da rede possuem interesses distintos, mas interdependentes, e tentam resolver problemas coletivos de uma maneira não hierárquica.

Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam ainda que as principais características das redes de políticas públicas são: a auto-organização; a interdependência entre os atores e as atrizes que as compõem; a liberdade de entrada e de saída de membros; e as relações não hierárquicas. Rosa, Lima e Aguiar (2021) complementam essa lista de características com: o interesse

⁸³ Esta temática será aprofundada mais adiante.

⁸⁴ Para um maior aprofundamento da temática, sugere-se a leitura de Secchi (2015) e Secchi, Coelho e Pires (2019).

comum que mantem a rede reunida; a cooperação que alinhada com a soma de poderes dos atores e das atrizes são capazes de potencializar recursos e poder. O Quadro 2 mostra alguns desenvolvimentos teóricos na área de redes apresentados por Secchi, Coelho e Pires (2019) e suas possíveis relações com a Economia Solidária.⁸⁵

Quadro 2 – Correlações entre o desenvolvimento teórico na área de redes e as organizações da economia solidária

Desenvolvimento teórico na área de redes	Descrição	Rede da Economia Solidária
Comunidade de políticas públicas	Comunidades compostas de atores/atrizes que compartilham interesses e identidades comuns. Existe maior estabilidade dos atores/atrizes que as compõem, e o ingresso de novos membros não dependem apenas da motivação individual, mas também da capacidade técnica do indivíduo com a temática. Os interesses conflitantes também ocorrem no interior dessas comunidades.	Rede de Gestores da Economia Solidária; Conselhos de direito de Economia Solidária.
Redes Temáticas	Redes de atores/atrizes que se formam em tono de assuntos específicos.	Rede de agroecologia.
Comunidades epistêmicas	Redes de pessoas, em geral ligadas à academia, que acreditam no método científico de pesquisa e compartilham os mesmos quadros interpretativos, linguagem e modelos casuais de dado estudo.	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs; Associação Brasileira de Pesquisadores/as de Economia Solidária – ABPES.
Coalizão de defesa	Conjuntos de atores/atrizes públicos/as e privados/as que compartilham padrões normativos e modelos casuais e que se engajam na defesa de políticas públicas coerentes com suas crenças básicas.	Economia de Clara e Francisco; Cáritas Brasileira.

Fonte: autoria própria (2022) baseado em Secchi, Coelho e Pires (2019)

Todas essas características alinham-se com os princípios da economia solidária, onde a partir da autogestão, das relações não hierárquicas, da cooperação, do diálogo, da empatia e da solidariedade e que, em torno de uma demanda comum, somam forças para suprir uma carência e, principalmente,

⁸⁵ É importante ressaltar que as correlações entre a área de redes nas políticas públicas com as organizações da EcoSol é um exercício de aproximação entre as áreas. Os exemplos não são citados por Secchi, Coelho e Pires (2019).

atuar/agir sobre os processos de agenda, elaboração, decisão, implementação, monitoramento e avaliação⁸⁶ de políticas públicas.

3.5 Ciclos de Políticas Públicas

Até o momento foi visto o quadro conceitual de uma política pública, sua estrutura organizacional/operacional, os atores e as atrizes e seus meios organizativos. Torna-se necessário compreender agora os processos que envolvem uma política pública, em outras palavras, o ciclo das políticas públicas.

Schmidt (2019) aponta que a ferramenta analítica do ciclo da política pública é reconhecida por oferecer um quadro simples de análise, o que favorece, segundo o autor, a inteligibilidade de ações e decisões complexas. Ainda expõe que, uma análise de política pública, tendo como prisma de compreensão o ciclo das políticas públicas, pode evitar que uma política seja recebida como consequência de um mecanismo legal ou de um mandatário, além de ser compatível com diferentes enfoques teóricos.

O ciclo de políticas públicas pode ser considerado uma abordagem de análise que sugere observar as políticas públicas como um processo, em fases sequenciais e interdependentes. Entretanto, com o desenvolvimento do campo da análise de políticas públicas, torna-se necessário compreender que, apesar da linearidade e das etapas apresentadas pelo ciclo de políticas públicas, o processo não é linear e em certas ocasiões não há conexão entre as etapas (Muller; Sured, 2002; Schmidt, 2019; Secchi; Coelho; Pires, 2019).

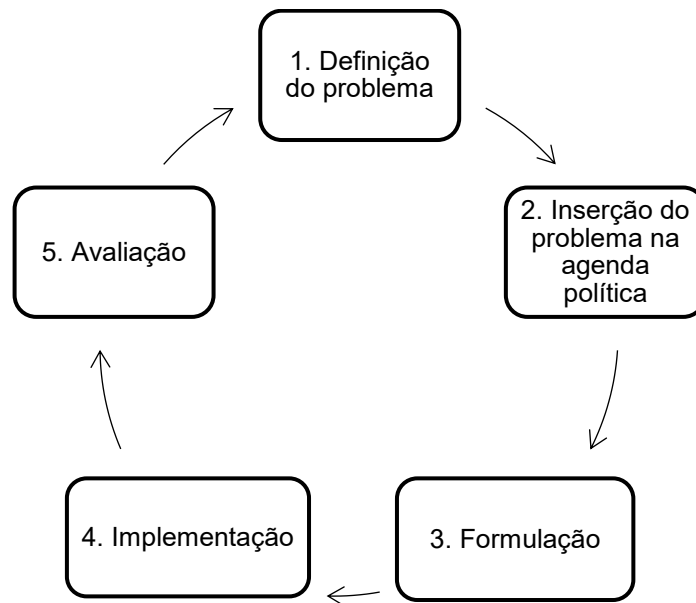
Complementando a crítica, Schmidt (2019) expõe três fatores do contexto sociopolítico que precisam ser incorporados às análises tendo o ciclo de políticas públicas como ferramenta: “a) os agentes envolvidos e a correlação de forças entre eles; b) os recursos de poder entre eles utilizados; c) as questões ideológicas e culturais relacionadas à política pública” (p. 131).

As fases do ciclo de políticas públicas podem ser delimitadas em⁸⁷: 1) definição do problema; 2) inserção do problema na agenda política; 3) formulação; 4) implementação; 5) avaliação, como pode ser visto na Figura 8.

⁸⁶ Estes processos também são conhecidos como ciclos de políticas públicas.

⁸⁷ Há variações na literatura acerca do número e da denominação das fases, o que não altera a proposição geral das fases. A título de ilustração, Secchi (2015) elenca as seguintes etapas:

Figura 8 - Ciclo das políticas públicas



Fonte: adaptado de Schmidt (2019) e Secchi, Coelho; Pires (2019)

3.5.1 Definição do Problema (Fase 1)

Como abordado anteriormente, um problema público pode ser compreendido como a “diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p.56). E modificar uma situação de dificuldade em problema político é o primeiro passo para que, uma situação problema, fomente uma política pública (Schmidt, 2019).

Schmidt (2019) expõe que uma situação problema torna-se um problema político quando chama a atenção da sociedade e das autoridades, processos estes, que podem ser provocados por acidentes naturais (secas, inundações, geadas), acidentes provocados (atentados terroristas, assassinatos, genocídio), mobilizações sociais (greves, ocupação de terras, manifestações) e ações deflagradas por governos ou grupos influentes (mídia, empresários).

Secchi, Coelho e Pires (2019) alertam também que um problema público pode estar presente por muito tempo na vida das pessoas e não receber a devida

i) identificação do problema; ii) formulação de agenda; iii) formulação de alternativas; iv) tomada de decisão; v) implementação; vi) avaliação; vii) extinção. Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam estas etapas: i) formação da agenda; ii) formulação das alternativas; iii) tomada de decisão; iv) implementação; v) avaliação.

atenção, visto que o coletivo aprendeu a conviver com ele, como é o caso, segundo os autores, da favelização das periferias das cidades. Os autores chamam atenção ainda para que um problema nem sempre será reflexo da deterioração de uma situação, ele pode surgir da melhora da situação em outro contexto⁸⁸.

Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam que a construção social dos problemas é um processo altamente politizado, permeado pela pluralidade de preferências, interesses, ideias e valores sociais, dos atores e das atrizes envolvidos/as. Uma vez que, partidos políticos, grupos de interesse, organizações não governamentais⁸⁹ veem nestas situações a matéria-prima de trabalho, eles/as podem trabalhar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação, também conhecida como agenda (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

3.5.2 Inserção do Problema na Agenda Política (Fase 2)

A agenda pode ser entendida como um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes para a sociedade. Não necessariamente será um documento formal, mas pode-se apresentar, como dito anteriormente, em um rol de questões relevantes debatidas pelos atores e atrizes de políticas públicas e, em alguns casos, com repercussão midiática (Schmidt, 2019; Secchi; Coelho; Pires, 2019; Serafim; Dias, 2011).

Serafim e Dias (2011, p. 314) apresentam que:

Um determinado tema é incorporado à agenda quando é identificado como problema passível de se converter em política pública. Esse processo não deve ser entendido como estritamente técnico: a identificação do problema e a construção da agenda envolvem valores e interesses, estão condicionadas a elementos ideológicos e a projetos políticos e refletem as relações de poder entre os atores sociais envolvidos.

⁸⁸ Por exemplo: a falta de acesso pavimento de um município à malha viária estadual passa a ser percebida como um problema relevante a partir do momento em que o município vizinho é contemplado com esse tipo de obra (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

⁸⁹ Atores e Atrizes políticos/as em geral listados na Figura 7 deste capítulo.

Os autores ainda apontam que, em alguns casos, diante desta correlação de forças pode haver uma blindagem da agenda por parte dos atores e das atrizes dominantes, não permitindo que as demandas e os projetos dos demais atores e atrizes sejam incorporados (Serafim; Dias, 2011). Este pensamento é corroborado por Schmidt (2019), o autor aponta que a agenda política nunca é dada, que se trata de uma construção permanente e há constante disputa entre os atores e atrizes. Estes que, para o autor, “trabalham para que alguns temas sejam incluídos na agenda e para que certas alternativas de solução tenham mais atenção que outras” (Schmidt, 2019, p. 132).

É possível distinguir, conforme apontado por Kingdon (2006), Schmidt (2019), Secchi; Coelho; Pires (2019); Serafim; Dias (2011), algumas modalidades de agendas políticas, como pode ser observado na Figura 9:

Figura 9 - Classificação de agenda política



Fonte: adaptado de Schmidt (2019); Secchi; Coelho; Pires (2019)

Diferentemente dos outros autores (Kingdon, 2006; Schmidt, 2019; Serafim; Dias, 2011), Secchi; Coelho; Pires (2019) introduzem a reflexão da agenda da mídia. Esta que recebe atenção dos meios de comunicação e possui poder sobre a opinião pública e que, não raras as vezes, condiciona as agendas governamentais, como foi possível observar nas grandes manifestações em

2013⁹⁰ no Brasil e todos os fatos subsequentes que afetam a sociedade até o presente momento.

Na agenda governamental, Schmidt (2019) explana que há um constante processo de disputa entre os atores e as atrizes políticos/as, visto que, o governo tem suas prioridades e as oposições têm outras, assim como os empresários, o agronegócio, os sindicatos de trabalhadores/as e os movimentos sociais têm suas questões de interesse que desejam que se tornem objeto da atenção pública. O autor ainda aponta que, de modo geral, a agenda governamental mantém as áreas de concentração (saúde, educação, economia, geração de emprego, proteção social), todavia, há conjunturas em que outras áreas se tornam o centro da atenção e ação de uma agenda governamental e, temas tidos como centrais, passam por processos de desmonte, por exemplo a política nacional de economia solidária que não houve dotação orçamentária descrita no Plano Plurianual⁹¹2016-2019 do Governo Federal, assim como, não foi incluída em nenhum programa no Plano Plurianual 2020-2023 (DIEESE, 2022)

Kingdon (2006) apresenta o conceito de janela para políticas públicas ou janela de oportunidade política (*policy window*) para se compreender as razões pela qual a agenda governamental atende determinados temas e outros não. O autor aponta que as janelas são conjunturais e abrem-se quando ocorrem mudanças na dinâmica da atividade política, por exemplo: mudança de governo; alteração na distribuição dos partidos; grandes crises, como a pandemia de Covid-19. As janelas políticas têm por características um maior período de abertura para propostas por parte dos atores e das atrizes de políticas públicas (governamentais e não-governamentais). Essas “janelas são pequenas e escassas. As oportunidades vêm, mas também passam. Não ficam abertas por muito tempo. Se uma chance for perdida, é preciso esperar por outra” (Kingdon, 2006, p. 237).

Schmidt (2019, p 133) ainda aponta que:

A noção de janela de oportunidade política, é relevante não apenas para governantes e representantes de grupos de interesse, mas também para ativistas sociais, lideranças populares e cidadãos

⁹⁰ Para mais informações ver Ferreira (2021).

⁹¹ Estabelece as diretrizes gerais da administração pública para o quadriênio (Schmidt, 2019).

comuns. A luta por causas populares, além de militância ativa e capacidade de mobilização, requer a identificação das melhores formas e do melhor momento de inserir as demandas nas engrenagens do jogo político. As eleições e o ciclo orçamentário anual são oportunidades que periodicamente se apresentam na cena política.

3.5.3 Formulação (Fase 3)

Após a inserção do problema na agenda política, a construção e a combinação de soluções para os encaminhamentos de problemas políticos são cruciais, selecionando uma das alternativas apresentadas pelos/as atores e atrizes políticos/as envolvidos/as.

Todavia, a relação entre um problema e as alternativas vinculadas a ele é polêmica. Isso porque os problemas sociais são complexos, isto é, eles exibem diversas configurações, [...] que destacam diferentes causas e efeitos e que se baseiam em ideias e valores distintos de uma pluralidade de atores envolvidos. Além disso, temos as limitações cognitivas e informacionais: não conseguimos enumerar todas as variáveis envolvidas na produção e na dinâmica do problema e temos conhecimento parcial e temporário sobre aquelas que conseguimos identificar. Como resultado, encontramos diferentes níveis de consensualidade em torno das definições de um problema social, de seus aspectos mais importantes e, conseqüentemente, das formas de enfrentá-lo (Rosa; Lima; Aguiar, 2021, p.55).

Rosa, Lima e Aguiar (2021) explanam ainda que, dada a complexidade, os problemas sociais permitem diversas abordagens de análise, assim como diversos modos de lidar com eles e encaminhá-los. Os autores ainda apontam que, nessa fase, torna-se necessário os atores e as atrizes da política pública explorarem várias opções e caminhos alternativos de ação.

Nesta proposta de apresentar caminhos possíveis, Secchi (2015) aponta para o estabelecimento de objetivos como uma possibilidade de orientar a formulação de uma política pública, assim como, orientar posteriormente as fases de implementação e de avaliação. O autor reconhece também que este caminho “em muitas ocasiões é tecnicamente dificultoso, como no caso em que resultados quantitativos da política pública não consegue mensurar elementos qualitativos mais importantes” (Secchi, 2015, p. 48).

Schmidt (2019) expõe também que, nesta fase, há uma proeminência dos atores e das atrizes do Legislativo e Executivo, visto que, é comum, segundo o autor, a confecção de leis ou regulamentos que explicam diretrizes, objetivos,

metas e atribuições das responsabilidades das pessoas/grupos envolvidos com a política pública. “Esses documentos não são a política pública em si: são o instrumento que torna visível e transparente aos cidadãos a estratégia governamental de enfrentar o problema” (Schmidt, 2019, p. 133).

Este momento de formulação de soluções para os encaminhamentos de problemas públicos é uma arena na qual disputam diversas propostas e planos de ação. Nela, há disputas e embates de forças entre os atores e atrizes das políticas públicas. Entretanto, na democracia, uma decisão política precisa ser compreendida como um processo partilhado em que razão, valores e emoções estão mesclados, e a construção coletiva é o suporte mais potente para as soluções (Schmidt, 2019).

3.5.4 Implementação (Fase 4)

A implementação é a etapa da execução do que foi planejado na etapa anterior. As diretrizes da política, os planos, programas e projetos passam a guiar a prática por meio de ações e atividades que afetam diretamente a população a qual é destinada a política pública. Nesta etapa são comuns as redefinições acerca de determinados aspectos da formulação inicial (SCHMIDT, 2019).

Secchi; Coelho e Pires (2019) apontam que estudar a fase de implementação, por meio de esquemas analíticos mais estruturantes, torna possível visualizar os obstáculos e as falhas que acometem a fase de implementação nas diversas áreas de política pública. Para além disso, os autores ressaltam que “estudar a fase de implementação também significa visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas e objetivos mal formulados, otimismo exagerados” (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p. 56).

Durante a implementação de uma política pública, o Estado torna-se responsável pela coordenação, porém, não necessariamente pela execução das ações. Sobre essa temática, a Constituição Federal, em seu artigo 175, versa que “incube ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regimento de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos” (BRASIL, 1988). Diante desta situação, Schmidt (2019) aponta que existem três caminhos para a execução dos serviços: execução direta pelo poder

público; execução pela sociedade civil (terceiro setor); e execução pelo setor privado.

Na execução direta pelo poder público, o aparelho burocrático⁹², segundo Schmidt (2019) tem papel preponderante. O Estado, por meio de seus servidores públicos, presta diretamente os serviços públicos (saúde, educação, assistência social), além de alguns setores econômicos por meio de empresas estatais⁹³. Por outro lado, a execução de serviço público pela sociedade civil ou terceiro setor, com expertise concreta em políticas públicas, também é uma das alternativas para a implementação. O autor aponta que, dado o uso errôneo dos conceitos, se faz necessário realizar uma distinção entre o terceiro setor e as organizações privadas.

O terceiro setor é o conjunto das organizações da sociedade civil, que se diferenciam das organizações privadas por aspectos bem objetivos: são criadas e mantidas por entes da sociedade civil, não possuem proprietários, destinam-se a fins coletivos e reinvestem todos os resultados na própria entidade (Schmidt, 2019, p.135).

No caso da economia solidária, enquadram-se nas organizações do terceiro setor as entidades de apoio e fomento (ONGs, algumas Igrejas, entre outras), como já debatido no capítulo 2. Por fim, a delegação de serviços públicos ao setor privado é característica das administrações no sistema capitalista. Ficando as demandas sociais encaminhadas, em sua grande maioria, ao terceiro setor, enquanto as demandas de infraestrutura, transportes, comunicação, para as organizações privadas⁹⁴(Schmidt, 2019).

Como apontado anteriormente, somente leis não garantem a elaboração de políticas públicas. E nesta fase de implementação, é imprescindível a vinculação da política com o orçamento público, a fim de garantir um financiamento adequado. Schmidt (2019) expõe que o orçamento público é o instrumento governamental⁹⁵ destinado ao planejamento dos recursos

⁹² Processos administrativos e funcionalismo público.

⁹³ Esta dinâmica pode ficar mais fortalecida ou enfraquecida conforme as diretrizes ideológicas de cada governo em relação a ação estatal direta em alguns segmentos.

⁹⁴ Este ponto também está condicionado às diretrizes ideológicas do governo ao que tange a ação pública do Estado. Em governos que tendem ao neoliberalismo há, por exemplo, uma redução da participação do Estado e aumento das privatizações. Em governos vinculados à social-democracia, ao socialismo democrático e ao desenvolvimentismo há uma maior presença do Estado em políticas sociais e em áreas estratégicas (Schmidt, 2019).

⁹⁵ Em todas as esferas: federal, estadual, municipal.

financeiros, estes podem aparecer nas modalidades de: Plano Plurianual (PPA) – estabelece as diretrizes gerais da administração pública para o quadriênio; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – é elaborada com base no PPA e especifica as prioridades e metas para o ano subsequente; Lei Orçamentária Anual (LOA) – apresenta as receitas e especifica cada uma das despesas da administração pública para o ano seguinte; Orçamento Participativo – incorpora a participação da população no processo decisório por meio de audiências públicas e outros mecanismos participativos que permitem os/as cidadãos/ãs influir nas definições dos problemas a serem atendidos com recursos públicos. Se uma política pública não está inserida no orçamento público de um governo, a execução de qualquer ação fica comprometida pela falta de verba.

3.5.5 Avaliação (Fase 5)

A avaliação é a etapa que se realiza o exercício de atribuição de valores e julgamento sobre diferentes aspectos da política pública, por exemplo, o levantamento de êxitos e de falhas do processo de implementação. A avaliação é realizada a partir de parâmetros, critérios, indicadores e padrões nítidos (*performance standards*) que proporcionem uma retroalimentação (*feedback*) e esta pode determinar a continuidade, a mudança ou a finalização da política. Por ser uma etapa de atribuição de valores e de julgamentos, a avaliação não é neutra e nem deve ser estritamente técnica (Rosa; Lima; Aguiar, 2021; Schmidt, 2019; Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Secchi; Coelho e Pires (2019) apontam que os critérios de avaliação se fundamentam em entendimentos valorativos da realidade e equipam os parâmetros de julgamento, se uma política pública foi ou não bem-sucedida. Estes são:

- (a) Economicidade: refere-se ao nível de utilização de recursos;
- (b) Produtividade: refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo;
- (c) Eficiência econômica: trata-se da relação entre produtividade e recursos utilizados;
- (d) Eficiência administrativa: trata do seguimento de prescrições, ou seja, do nível de conformidade da implementação a regras preestabelecidas;
- (e) Eficácia: corresponde ao nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos;
- (f) Efetividade: corresponde aos resultados sociais com a redução do problema e a geração de valor para a população;
- (g) Igualdade: verifica a homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições), sem

levar em conta as características de partida, ou justiça social, entre os/as destinatários/as de uma política pública; (h) Equidade: verifica a homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições), levando-se em contrapartida as características de partida, ou justiça social, entre os destinatários de uma política pública (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p.80).

Ao observar os critérios de avaliação, Schmidt (2019) aponta os indicadores sociais⁹⁶ como um caminho indispensável para a realização das avaliações, uma vez que estes podem traduzir em termos operacionais as dimensões sociais de interesse da sociedade. “Sua importância está em fornecer subsídios para o planejamento público, a formulação de políticas públicas, o monitoramento da evolução e do impacto das políticas” (Schmidt, 2019, p. 138).

As avaliações podem ser realizadas em todos os momentos do ciclo de uma política pública, sendo: (a) Avaliações *ex ante*: realizadas antes da implementação, conhecidas também como diagnóstico, que tem a finalidade de auxiliar a fase de formulação da política; (b) Avaliações *in itinere*: estas ocorrem durante a implementação da política, conhecidas também como monitoramento, e tem a finalidade de fornecer informações dos processos e dar subsídio para possíveis ajustes; (c) Avaliação *ex post*: são realizadas após a implementação, e tem por objetivo verificar o grau de eficácia, eficiência e efetividade da política pública (Rosa; Lima; Aguiar, 2021; Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Schmidt (2019) aponta que toda avaliação revela e esconde, que a atenção do/da avaliador/a não deve estar voltada estritamente para os resultados diretos e aparentes. É necessário, segundo o autor, que a avaliação ultrapasse o nível da aparência⁹⁷ e que sejam averiguados aspectos mais profundos, que apontem a influência da política pública na vida das pessoas, nas organizações e instituições do entrono, bem como em outras políticas⁹⁸. Em se

⁹⁶ Os indicadores sociais são instrumentos valiosos não só na fase da avaliação. São igualmente relevantes nas fases da definição da agenda e na da formulação, ao proporcionar elementos para o diagnóstico da situação (indispensável ao planejamento), bem como na da implementação, na forma de monitoramento do processo e dos resultados (Schmidt, 2019, p. 138).

⁹⁷ O que se vê e se mede diretamente.

⁹⁸ Para um maior aprofundamento metodológico das avaliações, Schmidt (2019) propõe, por exemplo, a diferenciação entre resultados, impactos e efeitos. Resultados são as decorrências diretas da política pública, derivadas dos objetivos e metas traçados. Impactos são as consequências mais duradouras, as mudanças provocadas pela política. Efeitos compreendem as externalidades da política, seus impactos indiretos, não previstos, positivos e negativos.

tratando de política pública de economia solidária, esta última colocação é a que mais dialoga com seus objetivos e impactos locais.

3.6 Políticas Públicas de Economia Solidária

Até o momento foram apresentados os detalhes operacionais das políticas públicas, estes que são importantes para os processos de formação dos/as atores e atrizes da economia solidária e podem auxiliar na disputa de forças que há nas arenas políticas, como já foi abordado anteriormente. Neste subtópico, serão apresentadas as questões das políticas públicas a partir do movimento de EcoSol.

É importante reiterar que não há uma definição única sobre políticas públicas. Ferreira *et al.* (2019) apontam que existem categorias de políticas públicas, sendo elas: distributivas/compensatórias; redistributivas; regulatórias; e constitutivas/estruturais.

As políticas distributivas/compensatórias têm baixo grau de processos políticos, uma escala pequena e buscam favorecer muitas pessoas. Atenuam consequências para determinados grupos da organização socioeconômica, porém não interferem em sua estrutura. As políticas redistributivas são orientadas para o conflito e buscam contemplar grandes contingências sociais. Estas interferem na organização socioeconômica buscando equacionar desequilíbrios. As políticas regulatórias trabalham com as ordens e as proibições, os decretos e portarias, as regras e limites. Esta categoria também pode regular o embate dos diferentes atores/atrizes sociais. E, as políticas constitutivas/estruturais, vão determinar as condições gerais que as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias serão negociadas e os procedimentos para que entrem em vigor, elas influenciam diretamente elementos essenciais da estrutura socioeconômica (Ferreira *et al.* 2019).

É importante ressaltar que as categorias supracitadas se encontram na grande área da *polity*, ou seja, apontam o contexto/ambiente político-institucional onde acontecem os processos sociais e que orientam os procedimentos das políticas públicas, como é exposto por Rosa, Lima e Aguiar (2021) e Secchi, Coelho e Pires (2019).

Chiariello, Fonseca e Morais (2021) reafirmam que, na arena política, a economia solidária apresenta-se como um campo pendular, em que, em alguns momentos é reconhecida como objeto de políticas públicas, e, em outros, é tratada como marginal/desconhecida. Esse caráter pendular, somado com a alternância de governos que, em alguns períodos foram sensíveis aos princípios da economia solidária e em outros períodos não, caracterizam o desenvolvimento e o desmonte das políticas públicas de economia solidária em âmbito nacional, como será visto. Entretanto, se faz necessário observar em um primeiro momento, as diferenças entre Governo e Estado e conseqüentemente as políticas públicas de cada área.

Dias e Matos (2012) apontam que a configuração e compreensão atual de Estado começou a ser construída no início do século XVI com a consolidação do poder real sobre os outros poderes, como o parlamento, a nobreza, as cidades livres e a Igreja. Com a Revolução Francesa no final do Século XVIII, há o surgimento do Estado-nação, onde, teoricamente, o povo é soberano. Atualmente, embora em diversos formatos, cujo aprofundamento dos formatos não é o objetivo deste estudo, o Estado-nação é o modelo reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O Estado é uma estrutura permanente que se organiza a partir de governos, estes que são transitórios e realizam a gestão pública, pela qual se estabelece o poder soberano do Estado. Essa relação entre governo e Estado é fundamental pois orienta as conexões entre a sociedade, seus governos e a própria soberania do Estado. Dias e Matos (2012) apontam que uma das intervenções do governo nas conexões mencionadas anteriormente, pode ser via políticas públicas, sendo o Estado detentor da exclusividade de sua implementação, regulamentação e coerção. Os autores ainda explanam que o Estado, em todos os seus níveis, possui acesso limitado de recursos que devem ser utilizados para atender as demandas da sociedade. O governo, por sua vez, é o principal gestor dos recursos e quem, teoricamente, deve garantir a ordem e a segurança providas pelo Estado.

Deste modo, Dias e Matos (2012) apresentam ainda que as funções estatais para serem exercidas, após observados os interesses e demandas da sociedade, devem ser planejadas, organizadas, além de ser criados mecanismos de avaliação, como já apontado neste capítulo. Sendo assim, a

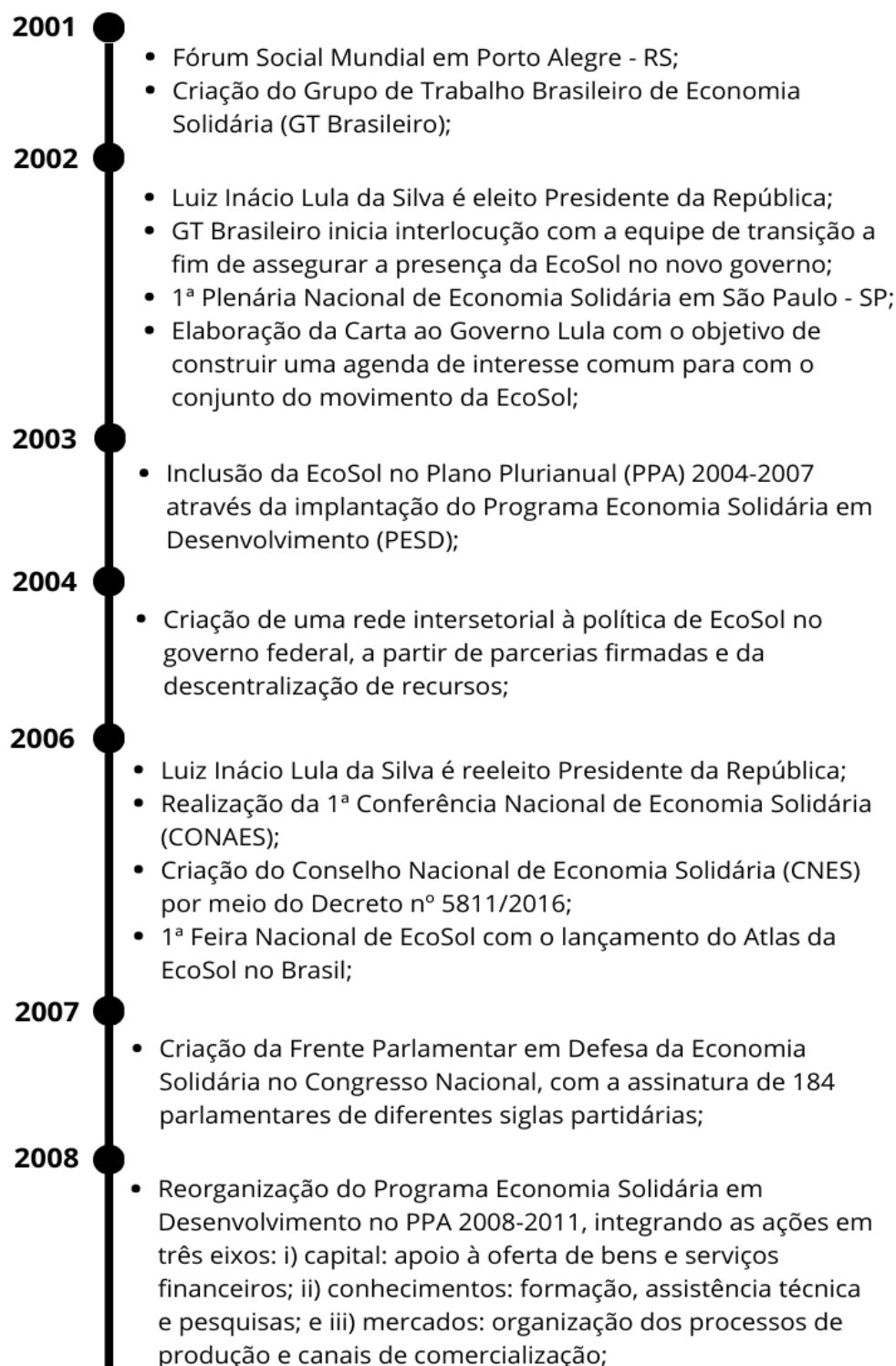
política pública, segundo os autores, pode ser considerada um programa de ação de um governo, e que, seus projetos, programas e ações podem ser executadas por órgãos governamentais ou por organizações da sociedade civil, investidas de poder público e legitimidade governamental pelo estabelecimento de parcerias com o Estado. Serafim e Dias (2011, p.315) explanam que “a forma com que se entende uma política pública está diretamente relacionada com a percepção que se tem do Estado”, acrescento também a percepção que se tem de governo e seu programa de ações.

Retornando ao exposto por Chiariello, Fonseca e Morais (2021) nesta seção, somando-se ao que foi discorrido na linha do tempo da EcoSol no capítulo dois, especialmente entre as décadas de 2000 e 2020, é possível observar a política pública de economia solidária em âmbito nacional apresentou-se como um campo pendular, ora reconhecida como objeto de políticas públicas, ora não, como é possível observar na Figura 10.

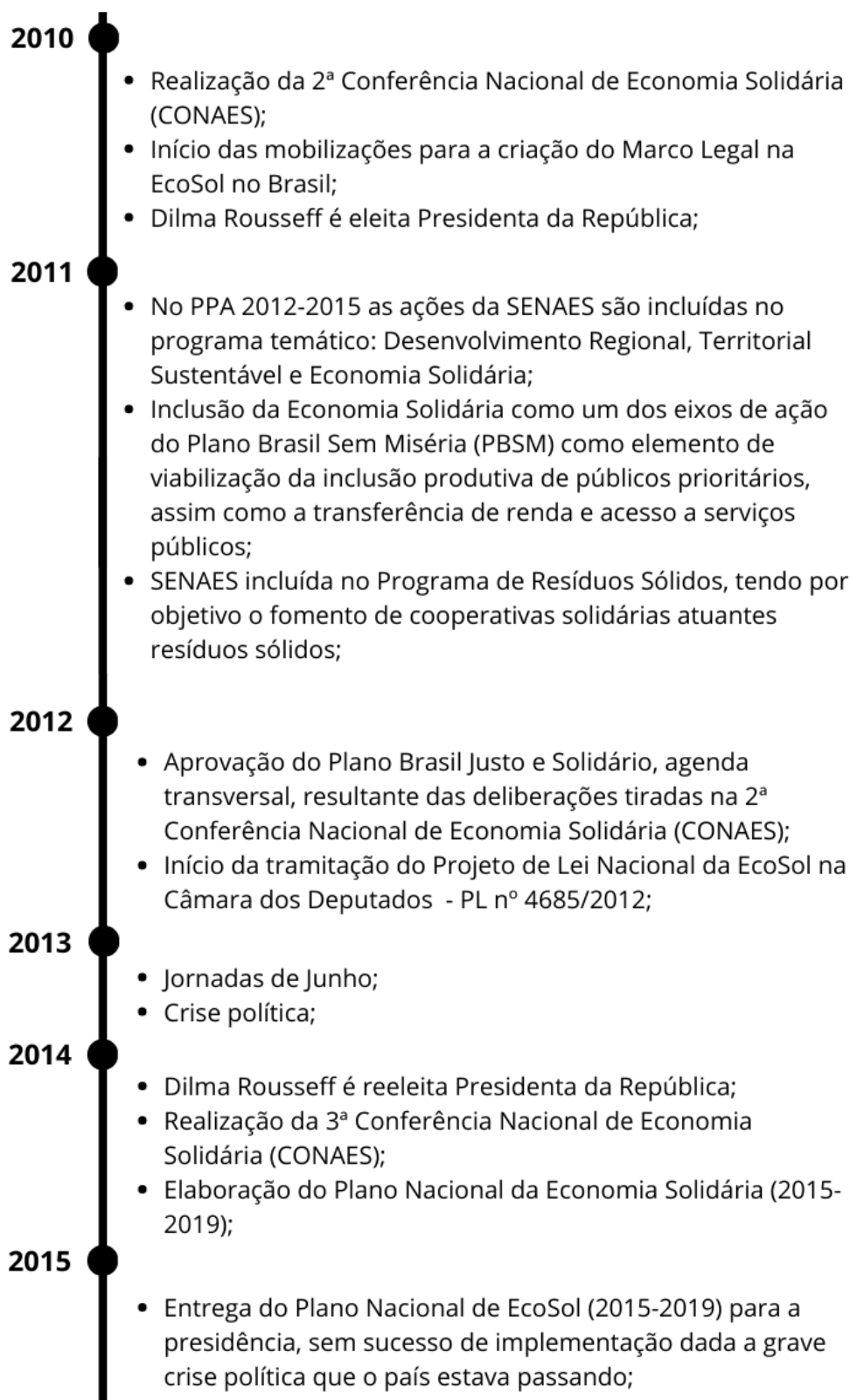
Para complementar a leitura da Figura 10, é importante ter como chave de leitura os conceitos já abordados, especialmente os que tangem os ciclos de políticas públicas. Ou seja, a organização dos/as atores/atrizes da EcoSol antes da elaboração e implementação da política pública, a entrada das discussões sobre a EcoSol na agenda do governo, a construção de leis e decretos específicos de EcoSol, a dotação orçamentária destinada para a política pública de EcoSol, a elaboração e execuções de programas e projetos, a construção de espaços de monitoramento e avaliação da política pública de EcoSol, a transversalidade de uma política pública, o desmonte e a reorganização da política pública. Com isso, será possível uma leitura e análise a partir dos pontos já abordados.

Figura 10 - Linha do tempo dos principais fatos da Política Pública de Economia Solidária em âmbito nacional (2001-2023)

LINHA DO TEMPO DOS PRINCIPAIS FATOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ÂMBITO NACIONAL 2001-2023



continua



continua

2016

- No PPA 2016-2019 a EcoSol é alocada no programa: Trabalho Decente e Economia Solidária. As ações da SENAES ficaram contidas no objetivo “Promoção da economia solidária e suas diversas formas organizativas”;
- Agravamento da crise política com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.
- O vice-presidente Michel Temer é empossado Presidente da República;
- Reversão dos processos de institucionalização das políticas públicas e diminuição da implementação programáticas das ações de EcoSol contidas do PPA 2016-2019;
- Desmonte e rebaixamento da SENAES para Subsecretaria;
- Saída do Secretário Nacional Paul Singer, de todos os diretores, coordenadores, corpo técnico, técnicos transversais e analistas técnicos de políticas sociais da SENAES;
- Corte da dotação orçamentária SENAES que passou de R\$144,3 milhões no PPA 2012-2015 para R\$43,9 milhões no PPA 2016-2019 e destes, houve um corte de 30% das dotações aprovadas em LOA e um contingenciamento em grande parte dos recursos restantes;
- Cancelamento do edital da SENAES "Redes de Cooperação Solidária", que visava à celebração de novas parcerias para o cumprimento dos objetivos previstos no PPA 2016-2019;
- Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) é afetado e começa a se desarticular. A sequência regimental das reuniões ordinárias é descumprida e os grupos de trabalho foram desativados;

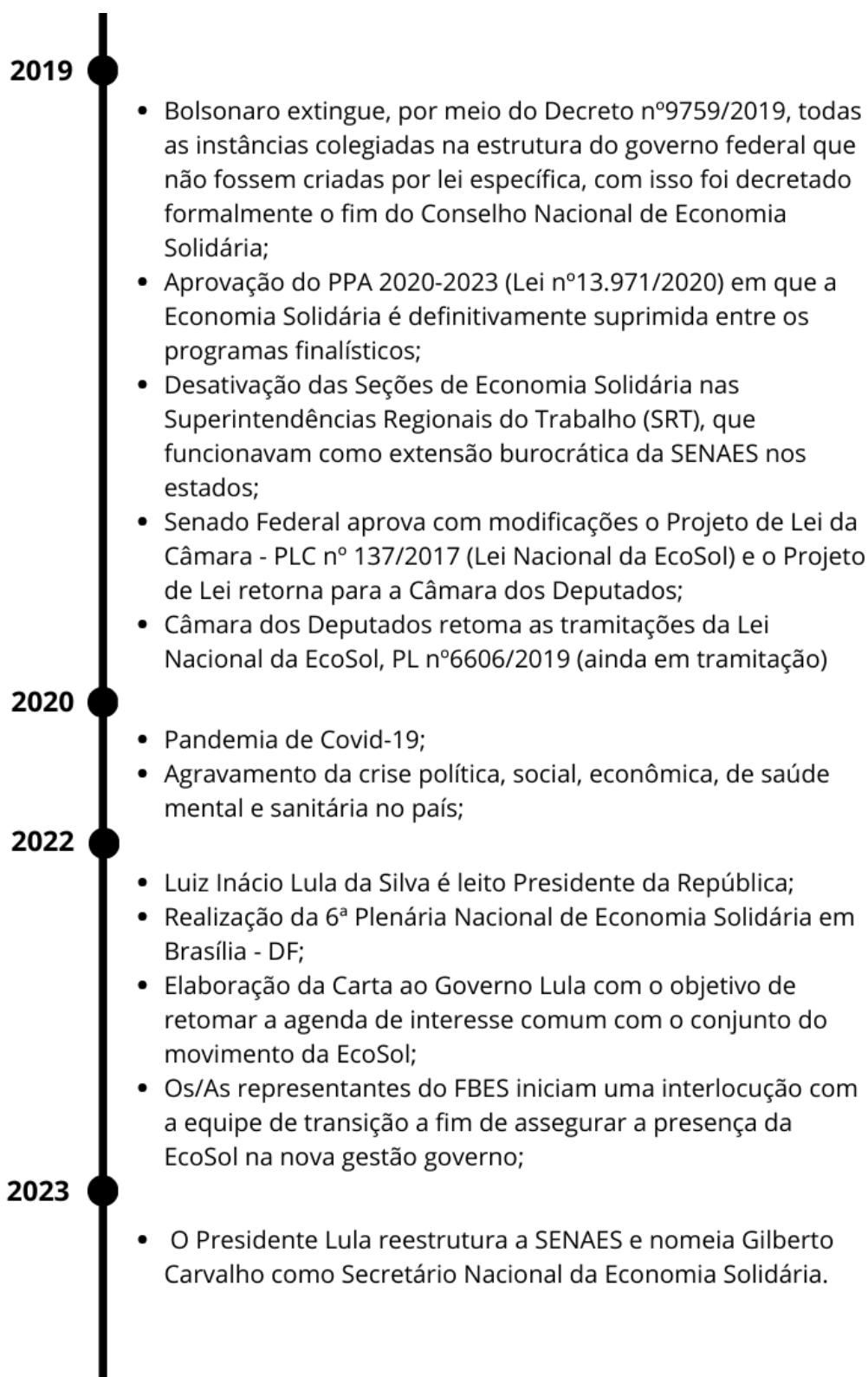
2017

- Projeto de Lei Nacional da EcoSol (PL nº 4685/2012) é aprovado na Câmara dos Deputados e é encaminhado para o Senado Federal;
- No Senado Federal o PL torna-se o Projeto de Lei da Câmara - PLC nº 137/2017;

2018

- Ascensão da extrema direita;
- Jair Messias Bolsonaro é eleito Presidente da República;
- Conselho Nacional de Economia Solidária convoca a 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária, entretanto esta não foi realizada;

continua



Fonte: autoria própria (2023) baseado em Dieese (2022), Rosa (2013) e Silva (2021)

Os dados apontados na Figura 10 deixa nítido o movimento pendular da política na nacional de Economia Solidária, assim como, a maneira como a inclusão da EcoSol na agenda governamental depende, conforme apontado por

Schiochet (2009), da progressiva vontade política de seus representantes e dependente das alternâncias de governo, que podem ser favoráveis ou não à EcoSol.

Para além de uma vontade política ou um não agir intencional como já abordado neste capítulo, ao que tange as políticas públicas de EcoSol, é possível observar que durante os governos Temer e Bolsonaro houve com a Política Nacional de EcoSol o que Silva (2021) aponta como desmantelamento de uma política pública por extinção, omissão e por mudanças de vínculo institucional.⁹⁹

No caso da Economia Solidária, o desmantelamento por extinção se deu pelo desativamento formal e sequencial, por meio de atos normativos, de toda a estrutura operacional construída em torno da temática. Se deu também por meio da diluição das ações restantes da EcoSol em diversas pastas. O desmantelamento por omissão ocorreu de modo sutil e gradual, dada a ausência de decisões formais de instâncias superiores no governo, assim como, a asfixia orçamentária imposta à política a partir de 2016, o que ocasionou o cancelamento de editais da SENAES para ações no país. O desmantelamento por mudanças de vínculo institucional se deu com o rebaixamento do Ministério do Trabalho e Emprego à condição de Secretaria do Trabalho no Ministério da Economia em 2019, assim como, a transferência das ações residuais da EcoSol para o Ministério da Cidadania. Toda esta conjuntura levou a não inclusão da Economia Solidária no PPA 2020-2023 (Silva, 2021). Toda essa situação tornou-se ainda mais grave com o advento da pandemia de COVID-19 em 2020 e seus impactos no mundo e na EcoSol como já exposto no capítulo dois.

Todos os avanços e retrocessos apontam que a Política Pública de Economia Solidária, ilustrada aqui em seu âmbito federal, ainda não superou uma de suas características de ser uma política de governo, ou seja, sua existência está ligada à partidos políticos, coalizões, grupos políticos na direção do poder executivo (Schiochet, 2011). Entretanto, mesmo com essa característica, a EcoSol nesse movimento de construção, desmonte e retomada

⁹⁹ Para um maior aprofundamento sobre os modelos de desmantelamento de uma política pública, em especial a de Economia Solidária em âmbito nacional, ler: Silva, S. P. (2021). Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019).

ganha visibilidade no interior das estruturas dos governos via criação de coordenações, departamentos, secretarias.

Seguramente, em nível nacional, a política pública de economia solidária se desenvolveu e passou por processos de institucionalização por meio da criação de uma secretaria nacional, um conselho nacional, ações interministeriais, a elaboração e execução de programas e projetos. No entanto, se difundiu de modo diverso pelo país, o que torna extremamente complicado, para uma dissertação de mestrado, uma análise das políticas públicas de EcoSol em âmbito nacional e até mesmo em nível estadual. Portanto, para fins deste estudo, foi realizado um recorte de análise para as Políticas Públicas de Economia Solidária no município de Londrina.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Até o presente capítulo foi apresentado o debate sobre as raízes históricas da Economia Solidária, suas principais referências na América Latina, na Europa e no Brasil, assim como, o debate sobre as intersecções do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade e o campo do estudo e construção de Políticas Públicas com a Economia Solidária. Neste capítulo, será apresentado o percurso e as opções metodológicas adotadas ao longo do desenvolvimento desta dissertação, ou seja, será realizada a caracterização da pesquisa, discorrendo-se sobre o método, a natureza e objeto da pesquisa, a técnica de coleta de dados e a técnica de análise.

Antes porém, para garantir a fluidez da leitura, se faz necessário retomar os objetivos da pesquisa, a saber: analisar a participação popular e o diálogo com os representantes do Estado nos processos de elaboração e implementação da política pública de economia solidária no município de Londrina – PR.

Bem como, por objetivos específicos:

- Contextualizar o processo de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária;
- Contextualizar as Políticas Públicas de Economia Solidária da cidade de Londrina;
- Analisar como se deu o processo de elaboração das Políticas Públicas de Economia Solidária do Município de Londrina.

O ponto de partida para a realização deste estudo, como já apontado no capítulo 1, foi a constatação do pesquisador, por meio de todo histórico vivenciado dentro do movimento de EcoSol no Estado do Paraná, de que, não há um consenso entre os/as atores/atrizes do movimento sobre a participação do Estado, por exemplo, por meio da Rede de Gestores, diante dos processos de institucionalização da EcoSol.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Elaboração, implementação, monitoramento, avaliação (os ciclos de Políticas Públicas como foi abordado anteriormente). Tais processos podem resultar na criação de ambientes próprios

Alinhado ao exposto, se tem por lacuna de pesquisa a falta de conteúdos populares, regionalizados (Paraná-Londrina), com a ótica dos trabalhadores/as dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio e fomento à economia solidária, sobre os processos de implementação das políticas públicas de economia solidária, em especial no município de Londrina. Encontra-se trabalhos em que a ótica central é a ação pública (Garcia, 2018; Nishimura, 2005; Pitaguari, 2010), contudo ainda é frágil pesquisas sobre a construção de políticas públicas de EcoSol com a ótica dos EES e EAFES.

Há conteúdos sobre as políticas públicas de economia solidária, entretanto, tendo como objeto central, projetos, programas, leis, entre outras ações já estabelecidas/concretizadas, corroborando os apontamentos de Secchi (2015) que explana que os estudos de políticas públicas têm o foco maior em análise de programas e projetos e não nos ciclos das políticas públicas. Na área de estudos das políticas de EcoSol, essa realidade não é diferente, há essa lacuna, em especial, nos processos de implementação de políticas públicas de EcoSol.

Soma-se ainda, os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade, ao defender uma ciência não neutra e não linear no tocante ao entendimento de desenvolvimento (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004; Feenberg, 2004; Freitas; Segatto, 2014; Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003; Varsavsky, 1969; Winner, 1986), assim como, a valorização da sociedade nos processos tecnocientíficos, não somente como objeto a ser estudado, mas sim, integrante aos processos, o que Thomas (2009) chama de cidadania sociotécnica, como já discorrido no capítulo 2. Além de, compreender a política pública, no caso, da EcoSol, como um artefato tecnológico e este, dotado de qualidades políticas, assim como, entender as consequências políticas das tecnologias, seu impacto social e econômico.

É importante ressaltar o vínculo pessoal que o autor possui com a temática, tendo, a partir de 2015, experiência profissional junto ao Centro Público de Economia Solidária do Município de Londrina – PR. Bem como, ter composto o grupo de trabalho entre os representantes do Fórum Paranaense de Economia Solidária – FPES e o Governo do Estado para a escrita da regulamentação da

da EcoSol como: leis específicas, conselhos, sistemas, secretarias, departamentos, planos, projetos, ações entre outros.

Lei estadual da EcoSol (Lei nº19.784), assim como, ser conselheiro titular no Conselho Estadual de Economia Solidária do Paraná – CEES/PR (2021-2023); membro da secretaria executiva e coordenação do Fórum Paranaense de Economia Solidária – FPES (2020-2022); a Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento a Economia Solidária do Paraná – RIU/PR (2021-2023); e a Comissão Estadual e Nacional de Economia Popular Solidária da Cáritas (2020-2023). Com isso, assume-se que o pesquisador não acredita na neutralidade da ciência, da tecnologia e da economia. A definição do tema da dissertação, assim como a construção metodológica, tem relação com a experiência de vida do pesquisador e foram impactados pelos acontecimentos de âmbito pessoal e pela conjuntura, marcada pelo retrocesso de políticas na área da Economia Solidária, a partir de 2016, e por questões relacionadas à pandemia da covid-19.

Dado o exposto até o momento, com esta pesquisa, pretendeu-se, a partir da análise de documentos (Quadro 3 – próxima sessão), complementado com entrevistas semiestruturadas, os referenciais teóricos em Economia Solidária, os Ciclos de Políticas Públicas e o campo da Ciência Tecnologia e Sociedade, preencher a lacuna de pesquisa sobre a construção de políticas públicas de economia solidária regionalizadas, no caso, o Estado do Paraná tendo como recorte o município de Londrina.

4.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa científica pode ser caracterizada como um procedimento racional e sistemático que possui o objetivo de propiciar respostas aos problemas propostos (Gil, 2010). Para se entender o fenômeno das relações entre a teoria e o objeto de estudo, considerando os pressupostos teóricos e estratégicos da Economia Solidária e o processo de validação dos resultados, usou-se várias abordagens metodológicas¹⁰¹, ou seja, quanto a abordagem do problema de pesquisa, esta pesquisa se classifica como qualitativa; descritiva

¹⁰¹ Destaca-se, que a metodologia de uma pesquisa, diz respeito ao conjunto de procedimentos que foram empregados para atingir os objetivos propostos, incluindo o delineamento, os instrumentos de coleta de dados, a categorização e análise dos dados (Ribeiro, 2021). Neste estudo, a metodologia foi construída no transcorrer da pesquisa, sem que isso comprometesse o rigor metodológico e a postura ética do pesquisador.

em relação aos objetivos; com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica; documental para o levantamento das leis e/ou programas municipais que versam ou fomentem à EcoSol; e estudo de caso com entrevistas semiestruturadas para a análise dos processos de elaboração e implementação da política pública de economia solidária em Londrina (Gil, 2008, 2010; Yin, 2016).

Considerando a abordagem do problema em uma pesquisa qualitativa, Creswell (2007) aponta que esta situação é caracterizada com a ida do/a pesquisador/a ao local onde está o participante, permitindo assim, um desenvolvimento detalhado sobre o objeto pesquisado, as pessoas e/ou grupos participantes. O autor ainda aponta que, neste modelo de pesquisa, o/a pesquisador/a está altamente envolvido/a nas experiências dos participantes, neste estudo, destaca-se a figura do pesquisador militante. Flick (2009) explana que, as características centrais da pesquisa qualitativa abordam sobre a escolha de métodos e teorias adequadas, além de, o reconhecimento da existência de diferentes perspectivas de análise.

A partir dos objetivos propostos, ou seja, contextualizar o processo de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária, bem como no Município de Londrina, é possível elencar que pesquisas de cunho descritivo têm por finalidade “a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2008, p.28). Gil (2008) ainda enfatiza que, algumas pesquisas descritivas, podem ir além da identificação da existência de relações entre variáveis, empenhando-se em determinar a natureza destas relações.

Sobre a pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2003) explicam que esta modalidade possibilita o contato com fontes primárias e secundárias. O que é complementado por Gil (2008) ao descrever que a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica apresentam semelhanças, porém com modalidade de fontes distintas.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica.

Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (Gil, 2008 p. 51)

Gil (2008), ainda aponta que, pode ser considerado documento “qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (p. 147). No caso do presente estudo, foram utilizados como subsídios documentais: a dissertação de Sandra Nishimura (2005)¹⁰²; a Lei Estadual da Economia Solidária (Lei nº19.784); a Lei Municipal de Economia Solidária de Londrina (Lei nº10.523). Além de sites oficiais de prefeituras e câmaras municipais, o site da Assembleia Legislativa do Paraná, o site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, relatórios e documentos do Fórum Paranaense de Economia Solidária, como pode ser visto no Quadro 3.

¹⁰² Sandra Regina Nishimura (1964-2022). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (1984), com mestrado em Política Social pela mesma universidade (2005) em que teve por objeto de estudo a Política Municipal de Economia Solidária. Foi presidente da Associação de Assistentes Sociais de Londrina, assumiu cargo público na Prefeitura Municipal de Londrina e atuou como secretária municipal do Idoso, da Mulher, e da Assistência Social. Foi diretora da proteção Social Básica e coordenadora do Programa Municipal de Economia Solidária (2005-2007), política em que foi pioneira em sua implantação, ganhou destaque municipal, estadual e nacional na gestão da Economia Solidária. Foi chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social no governo Lula. Aposentou-se em 2021 e dedicou-se na criação do Observatório de Feminicídios em Londrina – Néias. Faleceu em um trágico acidente automobilístico em 2022. Para mais informações sobre a dissertação: NISHIMURA, S. R. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina** - Paraná. 2005. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

Quadro 3 - Documentos analisados na dissertação

Título	Tipo de material	Com tratamento analítico	Sem tratamento analítico
Comunicação Deputado Tadeu Veneri (PT)	Notícia em meio eletrônico		X
Decreto Estadual nº3932/2020	Decreto		X
Decreto Estadual nº9818/2021	Decreto		X
Deputado Hermes Fonseca participa da conferência sobre economia solidária.	Notícia em meio eletrônico		X
Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional	Livro	X	
Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina	Dissertação	X	
Lei Estadual da Economia Solidária do Paraná (Lei nº19.784)	Lei		X
Lei Municipal de Economia Solidária de Londrina (Lei nº10.523)	Lei		X
Plano Estadual da Economia Solidária do Paraná	Subsídio	X	
Planos Estadual e Nacional de Economia Solidária serão discutidos na Assembleia	Notícia em meio eletrônico		X
Projeto de Lei Estadual nº182/2006	Projeto de Lei		X
Projeto de Lei Estadual nº530/2006	Projeto de Lei		X
Projeto de Lei Estadual nº17/2007	Projeto de Lei		X
Projeto de Lei Estadual nº302/2010	Projeto de Lei		X
Projeto de Lei Estadual nº630/2017	Projeto de Lei		X
Retirada por 10 sessões projeto que institui política de economia solidária	Notícia em meio eletrônico		X
Reunião entre representantes dos movimentos sociais e parlamentares tenta impulsionar a economia solidária	Notícia em meio eletrônico		X

Fonte: autoria própria (2023)

Yin (2016) destaca que, em um estudo de caso, o objeto é pesquisado de modo mais extenso e profundo. Este método, segundo o autor, coloca no centro da pesquisa as perguntas “por que?” e “como?”, ao estudar um evento em questão. Neste modo de estudo, o/a pesquisador/a possui liberdade em escolher um conjunto de ações, eventos, que deseja investigar detalhadamente, no caso do presente estudo, as ações dos/as trabalhadores/as de todos os segmentos da EcoSol, entre os anos de 2002 e 2008, no município de Londrina, durante o processo de elaboração e implementação da política pública de economia solidária local. Gil (2010) expõe que, o estudo de caso oportuniza a identificação de fatores que contribuíram com o fenômeno pesquisado, bem como, a possibilidade de delineamento da extensão do objeto, a descrição da

situação na qual a investigação está ocorrendo, a possibilidade da formulação de hipóteses/teorias e ilustrar as variáveis causais do fenômeno pesquisado.

Yin (2016) explana que as fontes para coleta de dados em estudo de caso podem ser: documentação (cartas, recortes de jornais, registros de arquivos, entre outros); registros pessoais; entrevistas; observação direta; e observação participante. No caso deste estudo, optou-se em usar documentos, como já exposto e entrevistas semiestruturadas, a ser mais bem relatadas no item 4.3 deste capítulo.

4.2 Objeto da Pesquisa

O objeto da pesquisa consistiu no estudo das Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado do Paraná, em especial, no município de Londrina, bem como a participação popular e o diálogo com os representantes do Estado no processo de elaboração e implementação da referida política, ou seja, optou-se por estudar os processos de institucionalização da política estadual e da política local de EcoSol. O processo estadual teve o ano de 2003 como marco inicial de sua articulação¹⁰³, com a realização do primeiro encontro estadual da EcoSol na cidade de Maringá. O processo do município de Londrina, teve o ano de 2002 como marco inicial, com a realização do primeiro encontro da EcoSol de Londrina.

4.2.1 As Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado do Paraná

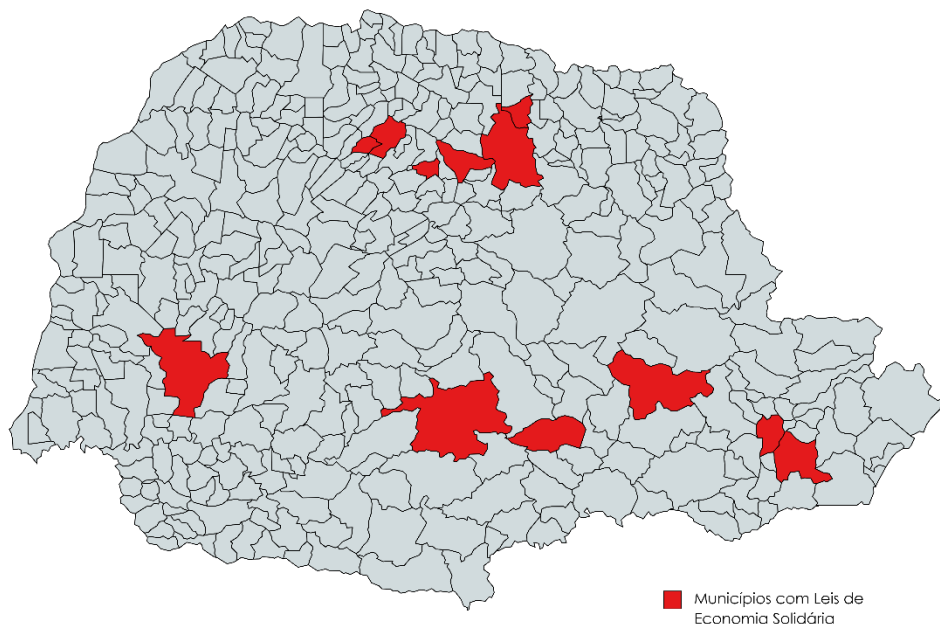
No Estado do Paraná, os processos locais de institucionalização da EcoSol se deram, em algumas cidades, por meio de políticas locais de economia solidária a partir do ano de 2003. Um mapeamento inicial, realizado pelo próprio autor, por meio de relato dos membros do Fórum Paranaense de EcoSol – FPES¹⁰⁴, em decorrência das inquietações iniciais que se desdobraram na

¹⁰³ Como será visto no próximo capítulo, os diálogos em nível estadual começaram antes do ano citado, entretanto optou-se em usar como referência o ano de 2003 uma vez que, neste ano, aconteceram os primeiros encontros estaduais da EcoSol em Maringá e em Curitiba, por exemplo.

¹⁰⁴ O mapeamento das cidades paranaenses com legislações de EcoSol foi a motivação pessoal que desencadeou a presente pesquisa. A coleta de dados, em um primeiro momento, foi realizada em uma perspectiva de construção coletiva durante uma reunião da coordenação

presente pesquisa, aponta que há garantias legais para a ação pública local de EcoSol, uma vez que existem leis específicas¹⁰⁵, fomentando ou instituindo programas municipais – com e sem verba pública atribuída para este fim, em 12 (doze) cidades como pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 – Mapeamento inicial dos municípios do Estado do Paraná com Leis de Economia Solidária



Fonte: autoria própria (2023)

É possível observar, na Figura 11, que os municípios com leis de economia solidária se concentram, em sua grande maioria, nas cidades polos das regiões geográficas intermediárias do Paraná, ou seja, as regiões de Cascavel, Curitiba, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa (IBGE, 2023a). Especificamente, neste mapeamento inicial, foram encontradas Leis Municipais de Economia Solidária, nas respectivas cidades em ordem cronológica de aprovação conforme indica o Quadro 4:

do Fórum Paranaense de Economia Solidária em que o coletivo respondeu “qual cidade paranaense possui leis de EcoSol?” (Pré-Projeto de Pesquisa). Em um segundo momento, a coleta de dados foi aperfeiçoada por meio de pesquisa em documentos sem tratamento analítico, com busca direta em sites oficiais de prefeituras, câmara de vereadores dos municípios e sites especializados em legislações municipais, os quais serão apresentados a seguir (Projeto de Pesquisa). Contudo, após a qualificação, foi realizado um aprofundamento de estudo nos processos realizados no município de Londrina (Pesquisa).

¹⁰⁵ É importante ressaltar que não há registros de uma descrição e sistematização de leis locais, instituindo ou fomentando, políticas públicas de Economia Solidária que contemple todas as cidades do Estado do Paraná. Esta é uma das limitações desta pesquisa.

Quadro 4 - Municípios do Estado do Paraná com leis municipais de economia solidária

Cidade	População em 2022 ¹⁰⁶	Lei nº	Ano de aprovação	Situação
Maringá	409.657	6.379 ¹⁰⁷	2003	Em vigor
		6.525 ¹⁰⁸	2004	Em vigor
		8.802 ¹⁰⁹	2010	Em vigor
Londrina	555.937	9.988 ¹¹⁰	2006 ¹¹¹	Em desuso
		10.523 ¹¹²	2008	Em vigor
		13.306 ¹¹³	2021	Em vigor
		13.618 ¹¹⁴	2023	Em vigor
Irati	-	2.965	2009	Revogada
Paíçandu	45.962	1.951 ¹¹⁵	2009	Em vigor
São José dos Pinhais	329.222	1.591 ¹¹⁶	2010	Em vigor
Guarapuava	182.093	2.022 ¹¹⁷	2012	Em vigor
Ponta Grossa	358.367	11.046 ¹¹⁸	2012	Em vigor
Apucarana	130.134	161 ¹¹⁹	2015	Em vigor
Ibiporã	51.603	2.792 ¹²⁰	2015	Em vigor
Irati	59.250	4.099 ¹²¹	2016	Em vigor
Jandaia do Sul	21.408	2.892 ¹²²	2016	Em vigor
Curitiba	1.773.733	14.786 ¹²³	2016	Em vigor
		15.725 ¹²⁴	2020	Em vigor
		15.845 ¹²⁵	2021	Em vigor
Cascavel	348.051	7.239 ¹²⁶	2021	Em vigor
Total populacional			4.265.417	

Fonte: própria autoria (2023)

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que, em 2022, o Estado do Paraná possuía uma estimativa populacional de 11.443.208 (onze milhões quatrocentos e quarenta e três mil duzentos e oito)

¹⁰⁶<https://cidades.ibge.gov.br/>

¹⁰⁷ <http://leismunicipa.is/abrol>

¹⁰⁸ <http://leismunicipa.is/mcrao>

¹⁰⁹ <http://leismunicipa.is/tjsch>

¹¹⁰ <http://leismunicipa.is/liren>

¹¹¹ Para fim deste estudo, foi tomado por base a Lei Municipal de 2008. A Lei de 2006 versa sobre as permissões necessárias para o município usar dinheiro público no estudo de viabilidade da EcoSol.

¹¹²<http://leismunicipa.is/larni>

¹¹³ <http://leismunicipa.is/cfpzu>

¹¹⁴ <https://portal.londrina.pr.gov.br/images/stories/jornalOficial/Jornal-4961-Assinado-pdf.pdf>

¹¹⁵ <http://leismunicipa.is/ajwxd>

¹¹⁶ <http://leismunicipa.is/rnifs>

¹¹⁷ <http://leismunicipa.is/qdjhn>

¹¹⁸ <http://leismunicipa.is/signb>

¹¹⁹http://sys.apucarana.pr.gov.br/apucarana-pr/FWLLocal/diario/controle/atosweb_consulta.php?setFrameHeight=true&order=ato_id&by=&pagina=464

¹²⁰ <http://leismunicipa.is/slafx>

¹²¹ <http://leismunicipa.is/kvntx>

¹²² <http://leismunicipa.is/dvolf>

¹²³ <http://leismunicipa.is/rgmua>

¹²⁴ <http://leismunicipa.is/tgdky>

¹²⁵ <http://leismunicipa.is/zhiba>

¹²⁶ <http://leismunicipa.is/lynxv>

habitantes, distribuídos em 399 municípios, sendo a Unidade Federativa mais populosa da região sul do Brasil (IBGE, 2023b). Contudo, ao observar o Quadro 4 com as cidades que possuem legislação local de EcoSol, vê-se que apenas 4.265.417 (quatro milhões duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e dezessete) habitantes são cobertos com legislações locais, isso equivale a 37% (trinta e sete por cento) da população total do Estado.

Como já apontado, no início da década de 2000, com o processo de articulação do movimento de EcoSol no Paraná, foram estruturados Fóruns e Conselhos Municipais de Economia Solidária, assim como, os Fóruns Regionais, o Fórum e o Conselho de Economia Solidária Estadual¹²⁷. Este último, sancionado com a Lei nº19.784 (Lei Estadual de Economia Solidária) em 20 de dezembro de 2018, 15 anos após o início das discussões acerca da necessidade de implementação de uma política pública estadual de economia solidária. Em 15 de dezembro de 2021, ocorreu a publicação do Decreto nº 9.818/2021 em que foi nomeada a primeira gestão do Conselho Estadual da Economia Solidária – CEES/PR (Paraná, 2018; 2020; 2021).

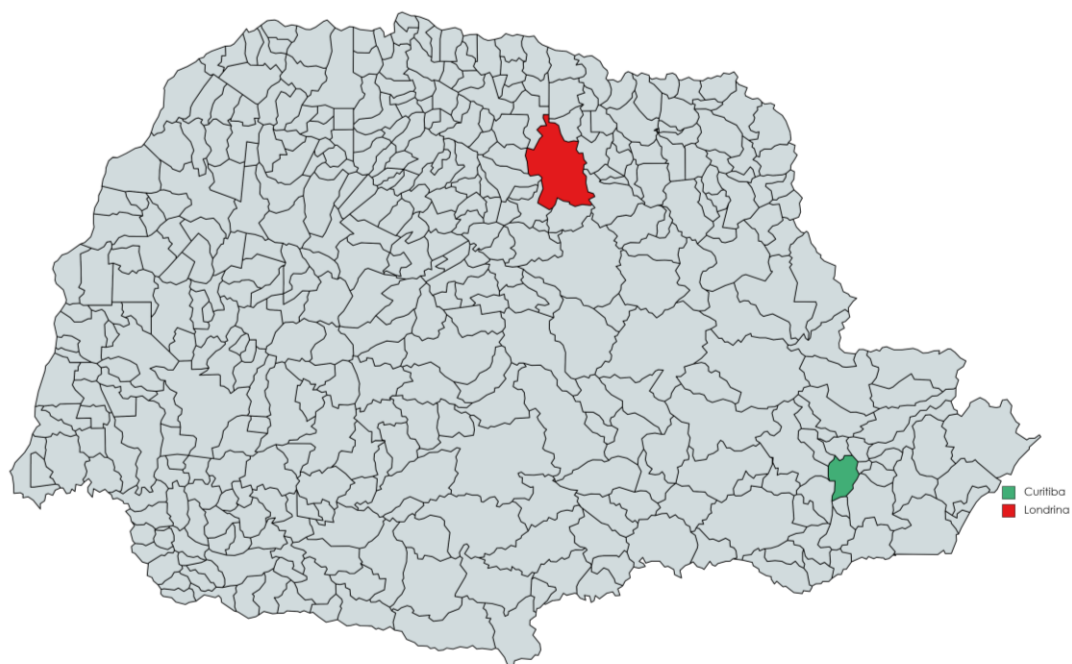
4.2.2 Economia Solidária no Município de Londrina

Antes da explanação sobre a Política Pública de EcoSol em Londrina, se faz necessário contextualizar as características do município, assim como, o contexto anterior à implementação da sua política municipal.

Londrina é um município do Estado do Paraná e está localizado na região Norte Central do Estado, conforme pode ser visto na Figura 12, distante 381km (trezentos e oitenta e um quilômetros) da capital, Curitiba – PR. Possui um IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,824 – quanto mais próximo do valor 1, maior é o nível de desenvolvimento humano da cidade (Londrina, s/d).

¹²⁷ É importante ressaltar que um Fórum, em especial o de EcoSol, é um instrumento do movimento, um espaço de articulação e diálogo entre diversos/as atores/atrizes e movimentos sociais em prol da economia solidária. Estes seguem a estrutura organizativa do movimento, ou seja, municípios, regiões intermediárias (no caso do Paraná: Capital-Litoral, Campos Gerais, Centro-Sul, Sudoeste, Oeste, Noroeste e Norte-Norte Pioneiro), Estado e Brasil. Por sua vez, os Conselhos são órgãos colegiados que podem ter caráter: consultivo, propositivo e/ou deliberativo. Integram a estrutura de um governo e são instituídos por leis e decretos em todas as instancias organizativas do Estado, ou seja, municípios, estados e federação.

Figura 12 – Localização geográfica do município de Londrina/PR



Fonte: autoria própria (2023)

Antes de sua ocupação colonial, o Patrimônio Três Bocas, nome atribuído a região, era/é habitado pelo Povo Indígena Kaingang e, desde a década de 1920, por alguns produtores rurais. Neste período, a Companhia de Terras Norte no Paraná, empresa de capital britânico, foi responsável pelo loteamento da região, a partir da margem oeste do Rio Tibagi. Em 1929, o Patrimônio Três Bocas, foi renomeado para Londrina, fazendo alusão e homenagem à Londres, sede da empresa colonizadora. Em 10 de dezembro de 1934, foi oficialmente desmembrado do Município de Jataizinho – PR, tornando-se o Município de Londrina (Londrina, 2019).

Com a sua fundação, os principais grupos migratórios a se instalarem no município, juntamente com o povo Kaingang¹²⁸ e os pequenos produtores rurais, foram os: italianos, portugueses, japoneses, alemães e espanhóis. Atualmente, Londrina possui a segunda maior comunidade japonesa do Brasil, sendo essa, uma das maiores do mundo fora do Japão, o que impacta diretamente na cultura da cidade (Londrina, 2019).

¹²⁸ Como todo processo colonizador latino-americano, em Londrina, o processo também foi violento com os povos originários.

Os dados do IBGE (2023b) apontam que, em 2022, Londrina possuía uma população de aproximadamente 555.937 (quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e trinta e sete) pessoas, sendo a segunda maior cidade do Estado do Paraná e a quarta maior do Sul do Brasil.

Londrina possui uma área territorial de 1.652,596 km² (aproximadamente mil seiscentos e cinquenta e dois quilômetros quadrados) e uma densidade populacional de 336,4 hab./km² (aproximadamente trezentos e trinta e seis habitantes por quilômetro quadrado) (IBGE, 2023b).

Em 2020, o salário médio mensal dos/das trabalhadores/as formais era de 2,8 salários-mínimos, ou seja, pouco mais de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais). Assim como, um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 37.766,29 (trinta e sete mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos), totalizando um PIB bruto de aproximadamente R\$ 22b (vinte e dois bilhões de reais). No tocante ao trabalho, Londrina contava, em 2020, com 201.783 (duzentos e um mil setecentos e oitenta e três) pessoas ocupadas, ou seja, 35,1% da população total (IBGE, 2020).

4.2.2.1 Programa de Economia Solidária em Londrina

Se tem como marco inicial, do Programa de Economia Solidária em Londrina, o 1º Encontro de EcoSol que ocorreu no dia 29 de agosto de 2002. Na ocasião, o evento reuniu 172 (cento e setenta e duas) pessoas e teve por palestrantes Euclides Mance¹²⁹ que proferiu a palestra “Redes de Economia Solidária” e “Economia Solidária: sociedade civil e poder público”, e Dalila Pedrini¹³⁰, que trabalhou o tema “Gestão Cooperativa: relato de experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau”¹³¹. Nessa oportunidade, Nishimura (2005) e Garcia (2018)

¹²⁹ Filósofo atuante no Programa Fome Zero do Governo Federal, militante e fomentador das Redes de Economia Solidária, tendo publicado os livros: A Revolução das Redes (1999), Redes de Colaboração Solidária (2002), Como Organizar Redes Solidárias (2003), Fome Zero e Economia Solidária – O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil (2004). Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/8987379320199975>

¹³⁰ Assistente Social, atuou como professora na Universidade Regional de Blumenau – SC, foi conselheira no Conselho Nacional de Economia Solidária e Vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/7307621058263811>

¹³¹ Concomitante a esse fato, a EcoSol era desenvolvida, enquanto ação pública, dentro do Programa Londrina Fome Zero. Esse ponto será aprofundado no próximo capítulo.

apontam que os/as agentes públicos das secretarias municipais de Assistência Social, Mulher, Agricultura, Abastecimento e o Instituto de Desenvolvimento de Londrina – CODEL se reuniram com Mance para avaliar uma possível implementação de um programa de economia solidária em Londrina.

No ensejo da construção do programa, no dia 30 de agosto de 2002, foi realizada uma reunião com Mance em que foram elencadas proposições para as pessoas/representantes¹³² presentes, bem como, a estruturação de uma comissão, com os representantes do poder público e das entidades executoras do Programa Londrina Fome Zero, que se responsabilizaram pela construção do projeto do Programa Municipal de Economia Solidária em Londrina – PMES.

Em decorrência das primeiras reuniões de articulação para a implementação de uma política pública de EcoSol em Londrina, Nishimura (2005) ainda relata que, em 2003, foi firmada uma parceria com a Universidade Estadual de Londrina – UEL para a elaboração de um instrumento de mapeamento dos grupos existentes.

A estratégia utilizada para a realização do mapeamento dos grupos de geração de trabalho e renda foi contemplar diferentes objetivos para um mesmo momento, ou seja, a realização de um evento formativo, informativo, de troca de experiência, que pudesse, concomitantemente, mapear os grupos presentes. A primeira parte do mapeamento foi preenchida neste evento com o objetivo de identificar os grupos, números de participantes, tipo de produção, endereço para contato, local de produção, maiores dificuldades, escolaridade dos membros, cursos já efetuados pelos participantes e existência ou não de documentação do grupo (Nishimura, 2005, p. 97).

Neste intento, no dia 11 de setembro de 2003, foi realizado o “Encontro de Geração de Renda e Economia Solidária”, com a palestrante Sandra Magalhães, do Banco Palmas de Fortaleza – CE¹³³. Segundo Nishimura (2005), houve a participação de aproximadamente 300 pessoas, e na ocasião, os presentes tiveram a oportunidade de debater a experiência desenvolvida pelo Banco Palmas com o crédito solidário, cartão de crédito solidário, mapeamento

¹³² No caso, gestores/as públicos e representantes das entidades parceiras na execução do eixo geração de renda do Programa Londrina Fome Zero. As proposições serão abordadas no próximo capítulo.

¹³³ O Banco Palmas é um banco comunitário, estes são definidos como serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Para mais informações: <https://bancopalmas.com/>.

do consumo da comunidade com vistas a subsidiar a implantação de novos empreendimentos solidários e a moeda social. A autora ainda ressalta que no encontro foi possível identificar 69 (sessenta e nove) grupos que estavam em funcionamento ou com potencial de se estruturarem para a atividade de geração de renda via Economia Solidária.

Todas as ações ocorridas entre os anos de 2002 e 2004 resultaram, em 2005, na implementação do Programa Municipal de Economia Solidária – PMES. Este tinha como característica, a intersetorialidade ao envolver diversas secretarias municipais, tais como: Assistência Social; Educação; Ambiente; Cultura; Saúde, entre outras. Em sua implementação, o programa se organizou por meio de três linhas de ação, a saber: 1) apoio financeiro aos grupos de geração de trabalho e renda; 2) capacitação conceitual, técnica e de gestão; e 3) apoio a construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo¹³⁴ (Nishimura; Rizzotti, 2010).

Com o objetivo de estabelecer um ponto fixo de comercialização para os EES, uma vez que, essa era uma das demandas dos grupos na época, assim como, auxiliar na construção de redes solidárias de produção e de consumo, foi construído em Londrina, com recursos do governo federal, um Centro Público de Economia Solidária – CPES, é importante ressaltar que este foi o primeiro CPES do Estado do Paraná, sendo que o segundo foi construído no município de São José dos Pinhais¹³⁵.

O CPES de Londrina iniciou suas atividades em fevereiro de 2007 e está localizado na Avenida Rio de Janeiro nº 1.278, esquina com a Avenida Juscelino Kubitschek, no centro da cidade. Tem por característica, ser a referência para a EcoSol da cidade e região metropolitana. Oferece suporte para a comercialização e a prestação de serviços e conta com uma loja que funciona no local, assim como, uma cozinha industrial e salas multiuso que ficam à disposição para a realização de capacitações, assessorias técnicas e reuniões em geral¹³⁶. A gestão do programa e a manutenção do prédio é realizada por

¹³⁴ É importante ressaltar que a opção de recorte da pesquisa é para o momento da implementação do PMES e não como ele está estruturado, com suas linhas de ações, atualmente.

¹³⁵ Atualmente, estes são os únicos Centros Públicos de Economia Solidária no Estado do Paraná.

¹³⁶ O Art. 14. da Lei nº 10.523/2008 aponta como sendo objetivo do Centro Público de Economia Solidária de Londrina: I. Abrigar ações da Política Pública de Economia Solidária; II. Contribuir

meio de convênio entre a Prefeitura do Município de Londrina e uma Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária, contudo, a gestão de toda comercialização do PMES é realizada pelos EES e assessorada pela EAFES, sendo os/as próprios/as integrantes dos grupos os/as vendedores/as dos produtos expostos¹³⁷ (Nishimura; Costa, 2010; Garcia, 2018).

A somatória dos fatores supramencionados, alinhado com o envolvimento dos atores/atrizes da EcoSol local, em pressionar os/as vereadores da época, resultou, em 28 de agosto de 2008, na aprovação da Lei nº10.523 em que cria o Programa Municipal de Economia Solidária em Londrina. Os detalhes dessa construção serão abordados no próximo capítulo.

4.3 Sujeitos da pesquisa

O critério de seleção das pessoas para a entrevista foi o de, obrigatoriamente, a participação direta, por meio de alguns dos segmentos da EcoSol (EES, EAFES, GOV), nos fatos ocorridos entre os anos de 2002 e 2008 em Londrina, durante os processos de institucionalização da política pública de economia solidária.

Foram identificadas sete pessoas que se enquadraram nos critérios supramencionados (quatro participantes de EES, uma participante da EAFES e duas representantes do Poder Público). Destas, foram realizadas entrevistas presenciais semiestruturadas (apêndice A) com quatro pessoas: a gerente da EAFES que executava o convênio do Programa Londrina Fome Zero/Economia Solidária com a Prefeitura, bem como, três participantes de um Empreendimento Econômico Solidário usuárias da política pública.

com o processo de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários; III. Possibilitar a articulação dos diferentes sujeitos na construção e fortalecimento das ações de Economia Solidária; IV. Promover formação continuada e capacitações nas áreas técnica, de gestão, entre outras, conforme a necessidade dos empreendimentos econômicos solidários (Londrina, 2008 p. 2).

¹³⁷ No atual momento, a Cáritas Arquidiocesana de Londrina executa o convênio com o Município de Londrina. Assim como, o PMES possui outros pontos fixos de comercialização na cidade, a saber: o Centro Público de Economia Solidária – Sandra Regina Nishimura, na região central; a Casa da Economia Solidária – Café e Arte, na região central; o Centro Regional de Economia Solidária Norte – na região norte; o Espaço Descentralizado da Assistência Social/Centro Regional de Economia Solidária Leste – na região leste; e o Espaço Araucária – Inclusão e Arte, na região central (referência para os produtos da Agricultura Familiar e da Agroecologia). Além destes pontos fixos, o Programa conta também com uma série de feiras em lugares de grande concentração de pessoas.

Foram mapeados ainda duas gestoras públicas, entretanto uma faleceu e a segunda não residia na cidade de Londrina. Ainda não houve compatibilidade de agendas com a representante de um empreendimento. Assim, foram realizadas duas entrevistas, com quatro pessoas, sendo: uma com a gerente da EAFES na época; e uma entrevista coletiva com três membros de um EES presente no período estudado.

As entrevistas foram realizadas no dia 28 de julho de 2023 e seguiram o seguinte roteiro:

- Explicações sobre os termos de: Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE; e o termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz – TCUISV;
- Explicação sobre o tema da pesquisa, o recorte temporal e os objetivos do questionário;
- Solicitação para que cada pessoa se apresentasse e contasse como ela conheceu e começou a participar da EcoSol em Londrina;

Perguntas orientativas da entrevista:

1. Como foi formulada a política pública de apoio à economia solidária em Londrina?
2. Qual/quais foi/foram as motivações iniciais para a elaboração da política pública de EcoSol em Londrina?
3. No processo inicial da Economia Solidária em Londrina, quais eram os meios de participação das pessoas na política pública?
4. Que organizações (atores da EcoSol) participavam desses espaços de participação/control social?

As pessoas entrevistadas foram identificadas por meio de um código alfanumérico estabelecido pelo segmento de representação da EcoSol alinhado com a ordem das entrevistas, assim sendo: EAF01, EES01, EES02, EES03.

Todas as pessoas entrevistadas residem em Londrina, são mulheres, com atuação entre 18 e 26 anos na Economia Solidária local. Possuem escolaridade variada, sendo, uma com ensino fundamental incompleto, uma com

ensino médio incompleto, uma com ensino médio completo e uma com doutorado em andamento.

O EES entrevistado se caracteriza como grupo do ramo de artesanato, composto por 04 (quatro) integrantes, estas produzem peças em crochê e estão articuladas há 20 anos. A EAFES participante desenvolveu ações, por meio de convênios com a Prefeitura do Município para a execução de diversas políticas públicas, dentre elas a EcoSol, entre os anos de 2003 e 2018, entre uma das ações do convênio da EcoSol, estava a gestão do Centro Público de Economia Solidária.

4.4 Coleta e tratamento de dados

Os métodos empregados para a coleta dos dados deste estudo foram: pesquisa bibliográfica e documental, e entrevista semiestruturada. Creswell (2017) expõe que a triangulação de diferentes fontes possibilita a comparação de dados, tornando-os mais precisos e evidentes.

A pesquisa foi realizada a partir das seguintes etapas, de início, é importante ressaltar que a pesquisa não seguiu uma sequência linear e rígida, por vezes as etapas se sobrepuseram:

- 1) sistematização das inquietações do pesquisador para a definição do problema de pesquisa;
- 2) pesquisa bibliográfica acerca das grandes áreas estudadas (Economia Solidária, Políticas Públicas e Ciência Tecnologia e Sociedade);
- 3) redefinição do problema de pesquisa;
- 4) seleção das categorias de análise;
- 5) pesquisa documental;
- 6) análise dos documentos;
- 7) elaboração do roteiro de entrevista – questões abertas sobre as percepções/memórias dos fatos ocorridos no recorte da pesquisa (apêndice A), bem como, a confecção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e do Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz – TCUISV (apêndice B);
- 8) criação das categorias de análise das entrevistas;
- 9) entrevistas;

- 10) análise de conteúdo das entrevistas;
- 11) sistematização e análise dos dados.

Para o alcance dos objetivos específicos da pesquisa, foram utilizadas as técnicas metodológicas sintetizadas no Quadro 5:

Quadro 5 – Objetivos específicos e técnicas para coleta de dados

Objetivos Específicos	Técnicas utilizadas para o alcance
1. Contextualizar o processo de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária;	Revisão bibliográfica; Pesquisa documental;
2. Contextualizar as Políticas Públicas de Economia Solidária da cidade de Londrina;	Análise documental; Entrevista semiestruturada;
3. Analisar como se deu o processo de elaboração das Políticas Públicas de Economia Solidária do Município de Londrina.	Entrevista semiestruturada; Análise de conteúdo;

Fonte: autoria própria (2023)

Após o levantamento dos dados, por meio da pesquisa bibliográfica e de documentos históricos da EcoSol local, foi constatado que os dados apresentavam somente a perspectiva histórica, dos/as gestores/as públicos, sobre os processos de implementação da política pública de economia solidária em Londrina. Diante deste fato, alinhado com o objetivo geral da pesquisa em analisar a participação popular e o diálogo com os representantes do estado nos processos de elaboração e implementação da política pública de economia solidária no município de Londrina, optou-se pela realização de entrevistas.

Em um primeiro momento, foram mapeados sete representantes dos segmentos da EcoSol (EES, EAFES, GOV) para a realização das entrevistas, entretanto, como já foi exposto, as entrevistas foram realizadas somente com quatro pessoas, sendo: uma representante da Entidade de Apoio e Fomento à EcoSol e três representantes de um Empreendimento Econômico Solidário. Aqui encontra-se um dos limites da pesquisa.

Ribeiro (2021) aponta que a delimitação de uma pesquisa envolve uma série de decisões que precisam ser realizadas visando o melhor resultado possível no cenário existente. Ao delimitar uma pesquisa, assume-se que algo ficará de fora, no caso, as entrevistas com a gestão pública presente no recorte da pesquisa, entretanto, tal escolha se deu, como já exposto, devido ao fato de

os documentos históricos locais terem registrado, em quase toda a sua totalidade, a ação pública. A pesquisa também se delimita pela temática e recorte temporal já apresentados.

Em relação às fontes, foram utilizados, na pesquisa bibliográfica, livros, artigos, teses, dissertações, material audiovisual (conferências, *webinar* e *lives*). A pesquisa documental fez uso de leis, relatórios, atas, subsídios produzidos pelo próprio movimento de Economia Solidária, documentos de preparação para conferências nacionais e estaduais, documentos preparatórios para plenárias estaduais, sites oficiais de órgãos públicos.

Retornando ao tópico das entrevistas semiestruturadas, foram realizadas duas, uma individual com a gerente da EAFES e uma coletiva com os membros de um EES. Ambas tiveram duração aproximada de 1 hora. Contou-se com o apoio de um equipamento de gravação de voz para posterior tratamento, o que facilitou o processo de transcrição e análise dos dados. Foi assegurado o sigilo na identificação das participantes, assim como, a liberdade de a entrevistada desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Para o tratamento dos dados, das entrevistas, foi empregada a técnica de análise de conteúdo. Severino (2007, p. 121-122) aponta que:

“É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, gestos. Trata-se de compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. Ela descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras”.

As entrevistas realizadas direcionaram para o uso dessa técnica, uma vez que, a partir dos dados obtidos foi possível identificar e descrever como se deu os diálogos e ações entre os segmentos da EcoSol local acerca da construção e implementação da política pública. Bardin (2001) elucida que uma análise de conteúdo se organiza em três etapas: 1) Pré-análise, ou seja, organização do material a ser investigado; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados, interpretações.

Na primeira etapa, foram utilizados o instrumento de coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, o registro dos dados com o auxílio da gravação de voz, bem como, a organização dos dados por meio da transcrição

literal das entrevistas. A segunda etapa se deu por meio da exploração do material com a criação das categorias de análise.

As categorias de análise foram definidas e relacionadas com os objetivos da pesquisa, como pode ser observado no Quadro 6:

Quadro 6 – Correlações entre os objetivos, as perguntas do guia de entrevista e as categorias de análise da pesquisa

Objetivos da pesquisa	Pergunta do guia de entrevista	Categorias de Análise
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a participação popular e o diálogo com os representantes do estado nos processos de elaboração e implementação da política pública de economia solidária no município de Londrina; • Contextualizar o processo de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária; • Contextualizar as Políticas Públicas de Economia Solidária da cidade de Londrina; • Analisar como se deu o processo de elaboração das Políticas Públicas de Economia Solidária do Município de Londrina. 	<p>P1 – Como foi formulada a política pública de apoio à economia solidária em Londrina?</p> <p>P2 – Qual/quais foi/foram as motivações iniciais para a elaboração da política pública de EcoSol em Londrina?</p> <p>P3 – No processo inicial da Economia Solidária em Londrina, quais eram os meios de participação das pessoas na política pública?</p> <p>P4 – Quais organizações (atores da EcoSol) participavam desses espaços de controle social?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento, a partir da vivência das entrevistadas, de fatos e momentos na história da EcoSol em Londrina; • Motivações iniciais para a elaboração da política pública local de EcoSol; • Meios de participação popular no processo dos ciclos de política pública de EcoSol local.

Fonte: autoria própria (2023)

A partir das categorias estabelecidas, foi realizada a terceira etapa (tratamento dos resultados, interpretação), em que, o material foi codificado manualmente, com o suporte do software Microsoft Word.

Usou-se também como suporte de análise a Teoria Crítica da Tecnologia de Feenberg (2004) para identificar traços da incidência do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade no processo de elaboração da política pública de Economia Solidária em Londrina. Segundo o autor, a teoria crítica da tecnologia permite, por meio da compreensão dos elementos envolvidos no processo histórico-social de elaboração da tecnologia, proporcionar subsídios para o exercício crítico da escolha tecnológica das pessoas envolvidas.

Se tratando de uma Política Pública de Economia Solidária, todos os elementos supracitados são importantes para a realização de uma análise, uma vez, a escolha tecnológica das pessoas envolvidas (no caso a política pública) é carregada de valores socialmente específicos de um grupo, bem como, toda essa engrenagem incide no controle democrático da tecnologia, que por sua vez, impacta na participação das pessoas nos espaços de decisões e desenvolvimento de projetos (Feenberg, 2004).

Os resultados, bem como as análises e interpretações dos dados serão apresentados a seguir.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Retomando o referencial teórico deste estudo, Serafim e Dias (2011) explanam que, para além de compreender o papel do Estado nas políticas públicas, torna-se importante a realização de uma análise de política (*policy analysis*) ou mais precisamente, “uma metodologia de investigação social aplicada à análise das atividades concretas” (p. 305). E continuam:

A importância deste referencial é que ele nos permite compreender a conformação das políticas públicas em geral (nacional, estadual ou municipal) e a complexidade que a ela é intrínseca. A Análise de Política, ao focar no comportamento dos atores sociais e no processo de formulação da agenda e da política, busca entender o porquê e para quem aquela política foi elaborada e não só olhar o conteúdo da política pública em si (Serafim; Dias, 2011, p. 305).

Assim sendo, os dados apresentados e analisados no presente capítulo são os resultados do caminho metodológico percorrido, alinhados com os objetivos da pesquisa. Em um primeiro momento, será tratado o processo de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária, posteriormente, a construção da política pública de EcoSol no Município de Londrina, com enfoque nos processos de elaboração (ciclos de políticas públicas) e na participação popular na construção da referida política local.

5.1 A Política Pública de Economia Solidária no Estado do Paraná: um processo em (des)construção

A estruturação e as discussões acerca da Economia Solidária como a conhecemos, no Estado Paraná, começaram em meados dos anos de 1990¹³⁸, resultantes do incentivo de organizações não governamentais, assim como, ações comunitárias, a exemplo dos clubes de mães, os clubes de troca, os grupos de geração de trabalho e renda e as cooperativas de materiais recicláveis

¹³⁸ Antes disso, já aconteceram discussões e organizações populares em torno de um modo de produção, comercialização e organização associativista/cooperativa contra-hegemônica, a exemplo da Colônia Cecília no século XIX, mais especificamente a partir de 1890, no município de Palmeira – PR. E das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, ligadas à Igreja Católica, já no século XX, mais especificamente nas décadas de 1980 e 1990, nas Dioceses do Paraná (Plano, 2015; Ribeiro, 2013).

nas áreas urbanas, bem como as cooperativas de pequenos produtores nas áreas rurais (Beatriz, 2012; Nishimura, 2005; Plano, 2015; Ribeiro, 2013).

No início dos anos 2000, quatro marcos foram importantes para o início das discussões e fomento de políticas públicas de economia solidária no Estado do Paraná. O primeiro foi a criação do “GT Paraná” no ano 2000. Este grupo de trabalho foi criado em decorrência das atividades de preparação para o Fórum Social Mundial, o qual aconteceu na cidade de Porto Alegre – RS, no ano de 2001. Além dessa função, o GT também teve por incumbência reunir as experiências de Economia Solidária no Paraná, bem como, as políticas locais de fomento e geração de trabalho e renda via EcoSol (FBES, 2013)

O segundo marco aconteceu, via administração pública em 2003, com a instituição do Programa de Economia Solidária dentro da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, na estrutura da Coordenadoria de Geração de Trabalho e Renda (Beatriz, 2012; FBES, 2013; Nishimura, 2005).

Esta secretaria, em parceria com universidades e prefeituras municipais, fomentou ações estaduais, tais como:

- O encontro “Economia Solidária – Mudando os Paradigmas” realizado em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa e Prefeitura Municipal nos dias 22 e 23 de maio de 2003;
- O seminário “Economia Solidária e Tecnologias Sociais” realizado nos dias 29 e 30 de maio de 2003 em Curitiba, promovido em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior, do Conselho de Pró-Reitores de Extensão e Cultura, e da Universidade Federal do Paraná (Nishimura, 2005).

Paralelo a movimentação da gestão pública, os segmentos da EcoSol também realizaram, neste período, a 1ª Plenária Estadual em 15 de junho de 2003 em decorrência da movimentação nacional em preparação para a Plenária Nacional de Economia Solidária (Nishimura, 2005).

Nishimura (2005) aponta que o 1º Encontro Estadual de Economia Solidária, realizado entre os dias 21 e 23 de novembro de 2003, na cidade de

Maringá – PR, com o tema “Produzindo trabalho, renda e dignidade” foi um marco para o movimento da EcoSol do Paraná, sendo este o terceiro marco. Esta atividade agregou a 1ª Feira Paranaense de Economia Solidária e o 1º Encontro Estadual de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. A autora ainda expõe que esta atividade, além de uma capacitação estadual, conseguiu fomentar as discussões sobre os programas sociais e suas interfaces com a Economia Solidária, assim como, a construção de uma Política Pública de EcoSol a nível estadual e conseqüentemente uma lei estadual.

Na atividade citada anteriormente, se deu a criação do Fórum Paranaense de Economia Solidária – FPES, sendo este o quarto marco importante no início dos anos 2000 para a EcoSol do Paraná. Outros fatos, também importantes, que ajudaram na estruturação do movimento estadual da EcoSol foram: a articulação da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a articulação da Rede de Gestores/as de Políticas Públicas de Economia Solidária (Beatriz, 2012; Fbes, 2013; Nishimura, 2005).

Desde as primeiras iniciativas organizativas em nível estadual, o movimento de Economia Solidária no Paraná apontava a necessidade de uma política que garantisse as ações públicas para o fortalecimento da EcoSol, bem como, programas e projetos que atendessem todo o Estado do Paraná. Tais discussões, por muitas vezes aconteceram e acontecem nos Encontros Estaduais, Plenária/Assembleia Estadual da EcoSol, espaços estes de discussões, deliberações e encaminhamentos da ação do movimento.

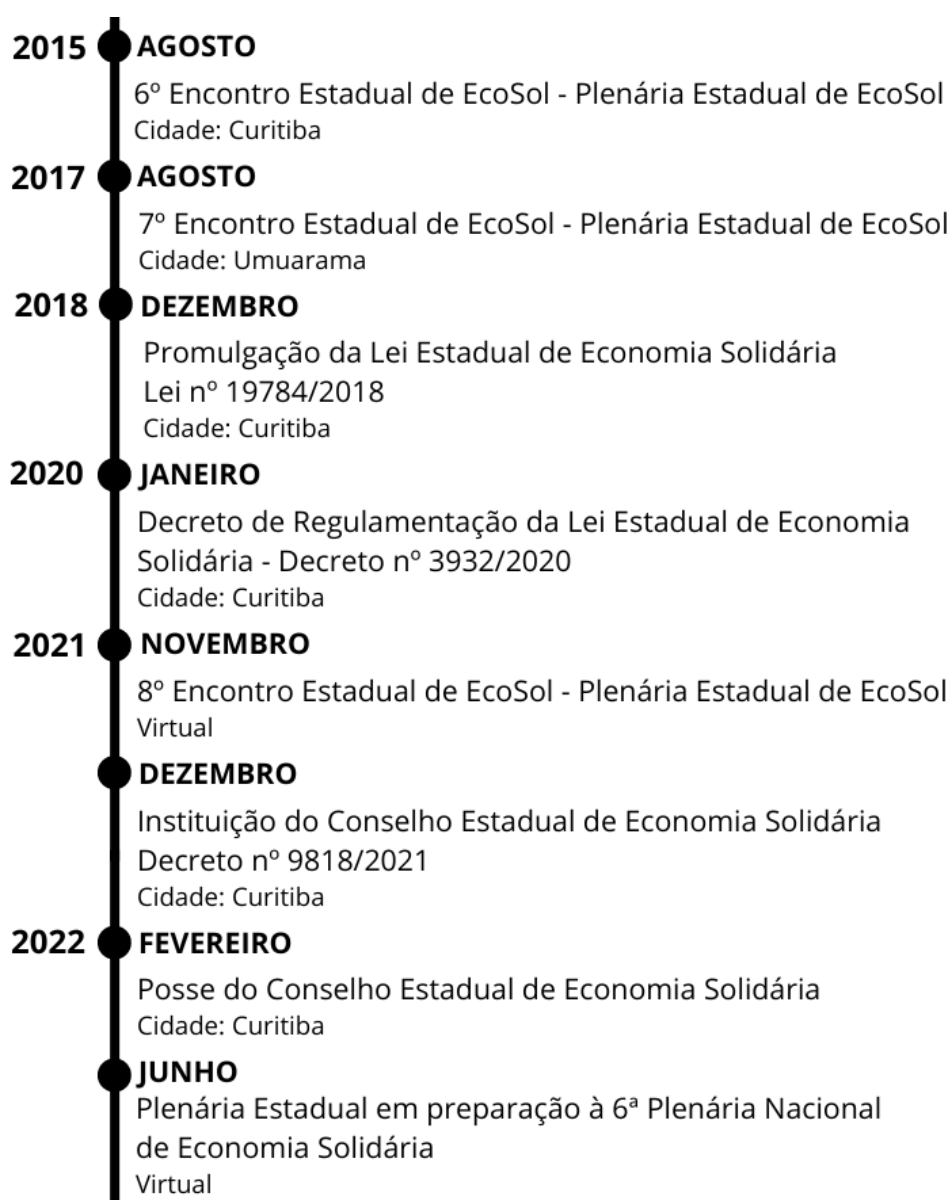
Desde o ano de 2003 até a presente data, o movimento de EcoSol no Estado do Paraná, com todos os seus segmentos, realizou oito encontros estaduais, três conferências, assim como, a promulgação da Lei Estadual da EcoSol e a instituição de um Conselho Estadual, como pode ser observado na Figura 13¹³⁹:

¹³⁹ Para o bom entendimento da figura a seguir, se faz necessário retomar que, uma Plenária Estadual e um Encontro Estadual são convocados, no caso do Paraná, pelo Fórum Paranaense de Economia Solidária. Já uma Conferência Estadual, é convocada pelo Governo.

Figura 13 - Linha do tempo das atividades estaduais da Economia Solidária do Paraná



continua



Fonte: própria autoria (2023)

Todas as atividades mencionadas na Figura 13 têm um valor histórico para a construção e fortalecimento do movimento de EcoSol no Paraná. As discussões e deliberações de muitas ações estavam em consonância com o debatido nacionalmente na época e, principalmente, com as necessidades dos segmentos da EcoSol do Estado. Todavia, ao observar a história recente do movimento, se faz necessário atentar-se para o processo de institucionalização da política pública de EcoSol, bem como, algumas atividades chave, em que, suas deliberações/resultados fundamentaram o momento atual da Economia Solidária no Paraná.

Desde a sua articulação em nível estadual, a pauta da criação de uma legislação específica para a EcoSol sempre foi presente nas reuniões do Fórum Paranaense de Economia Solidária, assim como, nos encontros e plenárias¹⁴⁰ por se entender que, uma legislação específica cria jurisprudência/modelos para a ação pública nos municípios, bem como, pode fortalecer outras modalidades de políticas públicas de EcoSol como: programas, planos e projetos específicos. Esta foi uma estratégia adotada pelo movimento nacional de EcoSol no começo dos anos 2000 como um meio de fortalecer e fomentar a expansão da Economia Solidária no país, como apontado no capítulo dois, e assim, também foi realizado no Estado do Paraná.

Para além de uma estratégia de expansão, pode-se compreender que a movimentação adotada pelos segmentos da EcoSol, denunciava os efeitos da crise social em que o país passou nos anos de 1980 e 1990 e que ainda estava presente no início dos anos 2000. O problema social, somado com a demanda populacional e a pressão política realizada pelo movimento de Economia Solidária do Paraná ao longo dos anos, corroboram com o exposto por Secchi, Coelho e Pires (2019) como um dos fatores iniciais para a inclusão da temática na pauta política. Inicialmente, a pressão política realizada entre 2003 e 2004, resultou, em 2005, como exposto na Figura 13, na implementação do Programa de Feiras Estaduais de EcoSol. Contudo, essa ainda era uma política de governo e se fazia necessário uma política pública mais robusta, que pudesse se tornar uma política de estado¹⁴¹.

Neste intento, em 2006, ano em que foi realizada a primeira conferência estadual da EcoSol, foi também registrado na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP, o primeiro Projeto de Lei (PL nº 182/2006¹⁴²) que pretendia instituir a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária de autoria do Deputado Estadual Hermes Fonseca (PT). Prazeres e Souza (2006) apontam que o PL visava a criação de Empreendimentos Econômicos Solidários, de forma a integrá-los no mercado e tornar suas atividades autossustentáveis. Estas

¹⁴⁰ É importante ressaltar que, no Estado do Paraná, a Plenária Estadual de Economia Solidária é a instância máxima de deliberação do FPES. Acontece ordinariamente uma vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário (FPES, 2017).

¹⁴¹ Ainda hoje esse caminho está em construção, não se pode afirmar que a política pública estadual de EcoSol é uma política de estado.

¹⁴²http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=15074&tipo=I

ações seriam realizadas por meio de programas e projetos, parcerias e convênios com a iniciativa privada. O PL nº 182/2006 também previa a criação de um Conselho Estadual de Economia Popular Solidária e o selo verificador de um EES da Economia Solidária. Entretanto o PL foi arquivado nos trâmites para a aprovação da Lei (Moraes, 2006).

Ainda em 2006, o Deputado Tadeu Veneri (PT), apresentou na ALEP o PL nº 530/2006¹⁴³ que tinha por finalidade instituir a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Paraná, contudo, esta proposta foi arquivada. Em 2007, o mesmo deputado protocolou na ALEP o PL nº17/2007¹⁴⁴, que também tinha a finalidade de instituir a Política Estadual de Economia Solidária e, assim como os outros projetos, foi arquivado.

No ano de 2008 foi realizado, entre os dias 13 e 14 de dezembro na cidade de Curitiba – PR, o 3º Encontro Estadual da EcoSol. Na ocasião, foi organizado um grupo de trabalho que redigiu um quarto projeto de lei, este enquadrado como iniciativa popular, para uma Lei Estadual da EcoSol. O Projeto foi apresentado aos deputados estaduais da base aliada à EcoSol, o que resultou, em uma série de reuniões entre os parlamentares e os representantes do FPES. O PL foi acolhido e apresentado formalmente à ALEP pelo Deputado Estadual Tadeu Veneri (PT) em 2009¹⁴⁵. Este projeto passou pelos trâmites das comissões internas, entretanto, assim como nas outras tentativas, foi arquivado (Comunicação, 2009).

Como é possível observar na Figura 13, em 2010, foi realizada a 2ª Conferência Estadual da EcoSol na cidade de Foz do Iguaçu – PR. A pauta da criação de uma lei estadual também foi tratada e, novamente, o movimento da EcoSol, representado pelo FPES, apresentou à Secretaria do Trabalho do Governo do Estado e ao deputado estadual Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), um anteprojeto de lei. Na ocasião, o texto foi acolhido e apresentado pelo Governador Orlando Pessuti (PMDB) ao Poder Legislativo, o que gerou o Projeto de Lei nº 302/2010. Este visava instituir a Política Estadual de Fomento à

¹⁴³http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=15415&tipo=l

¹⁴⁴http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=15500&tipo=l

¹⁴⁵ Por mais que houve uma iniciativa popular, o movimento resultou no desarquivamento da PL nº 530/2006, do Deputado Tadeu Veneri.

Economia Solidária no Paraná. O projeto foi discutido nas comissões da ALEP e chegou a ir à votação em plenário, porém o líder da oposição na época, deputado Élio Rusch (DEM), pediu a retirada da matéria por dez sessões, que foi aprovada em votação, sendo assim, o projeto não voltou à discussão (Pacheco; Tirapelle, 2010). Sendo essa, a terceira tentativa para a implementação de uma lei estadual de Economia Solidária no Paraná.

Todavia, mesmo com o PL nº302/2010 não sendo aprovado, é possível identificar, a partir da organização dos segmentos da EcoSol, o que Kingdon (2006) e Schmidt (2019) chamam de janelas de oportunidades, ou seja, espaços/tempo na qual a agenda governamental atende, (ou não), determinados temas propostos pelos atores e atrizes sociais. A identificação destas janelas é importante tanto para os/as atores/atrizes governantes, na oportunidade da submissão de planos, projetos, programas para um novo ciclo orçamentário, como também, para as organizações populares ao se organizarem para inserir as demandas da sociedade nas arenas políticas de discussões.

Nesta discussão, sobre as janelas de oportunidades, em especial as políticas públicas de EcoSol, torna-se necessário também observar a conjuntura macro política. Ou seja, em instância nacional a janela de oportunidades pode estar aberta, mas na instância estadual, não, bem como, na instância municipal e estadual estarem abertas, mas na instância federal, não. Toda essa dinâmica influencia diretamente nas estratégias que precisam ser adotadas pelos atores/atrizes das políticas públicas. Pode-se inferir que, esse seja um dos elementos que precisam ser aprofundados para responder à questão de a política pública de economia solidária ainda não ser uma política de estado.

Retornando ao processo de institucionalização da política pública de EcoSol no Paraná, com o passar do tempo, já em 2014, com a discussão nacional fomentada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, acerca da construção de um Plano Nacional de Economia Solidária, o FPES articulou no Paraná a 3ª Conferência Estadual de Economia Solidária – COESOL, esta aconteceu entre os dias 04 e 05 de julho na cidade de Pontal do Paraná, e resultou, entre outras deliberações, no Plano Estadual de Economia Solidária do Paraná (2015 – 2019).

O plano reflete as propostas construídas de forma participativa e democrática pelo movimento de Economia Popular Solidária, constituindo-se como principal diretriz desta política pública no Estado do Paraná. É, portanto, a consolidação de uma agenda de execução de proposições articuladas e um instrumento de controle social (Plano, 2015, p. 3).

O Plano Estadual de EcoSol teve¹⁴⁶ por objetivo geral “garantir o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável; promover o desenvolvimento sustentável e solidário; fortalecer os processos democráticos e participativos” (Plano, 2015 p. 13). Assim como, por objetivos específicos:

a) possibilitar que as elaborações e definições das políticas do Estado tenham maior concretude em processos de desenvolvimento mais próximos à vida dos diversos sujeitos da economia solidária; **b)** permitir a construção de processos mais articulados e integrados de planejamento e implementação das políticas de economia solidária, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos, o diálogo com outros processos territoriais e setoriais de desenvolvimento; **c)** gerar e fortalecer políticas locais sustentáveis de economia solidária, bem como, criar condições mais propícias no âmbito municipal, territorial e estadual para a promoção das políticas nacionais que possam fortalecer a economia solidária; **d)** fortalecer as bases sociais e ampliar a força política e organizativa para conquistar políticas mais adequadas às necessidades e exigências da economia solidária e aos processos de desenvolvimento sustentável e solidário; **e)** constituir-se em um amplo processo de aprendizagem e de construção coletiva de conhecimentos, fortalecendo e desenvolvendo o novo ethos da identidade da economia solidária (Plano, 2015, p 13. grifo nosso)

Pautado nos objetivos supracitados, a agenda de propostas do Plano Estadual (2015) foi dividida, assim como no Plano Nacional, em quatro eixos. A saber:

- Produção: comercialização e consumo sustentável;
- Financiamento: crédito e finanças solidárias;
- Conhecimento: formação, assessoria e tecnologias sociais;
- Ambiente Institucional: legislação e integração de políticas públicas.

Após a finalização da 3ª Conferência Estadual de EcoSol, em 2015, o FPES, juntamente com as presidências das Comissões de Cultura e Direitos

¹⁴⁶ Atualmente o Plano Estadual de Economia Solidária não está em vigor.

Humanos e Cidadania¹⁴⁷ da ALEP, organizam no plenarinho da ALEP uma audiência pública sobre o Plano Nacional e Estadual de Economia Solidária. A audiência contou com a participação dos segmentos da EcoSol do Paraná, bem como, com representantes do Fórum Brasileiro de EcoSol – FBES e do Fórum Paranaense de EcoSol – FPES. A audiência pública estava inclusa na programação do 6º Encontro de Economia Solidária que aconteceu na cidade de Curitiba (Ribeiro, 2015).

Ao fazer um recorte de análise destes fatos em específico, é possível compreender o Plano Estadual de Economia Solidária do Paraná (2015 – 2019) como um artefato tecnológico, ou seja, o “produto final” de um processo tecnológico, aqui no caso, uma tecnologia social. Chega-se a essa compreensão, visto que, o instrumento foi construído de forma participativa e democrática tornando-se a consolidação de uma agenda de execução de proposições, bem como, estas proposições estão organizadas em um modelo de controle social (Plano, 2015).

Para além de, somente ser uma agenda de execução, o Plano Estadual, remete ao que Winner (1986) aponta como um artefato tecnológico incorporado de qualidades políticas de uma comunidade, ou seja, um instrumento não-neutro, que, no processo de elaboração, considera o contexto social, o econômico, a história do movimento, assim como a sua compreensão política. Todo o ideário criado entorno deste artefato, pré e pós construção, remete ao que o autor chama de consequências políticas da tecnologia, ou seja, o impacto social desta (Winner, 1986).

Assim como aconteceu com o Plano Nacional de EcoSol, a instabilidade política da época, alinhado com o congelamento de investimento financeiro em políticas públicas, seguido por um processo de desmonte das mesmas, e, principalmente dos instrumentos de controle social e planejamento participativo, também impactou na implantação do Plano de EcoSol no Estado do Paraná. Soma-se também ao fato de que, em 2015, não existia uma lei estadual que garantisse a ação pública junto à EcoSol, bem como, nenhum mecanismo de monitoramento de políticas públicas, no caso, um conselho estadual de EcoSol, demonstrando assim uma falta de interesse político pela temática no Estado.

¹⁴⁷ A saber: deputado estadual Pérciles de Mello (PT) – Cultura e Tadeu Veneri (PT) – Direitos Humanos e Cidadania.

Essa falta de interesse político, gera uma inação do estado. Tal situação também é encarada como uma das modalidades de fazer política pública, ou seja, a política pública torna-se tudo o que os governos escolhem fazer ou não fazer. Neste entendimento de política pública, há uma diretriz para que o/a agente do estado não faça nada em relação ao problema (Secchi, 2015). Ao que tange as políticas públicas de EcoSol, conforme apontado na seção 3.6, esta foi uma das estratégias governamentais, em instância nacional e que refletiu no Paraná causando uma paralisação nas discussões com o Governo do Estado sobre a implementação da lei estadual de EcoSol.

Retornando a Figura 13, no ano de 2017, aconteceu na cidade de Umuarama – PR, o 7º Encontro Estadual da Economia Solidária. É importante notar que esse foi o primeiro encontro estadual do movimento de EcoSol fora da capital, Curitiba – PR, desde o ano de 2004. Neste encontro, além das reflexões necessárias da época acerca do cenário sociopolítico que se anunciava, foram retomadas as discussões sobre a elaboração da lei estadual da economia solidária. Neste encontro, foi deliberado a organização de um grupo de trabalho que fomentaria entre os parlamentares estaduais, novamente, a discussão sobre a lei estadual da EcoSol.

Nesta ocasião, os representantes do FPES realizam *advocacy* sobre a necessidade da promulgação de uma política estadual de economia solidária, ou seja, os representantes do FPES, no intento da promulgação e implementação de uma política pública estadual de EcoSol, foram de gabinete em gabinete da base aliada à EcoSol conversar com os parlamentares estaduais. Uma destas ações, foi a realização de uma reunião com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALEP, o deputado Tadeu Veneri (PT) e o líder do governo na casa, Luiz Cláudio Romanelli (PSD) (CUT, 2017).

As discussões e articulações continuaram e, no dia 16 de outubro de 2017, o Deputado Estadual Professor Lemos (PT), apresentou à ALEP o PL nº 630/2017 que pretendia instituir a Política Estadual de Economia Solidária, sendo esta, a quinta tentativa do movimento em parceria com os parlamentares. O projeto foi aceito, passou por todas as comissões e encaminhado ao plenário para votação no fim do ano de 2018.

O PL nº 630/2017 não obteve votos suficientes para sua aprovação, entretanto, o Deputado Estadual Professor Lemos (PT) apresentou novamente

o PL em caráter de urgência em um momento posterior para votação. Neste segundo momento, o PL foi a votação e obteve êxito, sendo promulgado pela então Governadora Maria Aparecida Borghetti (PP) como Lei nº 19.784 de 20 de dezembro de 2018 que dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária no Estado do Paraná¹⁴⁸.

A Política Estadual de Economia Solidária organiza-se nos seguintes eixos em seu Art. 11:

I – educação, formação, assessoria técnica e qualificação social e profissional no meio rural e urbano; II – acesso a serviços de finanças, finanças solidárias e de crédito; III – fomento à comercialização, ao comércio justo e solidário e ao consumo responsável; IV – fomento aos empreendimentos econômicos solidários e rede de cooperação; V – fomento à recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão; e VI – apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e apropriação adequada de tecnologias. § 1º Os incisos deste artigo deverão ser desenvolvidos de acordo com a realidade, princípios e valores da economia solidária, definidos nesta Lei. § 2º Quando necessário, as ações devem contemplar o fomento e a implementação de equipamentos públicos correspondentes (Paraná, 2018, p 5).

Em seu capítulo IV, Art. 19, a Lei Estadual da EcoSol cria o Sistema Estadual de Economia Solidária, com a finalidade de promover a consecução da Política Estadual de EcoSol e a garantia do direito ao trabalho associado (PARANÁ, 2018 p. 7). Sendo este Sistema regido pelos seguintes princípios:

I - estímulo à economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável; II - universalidade e equidade no acesso às políticas públicas de economia solidária, sem qualquer espécie de discriminação; III - preservação da autonomia e respeito à dignidade; IV - participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de economia solidária em todas as esferas de governo; e V - transparência na execução dos programas, ações e na aplicação dos recursos destinados ao Sistema Estadual da Economia Solidária (Paraná, 2018 p. 7).

Tendo os seguintes objetivos:

Art. 22. O Sistema Estadual de Economia Solidária tem por objetivos: I - formular e implementar a Política Estadual de Economia Solidária, conforme definido nesta Lei; II - estimular a cooperação entre os entes federativos e entre governo e sociedade civil; III - promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da política nacional de economia solidária (Paraná, 2018 p. 7).

¹⁴⁸http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?lei=Cod=51724&tipo=L&tplei=0

Assim como, em seu Art. 21, as seguintes diretrizes:

I - promoção da intersectorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais; II - descentralização das ações e articulação em regime de colaboração, entre as esferas de governo; III - articulação entre os diversos sistemas de informações existentes a nível federal, incluindo o Sistema de Informações em Economia Solidária, visando subsidiar o ciclo de gestão das políticas voltadas à economia solidária nas diferentes esferas de governo; IV - articulação entre orçamento e gestão; e V - cooperação entre o setor público e as organizações da sociedade civil no desenvolvimento de atividades comuns de promoção da economia solidária (Paraná, 2018 p. 7).

No intento de realizar a articulação e coordenação das políticas e ações desenvolvidas pelos integrantes do Sistema Estadual de Economia Solidária, a Lei institui o Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES/PR. Sendo este, composto por 09 (nove) conselheiros titulares, com seus respectivos suplentes¹⁴⁹(Paraná, 2018).

O CEES/PR é composto por uma representação tripartite, ou seja, três representantes do Poder Executivo Estadual; três representantes de Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária; e três representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários (Paraná, 2018).

Os parágrafos do Art. 25 da referida Lei ainda apontam:

§ 1º Os conselheiros representantes de entidades de apoio e fomento de empreendimentos econômicos solidários serão definidos pelo Fórum Paranaense de Economia Solidária. § 2º A atuação dos conselheiros, titulares e suplentes, no Conselho Estadual de Economia Solidária, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerado. § 3º A representação do Poder Executivo Estadual será constituída por órgãos da administração pública estadual, responsáveis por desenvolver políticas, programas e ações voltadas, total ou parcialmente, à economia solidária; § 4º A representação da sociedade civil será constituída por empreendimentos econômicos solidários com declaração fornecida pelo Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e/ou por entidades de apoio e fomento que atuam na economia solidária no Estado, devendo ser referenciados pelo Fórum Paranaense de Economia Solidária (Paraná, 2018, p 09).

Ainda no processo de institucionalização da Política Pública de EcoSol no Estado do Paraná, no ano de 2019, os representantes da coordenação da

¹⁴⁹ Sendo o autor desta dissertação um dos conselheiros titulares pelas Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária.

pasta de Trabalho, Qualificação e Renda da Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF entram em contato com o FPES solicitando representantes para comporem um grupo de trabalho que organizariam uma proposta de regulamentação da Lei Estadual da EcoSol.

Várias reuniões de organização foram realizadas entre os representantes da SEJUF, da SETI – Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, do FPES, do MNCR. E, no dia 27 de janeiro de 2020, foi publicado o Decreto nº 3932/2020 que regulamenta a Lei Estadual de EcoSol¹⁵⁰. Contudo, no dia 16 de março de 2020 é decretado o primeiro *lockdown* no Estado do Paraná em decorrência à pandemia de covid-19 e todos os trâmites da Política Pública de Economia Solidária foram paralisados.

Em 2021, a coordenação do FPES retoma, junto aos atores e atrizes da Economia Solidária, de modo virtual, as discussões para a implementação do Conselho Estadual de EcoSol, em conjunto com a articulação do 8º Encontro Estadual, que aconteceu de modo virtual, nos dias 19 e 20 de novembro de 2021. Na ocasião, três representantes titulares e três suplentes dos Empreendimentos Econômicos Solidários, assim como, três representantes titulares e três suplentes das Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária foram eleitos/as como representantes do FPES para assumirem as cadeiras na primeira gestão do Conselho Estadual de Economia Solidária (2021-2023).

No dia 15 de dezembro de 2021, o Governador do Estado do Paraná Carlos Roberto Massa Júnior – Ratinho Júnior (PSD), por meio do Decreto nº 9818/2021, nomeia os/as representantes para comporem o Conselho Estadual de Economia Solidária. Sendo a posse, realizada no dia 15 de fevereiro de 2022 (SEJUF, 2022).

Considerando o recorrido até o momento, tendo como chave de leitura a Ciência, Tecnologia e Sociedade, em especial a Tecnologia Social, bem como, a análise de políticas públicas, é possível realizar alguns apontamentos/considerações.

¹⁵⁰<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=&dataInicialEntrada=20%2F01%2F2020&dataFinalEntrada=20%2F07%2F2020&search=&diarioCodigo=3&imagemVerificacao=hwxj&pg=8&submit=Localizar&localizador=>

A Política Pública de Economia Solidária no Estado do Paraná encontra-se em pleno estado de construção. Desde as primeiras discussões acerca da temática, há 20 anos, nos permite afirmar que a política de EcoSol ainda é uma política de governo, por mais que houve e ainda há participação dos/das usuários da política pública, de modo ativo e propositivo em todas as fases dos ciclos das políticas públicas, ainda é possível identificar, bastante influência dos interesses políticos dos atores/atrizes governamentais (enquanto diretriz do governo).

Por outro lado, agora pela ótica da CTS, em especial a Tecnologia Social (considerando também as críticas a ela empregada¹⁵¹), é possível afirmar que o processo de construção da política estadual, corrobora com os apontamentos de Thomas (2009, p. 27) em apresentar a TS como “um meio de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais”. Isto aconteceu e ainda acontece, uma vez que o processo não acabou. Todavia, esta, ainda é uma discussão acadêmica. Pode-se afirmar que, os atores e as atrizes da EcoSol vivenciam no dia a dia a TS, porém ainda não discutem suas vivências enquanto uma tecnologia social ou o resultado de suas ações como como um artefato tecnológico, corroborando os apontamentos de Dagnino (2014), ou seja, ainda há uma lacuna ao que tange a educação, para a população em geral, em CTS em especial TS.

Faz-se necessário uma investigação mais profunda na área para sistematizar, avaliar e analisar, as experiências de uma educação tecnocientífica embasada na CTS. Assim como, se o movimento de EcoSol já chegou, ou se começou um percurso, ao que a teoria chama de cidadania sociotécnica no campo da política e sociedade, bem como, a sua participação na produção do conhecimento científico, aqui acrescento, e popular, em que, os interesses e valores são compatíveis com as demandas do povo.

Realizada esta contextualização dos processos de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária, passa-se, a seguir, a realizar este mesmo caminho no Município de Londrina.

¹⁵¹ Ao que tange ao apelo mercadológico capitalista para o uso da Tecnologia Social.

5.2 As Políticas Públicas locais de Economia Solidária no Estado do Paraná: o caso de Londrina

Durante todo esse processo de organização e institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária discorrido no tópico anterior, vários municípios paranaenses passaram, em maior ou menor grau, por seus processos locais de definição do problema social, inserção na agenda política, formulação, implementação e avaliação da Política Pública local. Como apontado no capítulo dois, na instância federal, a EcoSol foi se estruturando em torno de projetos e programas, o que não foi diferente na instância estadual e municipal.

Como apontado no capítulo quatro, no Paraná, os processos locais de institucionalização da EcoSol se deram, em algumas cidades, por meio de políticas locais de economia solidária a partir do ano de 2003. Atualmente há garantias legais para a ação pública municipalizada em EcoSol, uma vez que existem leis específicas, fomentando ou instituindo programas municipais, em 12 (doze) municípios do Estado, a saber: Apucarana, Cascavel, Curitiba, Guarapuava, Ibiporã, Irati, Jandaia do Sul, Londrina, Maringá, Paiçandu, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Destes, Maringá teve sua legislação local instituída em 2003, sendo a primeira do Estado e Cascavel, em 2021, a mais atual. É importante ressaltar que, ter uma lei, não é a garantia de ações concretas dentro da temática.

No período de instituição das primeiras leis municipais no Estado do Paraná, na esfera federal, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi o Presidente da República entre os anos de 2003 e 2011, Dilma Rousseff (PT), Presidenta entre os anos de 2011 e 2016. No Paraná, Roberto Requião (PMDB) foi o Governador do Estado entre os anos de 2002 e 2010, Beto Richa (PSDB), Governador entre os anos de 2011 e 2018 e Carlos Massa Ratinho Júnior (PSD) entre 2019 até atualmente. Todo este movimento em instância nacional, com seus ciclos de: grande incentivo governamental às políticas públicas de EcoSol (2003 a 2015); baixo incentivo governamental (2016 a 2018); e desarticulação de programas, projetos e mecanismos de controle social de EcoSol (2019 a 2022), refletiu, positivamente e negativamente, nas ações dos outros níveis organizativos da sociedade, ou seja, os estados e os municípios.

Torna-se necessário chamar a atenção para os partidos políticos de cada ciclo supramencionado. Como apontado no capítulo três, os partidos também compõem a arena política de uma política pública e a gestão destes influenciam diretamente o cenário político e as movimentações dos atores/atrizes sociais. Neste intento, é possível observar que os ciclos de grande incentivo governamental para com a EcoSol se concentraram nas gestões de partidos de centro-esquerda, bem como os baixos incentivos se concentraram nos partidos de centro-direita e a desarticulação dos espaços de controle social e participação popular nos processos das políticas públicas, se concentraram na gestão de partidos de extrema direita. Tais correlações tornam-se importantes como elementos para a realização de análises de conjuntura, principalmente nas fases iniciais dos ciclos de políticas públicas.

Para continuar a discussão dos processos de institucionalização, agora em uma escala local, na próxima seção, serão apresentados os processos no Município de Londrina – PR.

5.2.1 O processo de institucionalização da Política Pública de Economia Solidária no Município de Londrina

Para facilitar a compreensão do/a leitor/a, quanto a formulação da política pública de economia solidária em Londrina, se faz necessária a explanação sobre a estrutura e organização do Programa Londrina Fome Zero – PLFZ, uma vez que, a EcoSol compunha um dos eixos de ação do programa e as bases centrais do que veio a se tornar o Programa Municipal de Economia Solidária, eram praticadas no eixo do referido programa.

Em 2003, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT/2003-2010) lançou o Programa Fome Zero como uma das estratégias de combate à fome. Singer e Silva (2010) apontam que o programa foi criado para garantir que as famílias brasileiras tivessem condições de se alimentarem dignamente com acesso regular à alimentos saudáveis e em quantidades suficientes. Os autores apontam que, havia a compreensão na época, de que, somente as iniciativas emergenciais de distribuição de alimentos, assim como, as políticas de distribuição de renda, não serem suficientes para a erradicação da pobreza. Para isso, o Programa Fome Zero era articulado nos seguintes eixos: a) acesso aos

alimentos; b) fortalecimento da agricultura familiar; c) geração de renda e articulação; d) mobilização e controle social.

No município de Londrina, na época também administrado pelo Partido dos Trabalhadores com a gestão do Prefeito Nedson Micheleti (PT/2001-2008), agentes públicos das secretarias municipais de Assistência Social, Agricultura, Abastecimento, Mulher, e a Companhia de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), bem como, as organizações não-governamentais: Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina (PROVOPAR-LD) e o Projeto 1000 ONG's elaboram a proposta inicial do Programa Londrina Fome Zero (Garcia, 2018; Nishimura, 2005).

Nishimura (2005) aponta que a proposta inicial passou por uma audiência pública e reuniões com os conselhos municipais de Assistência Social, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Educação e da Saúde. O PLFZ foi lançado no dia 24 de outubro de 2003¹⁵².

O Programa foi estruturado em quatro eixos: 1) ações de combate à fome; 2) abastecimento alimentar; 3) renda mínima; 4) geração de renda e capacitação profissional. Este último, foi articulado em duas modalidades: capacitação profissional para fins de atender as demandas do mercado formal de trabalho; e, o fortalecimento e consolidação de grupos de geração de trabalho e renda por meio da Economia Solidária (Garcia, 2018; Nishimura, 2005).

Esta característica de Londrina não era única. Tal diretriz também era encontrada no Programa Nacional Fome Zero. Como apontado por Singer e Silva (2010, p. 224):

Desde o início do Fome Zero, a economia solidária estava articulada diretamente ao Eixo 3, de Geração de Renda que contemplava as seguintes prioridades: Qualificação Social e Profissional, Economia Solidária e Inclusão Produtiva, Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD, Organização Produtiva de Comunidades – Produzir, Desenvolvimento de cooperativas de catadores e Microcrédito produtivo orientado. Percebe-se, então que a

¹⁵² O Programa possuía algumas características, a saber: intersetorial, visto que propunha a intervir de modo multidisciplinar e interdisciplinar, envolvendo diferentes políticas setoriais; interligação entre a sociedade civil e o poder público, com a articulação de proposições da sociedade civil organizada; controle social, com a constituição o Comitê Gestor do Programa Londrina Fome Zero, que contava com a participação da sociedade civil e do poder público e possuía a atribuição de acompanhar, fiscalizar e deliberar ações que poderiam ampliar a atuação do Programa; e, estímulo ao desenvolvimento das potencialidades do usuário e de sua família visando autonomia, sendo que essa característica devia permear os quatro eixos o Programa (Nishimura, 2005, p.87-88).

economia solidária e a inclusão produtiva deveriam ser incentivadas no sentido de contribuir para a obtenção de renda por meio da geração de trabalho [...] nas áreas urbanas, destaca-se a ação de apoio e fomento para o desenvolvimento de cooperativas e associação de catadores de materiais recicláveis, articulada à construção da nova política de resíduos sólidos urbanos.

É possível observar que a diretriz nacional foi aplicada em Londrina, com proposição de grupos de geração de trabalho renda por meio da Economia Solidária¹⁵³.

Nishimura (2005) aponta ainda que, uma característica importante do eixo 4 do PLFZ, é o modelo de gestão. Este, era composto por um comitê executivo, constituído por uma equipe técnica mista (agentes públicos e entidades da sociedade civil) em cada modalidade (capacitação profissional e geração de trabalho e renda), estes comitês eram responsáveis pela coordenação e operacionalização das ações junto ao público atendido. Tinha-se ainda, o comitê gestor, responsável em propor, acompanhar, fiscalizar e articular as ações a serem desenvolvidas. Este comitê, segundo a autora, era composto por 22 (vinte e dois) representantes da sociedade civil, divididos entre, pessoas atendidas pela política e entidades executoras, e nove representantes do Poder Público.

A partir desta explanação, chega-se, ao início das ações dos atores e atrizes locais para estruturação de uma política pública própria de economia solidária. Os fatos históricos que seguem, principalmente entre os anos de 2002 e 2007, aconteceram concomitantemente com o Programa Londrina Fome Zero, como expresso na fala de uma pessoa entrevistada sobre a Lei da EcoSol a seguir. Os dados também são resultados da categoria de análise: levantamento, a partir da vivência das entrevistadas, de fatos e momentos na história da EcoSol em Londrina, bem como, a análise de documentos (listados no Quadro 3) e as perguntas 1 e 4¹⁵⁴ do guia de entrevistas (apêndice A).

*[...] A gente organiza, a gente formulava todas as teorias, todo embasamento aí para que a gente pudesse propor a lei, né. **Mas muito antes a gente viveu isso na prática, até para que a gente pudesse***

¹⁵³ Entende-se que esse modelo de implementação adotado em Londrina, não é único. Conforme os apontamentos realizados no capítulo dois, há inclusive críticas a esse modelo, entretanto este não é o caminho de análise proposto neste estudo. Utilizaremos esse dado como base histórica das ações tomadas pelos atores e atrizes da EcoSol no município.

¹⁵⁴ P1: Como foi formulada a política de apoio à economia solidária em Londrina? P4: Quais organizações (atores da EcoSol) participavam desses espaços de controle social?

ter as experiências, do que seria mais viável, mais exequível, dentro do conceito que a gente tem de economia solidária, para depois então propor a lei (EAF01 – P1¹⁵⁵ – grifo nosso).

É possível identificar traços do campo da CTS na fala da representante da EAFES, em que, conforme é apresentado por Fraga (2008), uma tecnologia deve ser socialmente construída, concebida como produto dos atores e atrizes que a construíram, considerando seu contexto, valores e interesses do coletivo. A fala da EAF01 supracita, também corrobora os apontamentos de Feenberg (2004) ao expor que uma tecnóloga (no caso a Lei da EcoSol) não pode ser vista como uma ferramenta, mas deve ser encarada como uma estrutura para estilos de vida. Estas experiências práticas apontadas pela EAF01 resultaram, em 2008, na promulgação da Lei Municipal de EcoSol que é um dos objetos deste estudo.

Retomando o exposto no capítulo quatro, se tem como marco inicial do Programa de Economia Solidária em Londrina, o 1º Encontro de EcoSol que ocorreu no dia 29 de agosto de 2002. Na ocasião, o evento reuniu 172 (cento e setenta e duas) pessoas e teve por palestrantes Euclides Mance e Dalila Pedrini. Nessa oportunidade, Nishimura (2005) e Garcia (2018) apontam que os/as agentes públicos das secretarias municipais de Assistência Social, Mulher, Agricultura, Abastecimento e a CODEL se reuniram com Mance para avaliar um possível desenvolvimento de uma política pública de Economia Solidária em Londrina.

Nishimura (2005) aponta que nessa época, em um mapeamento inicial para verificar a viabilidade da implementação de um Programa de Economia Solidária, foram identificados 26 (vinte e seis) grupos classificados como organizações não governamentais que trabalhavam com resíduos sólidos e eram acompanhados pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU; 02 (dois) grupos com a Secretaria Municipal da Mulher; 01 (um) grupo com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; e 08 (oito) com a Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo o indicativo, segundo a autora,

¹⁵⁵ As falas das pessoas entrevistadas serão seguidas pelo código referente a pergunta do guia de entrevista (Apêndice A), sendo assim: P1 – pergunta 01; P2 – pergunta 02; P3 – pergunta 03; P4 – pergunta 04; PC – pergunta complementar.

da estruturação de mais 15 grupos de geração de renda¹⁵⁶. A autora aponta ainda que, a produção de materiais para a comercialização dos grupos em funcionamento, eram direcionadas para produtos nas áreas da alimentação, artesanato, higiene e limpeza, hortaliças e reciclagem de resíduos sólidos.

Ainda no ensejo da construção de um programa de ecosol no município, foi realizada, em 2002, uma reunião com Mance em que foram elencadas as seguintes proposições para as pessoas presentes¹⁵⁷:

- a) Mapeamento do consumo atual da rede de serviços em geral, como forma de identificar o que representa a necessidade que poderá ser suprida por grupos de produção;
- b) Viabilização de assessoria técnica que contribua na orientação quanto às estruturas formais e legais a serem viabilizadas (ex. organizações, cooperativas, associações, microempresas etc.);
- c) Viabilização de formas e estratégias legais que permitam a prestação de contas de aquisição de produtos da Economia Solidária junto ao Poder Público;
- d) Gestão, junto à universidade, para a formação de grupos técnicos de assessoramento e desenvolvimento da proposta de incubação;
- e) Organização de um Fórum Municipal para que se discuta e desenvolva a ideia de rede e o estabelecimento de critérios de avaliação de empreendimentos solidários;
- f) Mapeamento regionalizado da produção, do consumo produtivo no sentido de promover o cruzamento entre o que se produz e o que se consome no município como um todo e nas regiões;
- g) Identificação, nas comunidades, de espaços públicos (escolas, instituições, igrejas etc.), potenciais locais e estruturas para a divulgação do consumo solidário;
- h) Viabilização de discussões e seminários nas comunidades para avaliar possibilidades de ações de Economia Solidária;

¹⁵⁶ É importante ressaltar que essa organização, via poder público, já existia na cidade visto o Programa Londrina Fome Zero que trabalhava a Economia Solidária em um dos eixos de ação.

¹⁵⁷ No caso, gestores/as públicos e representantes das entidades parceiras na execução do eixo geração de renda do Programa Londrina Fome Zero.

- i) Capacitação das equipes para assessoria;
- j) Proposta de legislação municipal que contribua com o processo de Economia Solidária (tributos municipais etc.);
- k) Envolvimento da Educação tanto no que se refere à discussão com os estudantes, quanto com a organização do consumo junto às Associações de Pais e Mestres;
- l) Integração da população inserida nos programas de renda mínima;
- m) Instituição de (comissão) gestora interdisciplinar e intersetorial;
- n) Reformatação dos programas municipais em desenvolvimento para que se estruturam dentro da proposta da EcoSol;
- o) Identificação de locais de concentração de trabalhadores para a instituição de processos de compra programada (encomendas);
- p) Definição de logomarca para identificação de empreendimentos solidários;
- q) Estrutura de comercialização dos produtos advindos da EcoSol;
- r) Inserção do município e das ações já realizadas no Portal Paranaense da Economia Solidária;
- s) Análise da possibilidade de implementação de “Clubes de Troca” com moeda social (Nishimura, 2005, p. 93-94).

Nishimura (2005, p.94) aponta que:

Observa-se, pelas propostas arroladas, que o desenvolvimento da Economia Solidária envolve um rol de elementos necessários à sua formatação e execução no âmbito da ação pública, dos empreendimentos solidários e da comunidade. Assim, práticas isoladas devem ser repensadas e as atividades executadas articuladamente; o tema é dotado de uma transversalidade e pode ser incorporado tanto nas ações finalísticas do Poder Público, como nos serviços meio; requer infraestrutura de pessoal, física, material e equipamento para o processo de produção, comercialização e consumo; exige a incorporação de uma nova cultura de trabalho; a absorção de uma outra forma de consumo; a participação de diferentes atores na construção deste processo; e no conhecimento da realidade local e na valorização do potencial produtivo de cada território.

Nishimura (2005) ainda aponta que, a partir da reunião com Euclides Mance, uma comissão com representantes do poder público e das entidades executoras do PLFZ se responsabilizaram pela construção do projeto do Programa Municipal de Economia Solidária em Londrina – PMES. Este, segundo

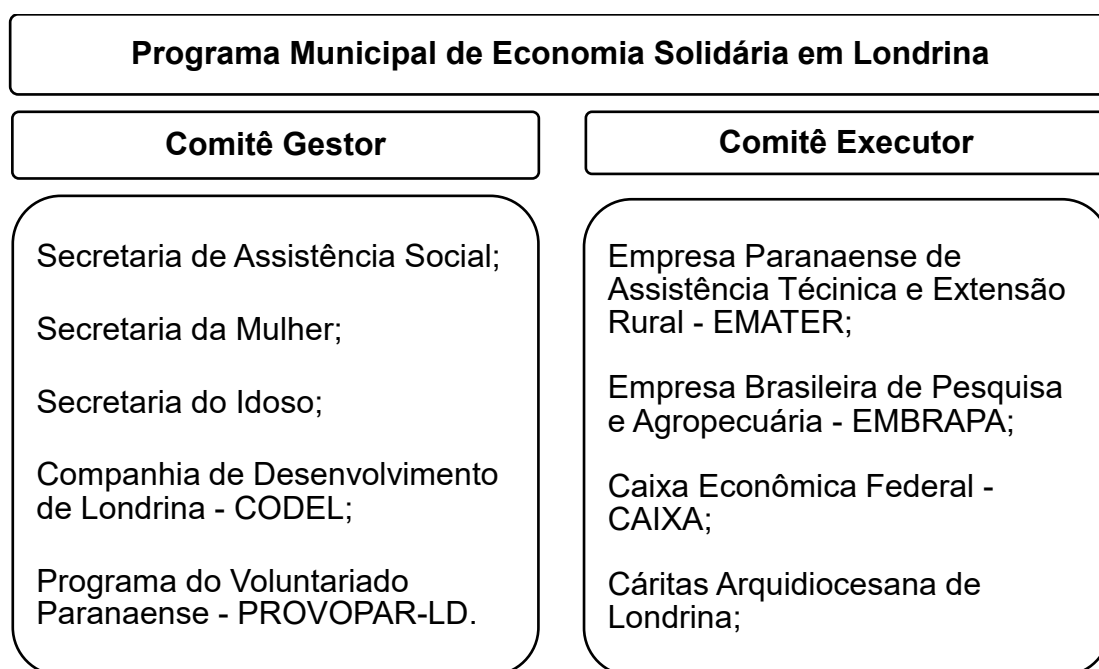
a autora, em 2003 incorporou o eixo geração de renda do Programa Londrina Fome Zero e adotou por propostas:

- a) **Compras Coletivas:** consiste em apoiar e incentivar os grupos de geração de renda a adquirirem insumos para a produção, de forma coletiva, para que possa baratear o custo e melhorar a qualidade. Essa prática contribui para a difusão do conceito da Economia Solidária, fortalecimento da rede de produção e consumo solidários e o fomento a grupos para produção de insumos necessários já utilizados na cadeia produtiva;
- b) **Incubadora Solidária:** constitui-se não enquanto espaço físico para incubação, mas enquanto apoio, orientação, acompanhamento e assessoria aos grupos de geração de renda, ocorrendo dentro do espaço próprio já utilizado para a produção ou, em certos momentos, em espaços da comunidade local/regional e/ou central, conforme a necessidade apresentada, o que pode ser específica a um grupo ou comum aos vários empreendimentos;
- c) **Grupo de Consumo Solidário:** caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações que estimulem a formação de grupos de consumo solidário, a partir de locais estratégicos com concentração de pessoas em um mesmo lugar, o que se configura em espaços religiosos, de trabalho, de lazer, entre outros. A constituição de grupos de consumo solidário permite às pessoas adquirirem, de forma sistemática, produtos advindos de empreendimentos solidários, produzidos não sob a ótica da exploração do trabalho alheio, mas como resultado de uma produção coletiva;
- d) **Estímulo para o consumo solidário:** consiste em desenvolver e viabilizar estratégias para difundir a economia solidária, objetivando gerar o estímulo para o consumo solidário. Significa que, além de inserir a Economia Solidária na agenda pública, ela deve estar presente na agenda comunitária e política. Isso requer um esforço que possa mobilizar a sociedade londrinense por meio de feiras municipais, feiras descentralizadas, eventos de formação, entre outros, assim como o estabelecimento de mecanismos que propiciem aos segmentos estratégicos, como escolas, centros de educação infantil etc., adquirirem produtos advindos da Economia Solidária;

e) Cooperativa de Crédito Solidário: configura-se enquanto uma estratégia de organização dos produtores rurais familiares em sistema de cooperativa de crédito, visando à melhoria das condições de trabalho e vida do agricultor familiar e de sua família. Essa proposição possibilita a permanência do homem/mulher rural no campo, facilitando o acesso ao crédito que responda de forma adequada às suas necessidades e possibilidades. Esta ação, pelo público-alvo atendido, recebe acompanhamento direto da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Diante disso, não será objetivo, nesse estudo, desenvolver um processo de reflexão sobre esta ação específica. (Nishimura, 2005, p.95).

Nishimura (2005) aponta ainda que, quanto à gestão do programa, foi elaborado dois comitês: gestor e executivo. O primeiro era responsável por acompanhar, fiscalizar e deliberar as ações do PMES e, o segundo, operacionalizava as ações do programa. A Figura 14, ilustra esta organização, já contendo as instituições parceiras elencadas no projeto em 2003.

Figura 14 - Comitês de gestão do projeto do Programa Municipal de Economia Solidária em Londrina – PR



Fonte: autoria própria (2023) baseado em Nishimura (2005, p 96)

É possível observar que, desde a sua concepção, o PMES prezava por uma equipe multidisciplinar para atender os grupos de geração de renda. A exemplo disso foi a estruturação de uma equipe executora/técnica, do projeto, mista. Em sua primeira formulação, a equipe técnica, tinha por função a execução das propostas elencadas no projeto do PMES, ou seja, fomentar entre os grupos a compra coletiva, realizar assessoria técnica, desenvolver uma rede de consumo consciente e solidário e a criação de cooperativas sociais/solidárias.

A equipe técnica era composta por dois assistentes sociais e um instrutor de artesanato cedidos pela Secretaria de Assistência Social, bem como, um engenheiro agrônomo, uma assistente social e uma artesã cedidos pelo PROVOPAR-LD (Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária), e ainda, estagiários da Universidade Estadual de Londrina – UEL das áreas de Serviço Social (um), Psicologia (dois) e Administração (três). Totalizado, entre estagiários e profissionais da área, 11 (onze) pessoas na equipe técnica (Nishimura, 2005).

Como apontado no capítulo quatro, Nishimura (2005) relata que, em 2003, em decorrência dos indicativos da reunião realizada em 2002 com Euclides Mance, que teve como um dos encaminhamentos mapear os grupos de geração de renda existentes no município. Com isso, no dia 11 de setembro de 2003, foi realizado o “Encontro de Geração de Renda e Economia Solidária”, com a palestrante Sandra Magalhães, do Banco Palmas de Fortaleza – CE¹⁵⁸.

Segundo Nishimura (2005), houve a participação de aproximadamente 300 pessoas, e na ocasião, os presentes tiveram a oportunidade de debater a experiência desenvolvida pelo Banco Palmas com o crédito solidário, cartão de crédito solidário, mapeamento do consumo da comunidade, com vistas a subsidiar a implantação de novos empreendimentos solidários, e a moeda social própria. A autora ressalta que no encontro foi possível identificar 69 (sessenta e nove) grupos que estavam em funcionamento ou com potencial de se estruturar para a atividade de geração de renda via Economia Solidária.

¹⁵⁸ O Banco Palmas é um banco comunitário, estes são definidos como serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Para mais informações: <https://bancopalmas.com/>.

No ano de 2004 foram realizadas, pelas entidades de apoio e fomento que estavam no âmbito do comitê executor, diversas atividades formativas sobre os conceitos e princípio da Economia Solidária com os grupos mapeados em 2003. Uma ação desenvolvida, que tinha por objetivo fomentar a definição de objetivos comuns intragrupos e intergrupos, foi a organização e vivências coletivas de processos de elaboração de um planejamento grupal nos Núcleos Regionais de Economia Solidária¹⁵⁹, que pudesse, entre outras finalidades, apontar mecanismos e ações de fortalecimento e consolidação da EcoSol no território (Nishimura, 2005).

Sobre esse momento, de levantamento da demanda social e o mapeamento das necessidades coletivas que pudessem ser abarcadas por uma política pública, uma das entrevistadas apontou:

[...] sempre tinha essa proposta de autonomia das pessoas. E como que você adquire autonomia? A gente sempre teve que pelo conhecimento, a gente pode ter autonomia. A gente tem que conhecer. Então, na medida em que essas assistentes sociais, que eram também capacitadas para esse para esse serviço [...] essa discussão era feita em conjunto com próprias famílias, que eram usuárias e que dependiam dessas cestas, desses alimentos para viver. Então isso tudo foi feito um processo de construção, um método muito legal onde pessoas falavam, né, o que pensava que queria, enfim. Então, a gente começou também a dar autonomia, trocando essas cestas básicas para o cupom de alimentos, onde ela saía nos mercados credenciados. Mas isso não parava aí, era necessário que essas mulheres, esses homens, participassem de algo mais. E aí é que a gente buscava nesses territórios o que as pessoas sabiam fazer. Então a gente apostou nisso, mas são coisas que eles pediram. Partiu deles, isso, ninguém impôs (EAF01 – P1).

Ao considerar os apontamentos anteriores trazido pela EAF01, é possível identificar o viés da Tecnologia Social, ou seja, uma tecnologia que se desenvolveu a partir da articulação entre diversos atores e atrizes, com a finalidade de desenvolver soluções tecnológicas que respondessem as necessidades locais (Dagnino, 2010).

Olhando para o cerne da questão da TS, ou seja, o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades básicas da população, Thomas (2009) aponta que:

¹⁵⁹ Estes núcleos seguiam a divisão territorial do município, ou seja: zona rural, zona norte, zona sul, zona leste, zona oeste e centro (Nishimura, 2005). É importante ressaltar que, dado o tamanho da cidade de Londrina, cada região possui características e necessidades próprias.

A geração de novas formas de gestão adequadas ao projeto, à produção, à implementação e à avaliação de TSs inclui não só a acumulação de aprendizagens no plano da política pública e a ação do estado, mas também a habilitação de novos canais de decisão e concepção de estratégias de intervenção. As áreas prioritárias de alimentação, saúde, moradia e energia constituem setores fundamentais tanto para as políticas públicas quanto para as estratégias de desenvolvimento local e regional (Thomas, 2009, p. 49).

No que tange as novas invenções para a geração de políticas públicas e estratégias institucionais de desenvolvimento social e econômico, Thomas (2009) expõe as várias oportunidades para a atuação da TS. Destaque-se a adequação sociotécnica¹⁶⁰, como relação problema-solução não linear no campo da produção do conhecimento; os sistemas tecnológicos e sociais de produção no campo da economia e produção; e a cidadania sociotécnica no campo da política e sociedade. Esta última, apontada como a expressão mais nítida dos direitos dos cidadãos, sendo, segundo Thomas (2009, p. 76), “o caminho mais democrático de projetar, desenvolver, produzir, implementar, administrar e avaliar a matriz material do nosso futuro.” Sendo uma importante chave de leitura para as ações de planejamento, tomadas de decisão e implementação de Políticas Públicas de EcoSol.

As ações supramencionadas pela EAF01, culminaram no “Encontro de Economia Solidária – Um caminho para a cidadania” realizado no dia 26 de abril de 2004. Na ocasião, foi identificado um baixo trabalho em rede entre os núcleos regionais, assim como, era necessário avançar nas ações coletivas entre os núcleos. Uma das estratégias adotadas, foi a articulação de um ponto de comercialização em comum¹⁶¹, a Feira de Economia Solidária e Geração de Renda – FEISOL (Nishimura, 2005).

Nishimura (2005) aponta que foram realizadas diversas edições da feira, que possuía como principal característica e a autogestão. A autora relata ainda que os grupos envolvidos criaram uma comissão para tratarem de assuntos da comercialização nas feiras, assim como, foi elaborado um regimento interno

¹⁶⁰ Processo auto-organizado e interativo de integração de um conhecimento, componente ou sistema tecnológico em uma dinâmica ou trajetória sociotécnica, sócio historicamente situada. Por vezes, dentro desta dinâmica, há os processos de ressignificação de tecnologias e seu trajeto dentro de um grupo (Thomas, 2009).

¹⁶¹ É importante ressaltar que, em decorrência do Programa Londrina Fome Zero, cada região da cidade possuía pontos de comercialização regionalizados (feiras locais). Os grupos de geração de renda, que no futuro vieram a se tornar os empreendimentos econômicos solidários, usavam essas estruturas ofertada pelo município.

contendo as regras e acordos coletivos. A autora complementa que, essa feira em escala municipal, em um dado momento chegou ao seu limite estrutural (espaço físico cedido pela Prefeitura de Londrina para a realização da feira) e uma das estratégias adotadas pelos grupos, em parceria com a equipe técnica, foi a organização de feiras descentralizadas da EcoSol, estas realizadas em locais com grande concentração de pessoas.

Como apontado no capítulo quatro, todas estas ações relatadas entre os anos de 2003 e 2004 resultou, em 2005, na implementação do Programa Municipal de Economia Solidária – PMES. Este tinha como característica a intersectorialidade ao envolver diversas secretarias municipais, tais como: Assistência Social; Educação; Ambiente; Cultura; Saúde, entre outras. O programa se organizava por meio de três linhas de ação, a saber: 1) apoio financeiro aos grupos de geração de trabalho e renda; 2) capacitação conceitual, técnica e de gestão; e 3) apoio a construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo¹⁶² (Nishimura; Rizzotti, 2010).

A primeira linha é caracterizada pelo repasse de materiais e não recursos financeiros, visto o impedimento legal de tal repasse de verba pública. Nishimura e Rizzotti (2010) e Garcia (2018) apontam que os recursos são oriundos do tesouro municipal, precisamente do Fundo Municipal de Assistência Social. Parte desse recurso era repassado ao PROVOPAR-LD, entidade de apoio e fomento à economia solidária responsável em executar o acompanhamento/assessoramento técnico dos EES ligados ao PMES, entre outras ações. É importante ressaltar que para a realização deste fomento, é obrigatória a apresentação de um projeto elaborado conjuntamente com EES.

A segunda linha de ação do PMES na época, era a realização de capacitações conceituais em economia solidária, técnica quanto ao aperfeiçoamento do fazer que contemplasse novas técnicas e o desenvolvimento da capacidade criativa. Além de, capacitação em gestão coletiva inerente a todos EES, ou seja, fluxo de caixa, controle de estoque, planejamento, entre outros. A terceira linha de ação refere-se ao apoio à

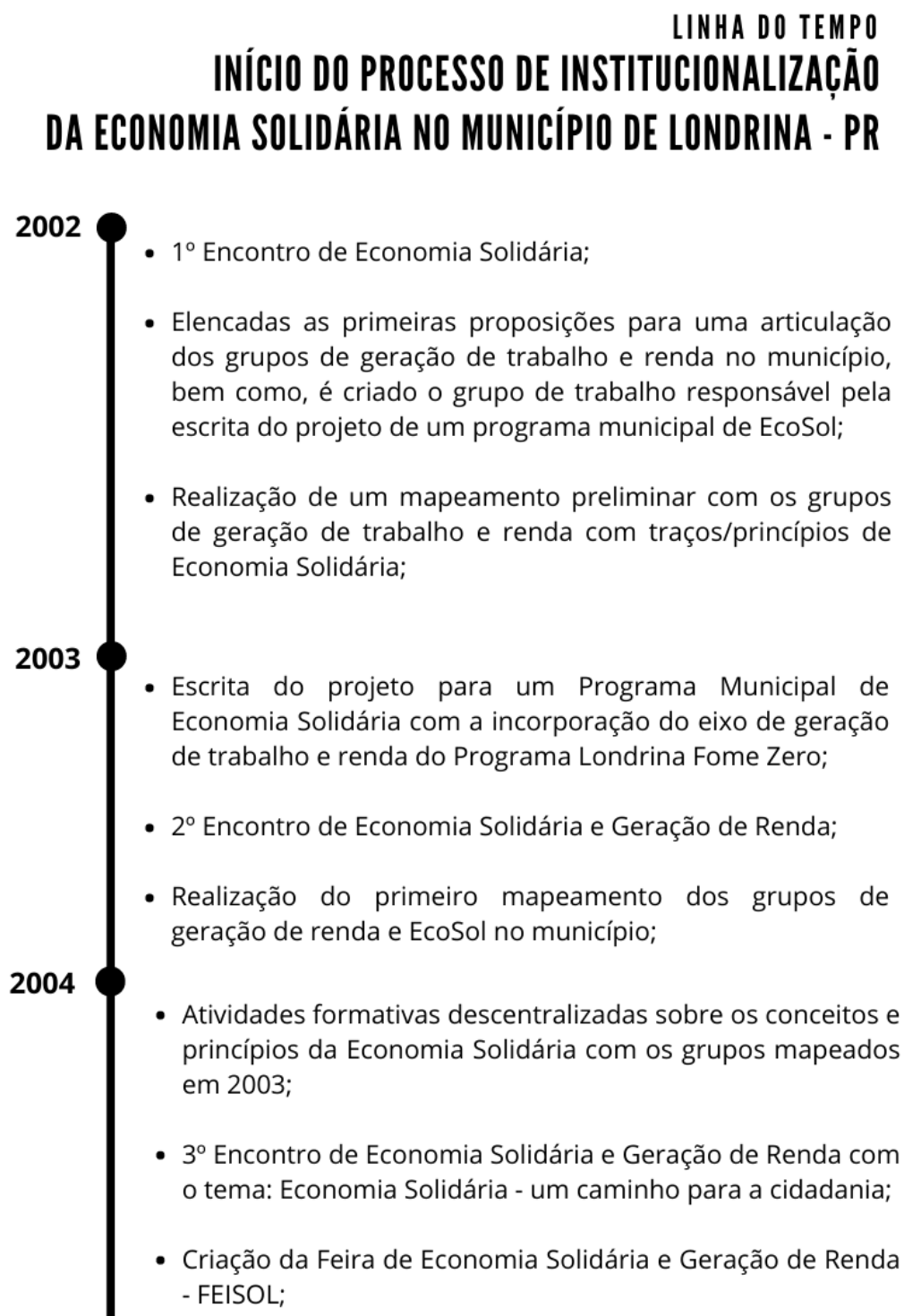
¹⁶² É importante ressaltar que a opção de recorte da pesquisa é para o momento da implementação do PMES e não como ele está estruturado, com suas linhas de ações, atualmente.

construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo (Nishimura; Rizzotti, 2010).

Com o objetivo de estabelecer pontos fixos de comercialização para os EES, uma vez que, essa era uma das demandas dos grupos desde 2003, assim como, auxiliar na construção de redes solidárias de produção e consumo, foi construído em Londrina, com recursos do governo federal em parceria com a Prefeitura do Município, um Centro Público de Economia Solidária – CPES. Este iniciou suas atividades em fevereiro de 2007, e tem por característica ser a referência para a EcoSol do município e a região metropolitana.

Para melhor ilustrar os fatos ocorridos até o momento, é possível observar na Figura 15 o processo inicial de institucionalização da política pública de EcoSol em Londrina no período entre 2002-2008.

Figura 15 – Início do processo de institucionalização da política pública de EcoSol no município de Londrina



continua



Fonte: autoria própria (2023)

Para melhor entender como se deu este processo, a seguir, será apresentado a análise dos fatos descritos nesta seção por meio dos ciclos das políticas públicas e do campo da CTS.

É importante ressaltar que os dados apresentados na transição da atual seção, assim como a próxima, são resultados da categoria de análise: motivações iniciais para a elaboração da política pública local de EcoSol, bem como, a análise de documentos (listados no Quadro 3) e as perguntas 1 e 2¹⁶³ do guia de entrevistas (apêndice A).

Encontra-se também na próxima seção, os resultados da categoria de análise: os meios de participação popular no processo dos ciclos de políticas

¹⁶³ P1: Como foi formulada a política de apoio à economia solidária em Londrina? P2: Qual/Quais foi/foram as motivações iniciais para a elaboração da política pública de EcoSol em Londrina?

públicas da EcoSol local, assim como, a análise de documentos (listados no Quadro 3) e as perguntas 3 e 4¹⁶⁴ do guia de entrevistas (apêndice A).

5.3 A institucionalização da Economia Solidária em Londrina entre os anos de 2002 e 2008: um olhar desde os Ciclos de Políticas Públicas e a CTS

Ao retomar o referencial teórico, Schmidt (2019) expõe que uma das ferramentas para se analisar uma política é por meio de seus ciclos. Visto que, esta oferece um quadro simples de análise, o que favorece, segundo o autor, a inteligibilidade de ações e decisões complexas. Bem como, pode evitar que uma política seja obtida como consequência de um mandatário, além de ser compatível com diferentes enfoques teóricos.

Esta proposta de análise, se enquadra nas motivações iniciais do autor em produzir um conteúdo científico, de fácil compressão para os/as leitores/as, em especial os/as atores e atrizes da Economia Solidária interessados/as em implementar uma política pública local.

O ciclo de políticas públicas, conforme apresentado no capítulo três, sugere observar as políticas como um processo, em fases sequenciais e interdependentes. Contudo, torna-se necessário compreender que, apesar da linearidade e das etapas apresentadas pelo ciclo de políticas públicas, o processo não é linear e em certas ocasiões não há conexão entre as etapas (Muller; Sured, 2002; Schmidt, 2019; Secchi; Coelho; Pires, 2019).

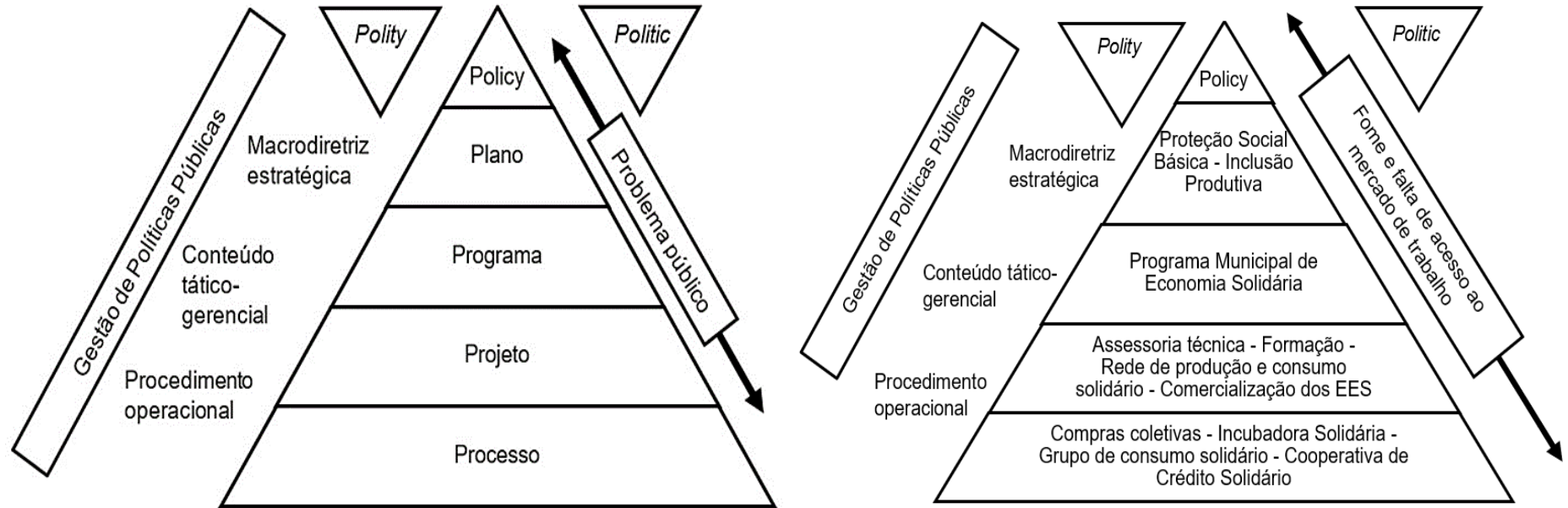
Schmidt (2019) ainda acrescenta três fatores do contexto sociopolítico que precisam ser incorporados às análises do ciclo de políticas públicas: “a) os agentes envolvidos e a correlação de forças entre eles; b) os recursos de poder entre eles utilizados; c) as questões ideológicas e culturais relacionadas à política pública” (p. 131).

Exposto as considerações e retornando a estrutura de operacionalização das políticas públicas, somado ao que foi relatado até o momento com a PP de EcoSol em Londrina, é possível observar que a prática do processo de

¹⁶⁴ P3: No processo inicial da economia solidária de Londrina, quais eram os meios de participação popular das pessoas na política pública? P4: Quais organizações (atores da EcoSol) participavam desses espaços de controle social?

implementação da política local corrobora com o apontado por Secchi, Coelho e Pires (2019), como pode ser observado na Figura 16.

Figura 16 – Estrutura de operacionalização/gestão de políticas públicas aplicada à Política Pública de Economia Solidária do Município de Londrina



Fonte: adaptado de Secchi; Coelho; Pires (2019, p. 12)

Como é possível observar na Figura 16, a macrodiretriz estratégica da Política Pública de EcoSol de Londrina, em seu processo de elaboração, como exposto anteriormente, foi construída com vários atores/atrizes interessados/as pela temática. Além da realização de reuniões e atividades envolvendo diversas secretarias municipais, as organizações não-governamentais, os conselhos de direito, bem como, a realização de uma audiência pública envolvendo os atores/atrizes sociais (Nishimura, 2005), assim como é exposto por Rosa, Lime e Aguiar (2021) e Secchi, Coelho e Pires (2019) ao que tange as ações correlacionadas a macrodiretriz estratégica. É possível correlacionar esse processo com a construção de uma Tecnologia Social como apontado por Dagnino (2010) em que, a tecnologia se desenvolve a partir da articulação entre diversos atores e atrizes com a finalidade de desenvolver soluções tecnológicas que respondem as necessidades locais, no caso, a Política Pública de EcoSol de Londrina.

Toda essa organização em Londrina, a nível de macrodiretriz estratégica, resultou como já discorrido no ponto 5.2.1 deste capítulo, na elaboração de um grupo de trabalho que formulou o plano para a concretização do Programa Municipal de Economia Solidária. Rosa, Lime e Aguiar (2021), expõem que, um plano de uma política pública apresenta a estrutura da intervenção, objetivos e princípios. Em Londrina, o plano apresentava a estrutura e efetivação do Programa Municipal de Economia Solidária, que seria alocado na pasta da Inclusão Produtiva/modalidade²¹⁶⁵ da Diretoria de Proteção Social Básica na Secretaria Municipal de Assistência Social (Nishimura, 2005).

O PMES, nasce¹⁶⁶ com um fundo orçamentário vinculado à secretaria supramencionada. Tendo por objetivo: proporcionar assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários; o fortalecimento de redes solidárias de produção, comercialização e consumo; apoiar iniciativas que promovam a comercialização dos EES (Londrina, 2008). Sendo estes processos referenciados ao conteúdo tático-gerencial, ou seja, objetivos, metas e insumos

¹⁶⁵ No organograma da Proteção Social Básica, do Município de Londrina, há duas modalidades de Inclusão Produtiva. A primeira é destinada para a capacitação técnico-profissional e a segunda para a geração de trabalho e renda por meio da Economia Solidária.

¹⁶⁶ É importante ressaltar que, dada a agregação de políticas públicas, no caso, o Londrina Fome Zero, o programa de EcoSol “nasce” antes da promulgação da Lei Municipal de EcoSol. Sendo esta lei o divisor das ações entre o Programa Londrina Fome Zero e o Programa Municipal de Economia Solidária.

necessários para a execução dos objetivos como é apontado por Rosa, Lime e Aguiar (2021) e Secchi, Coelho e Pires (2019).

Neste intento, no conteúdo tático-gerencial, é possível observar como apresentado na Figura 16, que a gestão do PMES foi organizada de modo intersetorial e extra setorial, ou seja, com diversas secretarias municipais e entidades de apoio e fomento à economia solidária, bem como, uma equipe executora multidisciplinar. É importante ressaltar essa característica da equipe técnica inicial do programa, a multidisciplinaridade e intersetorialidade pode garantir processos mais democráticos de ações, assim como, é valorizada nos campos da Ciência, Tecnologia e Sociedade ao que tange a produção de tecnologias, em especial a Tecnologia Social, bem como a área da análise de Políticas Públicas.

Como exposto anteriormente, a equipe técnica era composta por: três assistentes sociais; dois instrutores de artesanato; um engenheiro agrônomo e estagiários das áreas de serviço social (um), psicologia (dois) e administração (três) (Nishimura, 2005). A ação da equipe também foi apontada nas entrevistas, como é possível observar:

Então eu acho que isso que é legal, porque juntou, naquele momento, uma equipe extremamente envolvida com esse objetivo. [...] À época, não se chamava funcionários, não eram funcionários ainda, mas a gente tinha condições de contratar horas de trabalho de pessoas que eram contratadas para auxiliar, a partir do conhecimento dessas pessoas (EAF01 – P1).

Eu fazia muito pouco artesanato, porque quem fazia mesmo era minha irmã, mas eu achei muito interessante quando as meninas [equipe técnica] falaram na reunião da bolsa escola “na próxima reunião a gente vai falar sobre o projeto para ajudar as pessoas a gerarem renda e quem fizer algum artesanato ou souber de alguém que faz, trazer o produto para apresentar para o grupo, pra ver o que que a gente faz”. Eu convidei minha irmã. Que fazia muito bem, eu fazia quase nada, mas a gente foi, levou os produtos, eles gostaram e começamos, começaram a fomentar a gente (EES01 – P1).

Aí fui até lá, daí teve a reunião, não lembro quem estava lá, mas eu sei que a [cita o nome de uma pessoa da equipe] estava lá, a [cita o nome de uma pessoa da equipe], que acompanhava a gente. Aí a gente mostrou, eles testaram a qualidade, que não era a qualidade de hoje, mas era o que eu sabia fazer. Aí então, fala assim, “bom, a gente vai fazer mais reuniões e a gente vai criar então uma perspectiva de gerar renda” (EES02 – P1)

Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam que, toda essa diversidade de atores/atrizes, pode ser um dos mecanismos para garantir uma ação

capilarizada de uma política pública, tanto internamente com os agentes públicos, como externamente com a população atendida. Como foi possível observar nas falas, e como será visto mais adiante, o papel da equipe técnica foi/é fundamental não só para a capilarização da PP, mas também para adesão das pessoas à política e para a construção do ideário de uma política pública como direito das pessoas e grupos. Traços estes que também são encontrados nos apontamentos de Dagnino (2010) e Lassance Jr. e Pedreira (2004) no campo da TS.

Na área dos procedimentos operacionais, Rosa, Lime e Aguiar (2021) explanam que, neste campo, há a criação de projetos, que são mais específicos e detalhados, que tem por finalidade a execução dos programas. Sendo estes, no caso do PMES na época de sua implementação com os eixos de: compras coletivas; incubadora solidária; grupo de consumo solidário; estímulo para o consumo solidário; cooperativa de crédito solidário (Nishimura, 2005).

É importante ressaltar que neste momento dos procedimentos operacionais, o GT formado para a elaboração do projeto do Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina foi composto somente por representantes da gestão pública e das entidades de apoio e fomento da época. Analisando pelo prisma da CTS, este momento é indispensável a participação das pessoas na qual uma política pública é destinada, a fim de garantir que os/as atores/atrizes da PP não sejam somente um objeto de estudo, mas integrante do processo tecnocientífico (Latour, 2001).

Por outro lado, é preciso considerar o fato deste ser o primeiro momento de planejamento de uma PP de EcoSol no município e no Estado do Paraná. Contudo, desde a sua formulação, o GT buscou que o projeto garantisse a participação ativa das pessoas e grupos cobertos pelo Programa Londrina Fome Zero, como é possível observar na fala de uma das representantes da EAFES entrevistada e que ilustra o contexto local no período do Programa Londrina Fome Zero:

A gente começa então a trabalhar várias situações, por conta do fome zero, a gente começa a fazer outras abordagens com as famílias, nesse movimento das fazer as famílias terem mais autonomia [...] Então isso tudo foi feito um processo de construção, um método muito legal onde as pessoas falavam, né, o que pensava que queria [...], mas isso não parava aí, era necessário que essas mulheres, esses homens,

participassem de algo mais, e aí é que a gente buscava nesses territórios o que as pessoas sabiam fazer. Então a gente apostou nisso, mas são coisas que eles pediram. E com isso também, essas questões dos produtos que eles produziam. Partiu deles isso, ninguém impôs, que vai fazer isso ou não. Partiu dessa construção coletiva no sentido de buscar autonomia. Então a Economia Solidária ela se insere, como algo que a comunidade desenhou e que se viu na economia solidária uma resposta aos anseios daquelas comunidades (EAF01 – P2)

Esta fala da gestora da EAFES corrobora com os apontamentos do EES em que eles eram consultados nas reuniões, porém “os *bastidores a gente não tinha muito conhecimento (sic)*” (EES02), sobre os processos de sensibilização para o projeto da EcoSol e continua:

O que a gente fazia muito era reuniões. A gente fazia muita sensibilização. Quando tinha reunião do Bolsa Escola, a gente ia falar sobre a Economia Solidária, mostrava o nosso produto, falava sobre o que era e tentava trazer mais gente. A gente sempre fez isso (EES02 – P2).

É possível notar que, por mais que os atores e atrizes/usuários da política pública de geração de trabalho e renda não participaram do GT central de escrita do PMES, eles estavam presentes na construção, apontando as necessidades/problemas públicos, ainda em uma perspectiva um pouco mais passiva. O que, neste momento histórico, também não pode ser analisado como errado ou que este processo passional prejudicou o desenvolvimento de uma consciência da coletividade, dos processos coletivos, da resistência de trabalhadores/as em detrimento de ações de sobrevivência como são apontados por Barbosa (2007) e Wellen (2012) diante de programas de economia solidária desenvolvidos por entidades governamentais sem a participação de todos os segmentos da EcoSol.

É possível observar também, a partir das falas das entrevistadas, bem como o exposto até o momento, que o processo de formulação da PP de EcoSol em Londrina também dialoga com os apontamos de Lassance Jr. e Pedreira (2004) sobre os procedimentos e métodos para a construção de uma Tecnologia Social, ou seja: articulação com uma ampla rede de atores sociais; estruturação em uma base flexível possibilitando sua replicação; viabilização por meio das fases de criação (combinação do saber popular com o conhecimento científico), viabilidade técnica, viabilidade política e viabilidade social; articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais. Tais

pressupostos, dá base para afirmar que a PP de EcoSol de Londrina, pode ser considerada uma Tecnologia Social.

Ao dar mais um passo no processo de institucionalização da PP de EcoSol em Londrina, é possível encontrar em Secchi (2015), no campo do estudo de políticas públicas, tal como, Schiochet (2011), na área das políticas públicas de EcoSol, a importância da transformação de programas em legislações. Assim, pode-se assegurar, não em todos os casos como já abordado, que uma ação pública pode-se tornar um instrumento de pressão para a ação do Estado, já não como uma opção de governo, mas uma exigência pública para a implementação de políticas (Schiochet, 2011).

A fim de garantir a ação pública, assim como, desenhar de modo mais concreto as ações de Economia Solidária, no dia 28 de agosto de 2008, é promulgada a Lei nº 10.523 que instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária. Tendo este o objetivo de: [...] apoiar iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade” (Londrina, 2008, p.01). E o intuito de:

Art. 1º: I. Proporcionar a assessoria aos empreendimentos econômicos solidários desde o processo inicial de formação e depois de estruturados, com formação continuada nas áreas conceitual, técnica e de gestão; II. Apoiar a constituição e contribuir para o fortalecimento de redes solidárias de produção, comercialização e consumo; III. Apoiar iniciativas que promovam a comercialização dos empreendimentos econômicos solidários; IV. Promover acesso a políticas de investimento social (Londrina, 2008, p. 01)

A Política Pública Municipal de Economia Solidária é guiada pelos princípios:

Art. 6º. I. Articulação e Integração com enfoque no caráter intersetorial e multidisciplinar, o que permite atuar de forma integralizada com o público a ser atendido; II. Participação e Controle Social; III. Descentralização e territorialização das ações; IV. Desenvolvimento local e sustentável; V. Autogestão, cooperação e solidariedade como foco das ações (Londrina, 2008, p. 01).

Ao que tange os/as beneficiários/as, a legislação coloca que a participação será formalizada por meio de um termo de adesão, assim como o público a ser atendido:

Art. 8º São considerados beneficiários da Política Pública Municipal de Fomento à Economia Solidária, grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, compostos por trabalhadores e trabalhadoras com mais de 16 anos de idade, residentes e domiciliados no Município de Londrina que cumpram ao menos um dos seguintes requisitos: estejam desempregados e/ou se encontrem em situação de vulnerabilidade social e/ou sejam procedentes da agricultura familiar e/ou se encontrem em situação de violência, e/ou indígenas da comunidade local e/ou usuários dos serviços de saúde mental (Londrina, 2008, p. 02).

A descrição dos/as usuários/as aponta que o apoio do PMES à EcoSol não se estende a todos/as que desejam, mas a grupos de pessoas que, de certo modo, passaram ou estão vivenciando alguma desproteção social.

A Lei baliza ainda o PMES como um programa intersetorial, com uma equipe executiva multidisciplinar, sendo essa equipe responsável em operacionalizar, segundo o Art. 5º:

I. Projeto de Assessoria aos Empreendimentos Econômicos Solidários, que assessora, desde o processo de formação dos grupos de geração de trabalho e renda e após a sua organização, propiciando conforme a necessidade, capacitação nas áreas conceitual, técnica e de gestão; II. Projeto de Investimento Solidário, que objetiva o acesso a materiais de consumo para o processo de produção das iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda; III. Projeto Rede Solidária, que visa apoiar e fortalecer a organização de rede solidária de produção, comercialização e consumo; IV. Projeto Oficinas Solidárias, que tem o intuito de propiciar informações sobre a Economia Solidária, da perspectiva do trabalho coletivo, autogestionário, cooperativo e solidário; V. Projeto de Educação para o consumo crítico e solidário, que tem por objetivo sensibilizar diferentes segmentos sobre a Economia Solidária e o consumo justo e solidário; VI. Havendo outras necessidades posteriores, facultar-se ao Programa Municipal de Economia Solidária a formatação de outros projetos que visem o atendimento a suas finalidades, respeitado a disponibilidade orçamentária e mediante aprovação do Conselho Geral de Gestão (Londrina, 2008, p. 01).

Sendo os recursos para o Projeto de Investimento Solidário oriundos da Política Pública de Assistência Social, da área de Proteção Social Básica – Inclusão Produtiva. Este recurso era/é repassado para a instituição que executa o convênio e realiza o repasse de materiais para os EES. Nishimura e Rizzotti (2010) apontam que o fomento realizado pelo PMES está articulado em bases de investimento social, ou seja, condiciona uma contrapartida por parte dos grupos. A contrapartida solidária no PMES ocorre em duas modalidades: 10%

do valor total revertido em produtos para atender atividades e eventos do próprio PMES ou a instituições assistenciais da comunidade; ou, 30% do valor convertido em serviços, como por exemplo, uma troca de experiências entre um EES com mais experiência e um EES que busca criar mais habilidades em uma determinada área. O tempo para execução da contrapartida pode variar de três meses a um ano, porém, concessões de mais tempo podem ser realizadas mediante a avaliação do/da agente que assessora o EES.

Quanto a participação popular e controle social, a Lei da EcoSol de Londrina instituiu o Conselho Geral de Gestão, que, a princípio¹⁶⁷, era composto por 08 (oito) representantes do Poder Executivo das diferentes políticas setoriais que compõem o PMES e que executam a Política Pública de EcoSol no município, 06 (seis) trabalhadores/as da EcoSol, sendo um/a de cada região (norte, sul, leste, oeste, centro e rural) e 02 (dois) representantes de entidades de apoio e fomento à EcoSol (Londrina, 2008).

O Conselho Gestor tinha as seguintes funções:

Art. 16. I. Zelar pelo cumprimento e implementação desta lei; II. Acompanhar as ações desenvolvidas pela Política Pública de Economia Solidária; III. Zelar pela garantia do bom andamento das atividades desenvolvidas pelo Centro Público de Economia Solidária; IV. Apoiar as atividades realizadas que objetivem o fortalecimento da Economia Solidária; V. Contribuir para a elaboração do planejamento das ações da Política Pública de Economia Solidária e do Centro Público de Economia Solidária (Londrina, 2008, p. 05).

Além do conselho gestor, os EES eram estimulados a participarem de outros espaços de controle social, como por exemplo, o Conselho de Assistência Social de Londrina, bem como os Fóruns de Economia Solidária em todas as instâncias, como é possível observar na fala de uma das pessoas entrevistadas:

A gente ia muito para as conferências da Assistência Social. A gente participava em todas. A gente estava sempre lá para falar das dificuldades. Ia falando sobre o projeto “há, mas a gente tem um projeto de economia solidária”, que é isso, isso, isso, falando mais sobre o que era a economia solidária, o que pode ser feito com isso. A gente estava sempre ali. Nas reuniões de bolsa escola também. Daí quando eu comecei a fazer parte, também estava lá e sempre falando. Porque sempre tinha alguém lá. A gente falava “olha quem é assim, assim” a gente estava sempre falando sobre isso. Aí eles [equipe técnica] procuravam sempre para falar. Falava com a gente “quem poderia?” daí a gente sempre tava aí. Levava nossos produtos pra mostrar, “olha

¹⁶⁷ Atualmente esse Conselho não está articulado.

isso que você consegue, você pode fazer.” Aí também teve uma época que a menina que trabalhava na casa da mulher, né, falou com a gente também. Aí, como a gente em contrapartida sobre o fomento que a gente tinha recebido, em contrapartida, a gente foi e deu aula pro pessoal que estava lá. A gente ia e dava aula de tricô, crochê, troca de conhecimento. Era isso que que eles falavam pra gente. “Olha, vocês vão, passa aquilo que você sabe. ‘Mas eu sei pouco.’ O pouco que você sabe, já ajuda” (EES02 – P3).

Ao destacar a última parte da fala da EES02: *“Olha, vocês vão, passa aquilo que você sabe. ‘Mas eu sei pouco.’ O pouco que você sabe, já ajuda”*. Fica nítido um campo fundamental para CTS, que é a valorização do conhecimento tácito das pessoas envolvidas com a tecnologia (em especial a social), da sabedoria popular, nos processos de formulação e viabilização da TS (Dagnino, 2010; Fajado; Bento, 2017; Lassance Jr.; Pedreira, 2004; Latour, 2001).

Aos poucos, alinhado aos processos populares de formação, a participação e presença dos EES em espaços democráticos de tomadas de decisão/arenas políticas vão se concretizando, bem como, a criticidade, a não neutralidade nas opiniões. Com isso, é possível inferir, que tanto a política pública, como os espaços de controle social, ganha características de direito, ou seja, as pessoas começam a compreender que o acesso a projetos e programas são um direito deles/as.

Como apontado anteriormente, somente a lei promulgada não é a garantia da elaboração e implementação de uma política pública. O processo de institucionalização em Londrina aponta que a Lei da EcoSol referendou e orientou as ações que já aconteciam, como é possível observar:

A Lei de 2008 foi um resultado. Então, primeiro, é claro, a gente organiza, a gente formulava todas as teorias, todo embasamento para que a gente pudesse propor a lei, né. Mas muito antes disso a gente viveu isso na prática, até para que a gente pudesse ter as experiências, do que seria mais viável, mais exequível, aí, no ponto de vista da economia solidária, dentro do conceito, para depois então propor a lei (EAF01 – P3).

Este processo de participação na elaboração da lei, também foi apresentado pelo EES entrevistado:

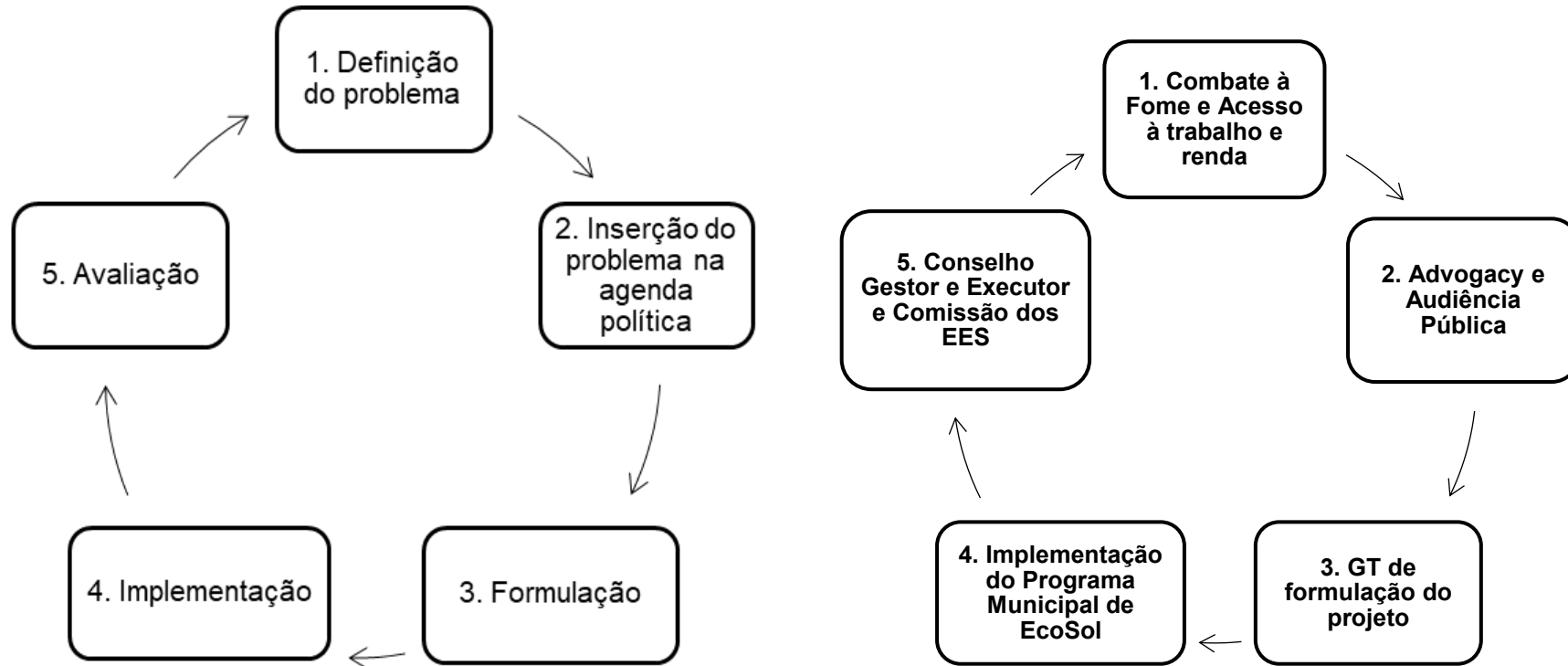
Porque, para a gente construir aquilo lá [o Centro Público de Economia Solidária], a gente precisava ter o dinheiro para fazer e na época

dependia muito de o poder público soltar esse dinheiro. Então, a gente tentou, foi tentando fazer. O projeto de lei, demorou um monte para sair [...] Aí então, a gente começou a se organizar, 'olha vamos participar das reuniões na prefeitura, vamos fazer um abaixo assinado'. Foi feita uma petição, foi feito os abaixo assinados, a gente assinou tudo aquilo [...] A [cita nome da gestora pública] convocou a gente para o Centro Público, depois cada pessoa que saiu de lá e foi para a prefeitura [câmara de vereadores, que no caso de Londrina, todos os poderes ficam no mesmo local], para a gente participar e entregar nossas reivindicações para todos os vereadores. Então aí, a gente fazer a nossa força, né, fez acontecer (EES02 – P3).

Como apontado no capítulo três, o contexto local, bem como o poder de agregação dos atores/atrizes sociais (grupos de pressão) em torno da temática em disputa, dita o tom e o ritmo das discussões e disputas dentro de uma arena política. No caso da EcoSol, este foi o momento, nos ciclos das políticas públicas, de expansão da rede de agregação alinhado com um momento formativo, visto que, a política recém promulgada chegará/chegou a servidores/as públicos/as que, por muitas vezes, desconhecem a temática.

Ao observar a Figura 17, sobre os processos adotados nas etapas do ciclo de política pública, conforme apontado por Schmidt (2019), é possível notar as ações e decisões tomadas pelos segmentos da EcoSol em Londrina.

Figura 17 – Ciclo de Políticas Públicas aplicada à Política Pública de Economia Solidária do Município de Londrina



Fonte: adaptado de Schmidt (2019) e Secchi, Coelho; Pires (2019)

Schmidt (2019) aponta que, uma análise de política pública, tendo como prisma de compreensão seu ciclo, pode evitar que uma política seja recebida como consequência de um mecanismo legal ou de um mandatário, além de ser compatível com diferentes enfoques teóricos. É importante ressaltar que, apesar da linearidade e etapas apresentadas na Figura 17, o processo de Londrina, assim como é apresentado na literatura (Muller; Surel, 2002; Schmidt, 2019; Secchi; Coelho; Pires, 2019), não é/foi linear.

Ao entender uma política pública como um artefato tecnológico, é necessário considerar a participação da população em todos os momentos dos processos, bem como, a não linearidade de seu desenvolvimento, a valorização do conhecimento popular, o reconhecimento do impacto da sociedade/contexto social na construção tecnológica. Este último, reflete na concepção de uma tecnologia não neutra, uma vez que, traduz os interesses de grupos, no caso a Economia Solidária, diferente do modelo tradicional e linear de ciência e tecnologia (C&T). Soma-se a esse constructo a Tecnologia Social, que pode ser entendida como tecnologias voltadas para a resolução de problemas sociais e/ou ambientais, criando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão e de desenvolvimento sustentável (Thomas, 2009), bem como, é desenvolvida a partir da articulação entre diversos atores e atrizes com a finalidade de construir soluções tecnológicas que respondam as necessidades locais (Dagnino, 2010).

Nesta intersecção entre os Ciclos de Políticas Públicas, a Ciência, Tecnologia e Sociedade, e a Tecnologia Social, acontecerá as análises a seguir.

Ao retomar os apontamentos de Schmidt (2019) acerca da análise de políticas públicas, o autor complementa que há três fatores do contexto sociopolítico que precisam ser incorporados às análises: “a) os agentes envolvidos e a correlação de forças entre eles; b) os recursos de poder entre eles utilizados; c) as questões ideológicas e culturais relacionadas à política pública” (Schmidt, 2019, p. 131). Em Londrina, os três fatores apresentados por Schmidt (2019), para a fase inicial das discussões acerca da elaboração de uma política pública, podem ser identificados no Quadro 7.

Quadro 7 – fatores sociopolíticos no contexto inicial dos ciclos da Política Pública de Economia Solidária em Londrina

Fatores teóricos	Fatos em Londrina
a) Agentes envolvidos e a correlação de forças entre eles;	<p>Atores/atrizes dos segmentos da EcoSol e/ou interessados em desenvolver ações de economia solidária no município.</p> <p>O movimento inicial foi protagonizado por gestores públicos e por entidades de apoio e fomento à economia solidária. Os grupos de geração de trabalho e renda, que mais adiante, no processo de institucionalização, passaram a se identificar como EES. Com o tempo, na correlação de forças da arena política da EcoSol, os EES passaram a ter o mesmo poder de discussão e decisão, da mesma forma como os outros segmentos da EcoSol;</p>
b) Recursos de poder utilizados entre os agentes;	<p>O Programa Londrina Fome Zero e a organização de uma rede de agregação, com atores/atrizes sociais externos/as a temática, porém que somaram na realização da pressão popular para a aprovação da Lei municipal;</p> <p>Capilaridade territorial dos agentes públicos para o fomento da EcoSol e estruturar EES;</p> <p>O investimento financeiro direto do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS em parceria com a Prefeitura e a EAFES para o fomento e manutenção inicial do Programa de Economia Solidária;</p>
c) As questões ideológicas e culturais relacionadas à política pública;	<p>A janela de oportunidade que estava aberta, visto que, tanto na esfera federal, como na municipal, estavam sob gestão do mesmo partido político (PT) que tinha a EcoSol como uma das estratégias de superação das vulnerabilidades sociais.</p> <p>A discussão acerca da organização da Economia Solidária também estava em ebulição na esfera estadual e nacional com a articulação do Fórum Paranaense de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.</p>

Fonte: própria autoria (2023)

Com os fatos apresentados no Quadro 7, é possível identificar nuances importantes que favoreceram a criação da política pública de EcoSol no município de Londrina. A partir destes apontamentos, será possível analisar as fases apontadas na Figura 17.

A primeira fase (Fase 1) apontada por Schmidt (2019) e Secchi, Coelho; Pires (2019) é a definição do problema. Em Londrina, dado ao histórico de a ação pública em Economia Solidária, em um primeiro momento, estar alocada dentro do Programa Londrina Fome Zero, o problema público era o combate à fome e falta de acesso, dos/das trabalhadores/as em especial os que se encontravam na linha ou abaixo da linha da pobreza, para a geração de trabalho e renda (Nishimura, 2005).

Para além do combate à fome, o grupo agentes públicos e representantes da EAFES que estavam envolvidos/as, tinham o compromisso da mudança da política pública de assistência social, como pode ser visto:

Então, antes dos anos 2000, a gente vivia uma condição na realidade da assistência social aqui muito diferente, porque era característica do gestor da época, extremamente populista, que via o atendimento a essas famílias como um favor do prefeito. Então na época, o único programa de combate a fome que tinha era a cesta básica. E essas cestas básicas eram entregues com a assinatura do prefeito [...] então, aquelas famílias saiam lá da periferia ou da zona rural, vinham de ônibus pegar sua cesta básica, levava aquelas cestas básicas nas costas, todo mundo vendo, né, expondo essa família com uma cesta básica nas costas. Quando a gente entrou, mas com esse compromisso de modificar a forma de lidar com os usuários, a forma de atendimento, a forma dos benefícios de transferência de renda, não mais cesta básica, mas sim cupom de alimento a época que as pessoas pegavam o cupom, ia direto no mercado fazer suas compras e ela tinha a liberdade de escolher o que elas precisavam (EAF01 – P2).

Este problema local e principalmente a busca em resolver o problema público¹⁶⁸, fomentou as discussões e, por meio do *advocacy* dos atores e atrizes da EcoSol, mobilizou a arena política para a inclusão da pauta da agenda política, como apontado no começo desta seção, com a realização de audiência pública e diversas reuniões com as secretarias municipais e demais conselhos de direito (Fase 2). É possível identificar aqui, traços do que Thomas (2009) chama de cidadania sociotécnica, ou seja, a expressão mais nítida dos direitos dos cidadãos, sendo “o caminho mais democrático de projetar, desenvolver, produzir, implementar, administrar e avaliar a matriz material do nosso futuro” (Thomas, 2009, p.76). Sendo uma importante chave de leitura para as ações de planejamento, tomadas de decisão e implementação de Políticas Públicas de EcoSol.

Schmidt (2019) ressalta que a agenda política nunca é dada, mas que se trata de uma construção permanente, que há constante disputa entre os atores e atrizes. Estes que, para o autor, “trabalham para que alguns temas sejam incluídos na agenda e para que certas alternativas de solução tenham mais atenção que outras” (SCHMIDT, 2019, p. 132). Neste ponto em questão, a Política Pública de Economia

¹⁶⁸ Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam que a construção social dos problemas é um processo altamente politizado, permeado pela pluralidade de preferências, interesses, ideias e valores sociais, dos atores e atrizes envolvidos/as. Uma vez que, partidos políticos, grupos de interesse, organizações não governamentais veem nestas situações a matéria-prima de trabalho, eles/as podem trabalhar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação, também conhecida como agenda (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Solidária de Londrina, diferente do ocorrido, por exemplo, com a própria política estadual de EcoSol, encontrou uma arena de disputa favorável (interesses governamentais, de oposição, dos grupos de interesse não governamentais estavam alinhados¹⁶⁹).

Serafim e Dias (2011) apresentam que:

Um determinado tema é incorporado à agenda quando é identificado como problema passível de se converter em política pública. Esse processo não deve ser entendido como estritamente técnico: a identificação do problema e a construção da agenda envolvem valores e interesses, estão condicionadas a elementos ideológicos e a projetos políticos e refletem as relações de poder entre os atores sociais envolvidos (Serafim; Dias, 2011, p. 314).

E é possível observar os apontamentos de Serafim e Dias (2011) em todo o processo de incorporação da EcoSol na agenda pública do Município de Londrina. É importante notar que, por mais que houve um interesse coletivo na arena política municipal pela temática, os processos foram longos: *“na época dependia muito do poder público, né, soltar esse dinheiro. Então, aí a gente tentou, foi tentando fazer o projeto, demorou um monte para sair.”* (EES02). Entre o levantamento inicial sobre os grupos de geração de trabalho e renda que poderiam se tornar empreendimentos econômicos solidários, realizado em 2002, e a promulgação da lei de implantação do PMES, realizada em 2008, se passaram 06 anos.

Neste ponto, entre a inserção de um tema na agenda política, no caso a EcoSol, e a sua referida implementação enquanto política pública, encontra-se nos ciclos de políticas públicas a fase de formulação (Fase 3). Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam para a necessidade do entendimento da complexidade de um problema social e que, no contexto de uma arena política, as causas e efeitos, se baseiam em ideias e valores distintos, da pluralidade dos atores/atrizes envolvidos. Como resultado, os autores explanam que é possível identificar diferentes níveis de consensualidade ao que tange as definições de um problema social, assim como, seus aspectos mais importantes e, conseqüentemente, as formas de enfrentá-lo.

Schmidt (2019) aponta que, na Fase 3, ou seja, a formulação de uma política pública, há uma proeminência dos atores e atrizes do Legislativo e Executivo, visto

¹⁶⁹ Uma hipótese levantada é que esse alinhamento ocorreu dado Londrina se enquadrar no programa do Governo Federal, na época, para a construção de Centros Públicos de Economia Solidária. O que veio acontecer mais adiante, sendo Londrina a receber o primeiro Centro Público de Economia Solidária do Estado do Paraná.

que, é comum, segundo o autor, a confecção de leis ou regulamentos que explicam diretrizes, objetivos, metas e atribuições das responsabilidades das pessoas/grupos envolvidos com a política pública.

É possível constatar que em Londrina, com a criação do GT de elaboração do projeto do Programa Municipal de EcoSol, houve o domínio da participação dos agentes públicos, assim como, de representantes das entidades de apoio e fomento à EcoSol. Não há registros da participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários nesta etapa. Em relação a esse fato, em entrevista, houve o registro de uma fala: “os bastidores a gente não tinha muito conhecimento” (EES02 – P1).

Com as informações expostas até o momento chega-se em alguns questionamentos: por quais motivos não houve a participação dos EES nesta etapa? Por ser uma fase considerada “técnica” o conhecimento popular foi subjugado como inadequado para o momento? Faltou formação em políticas públicas para a base do movimento da EcoSol estar presente? A política em questão era uma política para a EcoSol e não uma política de EcoSol?

Como apontado, os questionamentos supracitados surgiram ao longo da realização da pesquisa, tais questionamentos podem ser investigados em pesquisas futuras. Contudo, algumas hipóteses podem ser levantadas. O processo de institucionalização, em especial esta fase de formulação de projeto, não foi linear. Ao mesmo tempo em que aconteceram as reuniões de formação para os EES nos territórios, aconteceram as discussões internas para a formulação do projeto, as ações propriamente ditas da EcoSol, como a comercialização em feiras e pontos fixos, a produção, entre outras. Em todas as entrevistas foi possível identificar que o fator de mudança para a livre participação popular nos processos da política pública de EcoSol de Londrina, foi a construção do Centro Público. Este pode ter desencadeado um sentimento de pertença à EcoSol, como é possível observar na fala:

Eu sabia que existia esse projeto, mas assim, a gente nunca foi levado lá, para ver a obra. Só diziam [equipe técnica] assim, “ó, vai ser inaugurado”, “sabe onde é?” Eu falei “não, né”, ninguém sabia. Daí foi onde eles mostraram o espaço para a gente. E aí a gente foi conhecer. Quando já foi para ser inaugurada, aí a gente tomou posse do espaço (EES01 – P1).

Todavia, como exposto ao longo desta pesquisa, a participação popular foi progredindo no decurso do recorte pesquisado, podendo-se afirmar que, as pessoas envolvidas, em especial nos EES, passaram de usuários da política de combate à

fome para atores e atrizes da política de EcoSol. Esta afirmação é resultado dos processos vivenciados, nas formações descentralizadas, bem como nas atividades municipais de EcoSol (feiras, congressos, assessorias etc.), a autogestão da comercialização, a participação nos espaços de controle social, as sensibilizações realizadas pelos próprios EES, o *advogacy* junto aos vereadores.

Superada a fase de formulação da política pública, tomada das devidas decisões acerca da operacionalização e execução, dá-se início a implementação da política (Fase 4). Nesta ocasião o Estado torna-se responsável pela coordenação da política pública e não, necessariamente, pela execução. Em Londrina, este foi o caminho adotado, em que, a Prefeitura, por meio de seus servidores, realizava a gestão da política municipal de EcoSol, enquanto uma Entidade de Apoio e Fomento era a responsável pela execução.

É importante ressaltar que, para a implementação de uma política pública, esta precisa estar vinculada ao orçamento público, a fim de garantir um financiamento adequado. Aqui se encontra um dos grandes obstáculos de muitas políticas locais de EcoSol, em que, há uma movimentação dos atores/atrizes para pressionar, tencionar diálogos e garantir políticas públicas de EcoSol dentro de uma arena política, mas, em muitas ocasiões, para que os processos prossigam e que uma legislação seja aprovada, há de se ceder à vinculação da política ao orçamento público e, conseqüentemente, um financiamento adequado, em resumo, a política pública “nasce” sem um segmento vital para seu sustento e conseqüentemente, a execução de qualquer ação, plano, projeto, programa fica comprometido por falta de recurso.

Em Londrina, o Programa Municipal de Economia Solidária, já em sua criação, via Lei nº 10.523/2008, está vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social que é gestado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em que, uma das cadeiras é ocupada pela EcoSol. O Fundo repassa a verba para a Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária, que executa as ações do programa (Garcia, 2018; Nishimura; Rizzotti, 2010).

A quinta fase dos processos dos ciclos de políticas públicas é a avaliação. Nesta fase, os indicadores sociais¹⁷⁰, geralmente elaborados na fase de formulação, são um dos meios para a realização das avaliações, visto que, estes podem traduzir

¹⁷⁰ Os indicadores sociais não são as únicas métricas para a avaliação de uma política pública. Para mais informações, ler: Secchi, Coelho e Pires (2019).

em termos operacionais as dimensões sociais de interesse da sociedade. “Sua importância está em fornecer subsídios para o planejamento público, a formulação de políticas públicas, o monitoramento da evolução e do impacto das políticas” (Schmidt, 2019, p. 138).

É necessário ressaltar que, a avaliação pode ser realizada em todos os momentos do ciclo de uma política pública, de diferentes maneiras, ou seja, pode acontecer em forma de diagnóstico, monitoramento ou avaliação. O diagnóstico é realizado antes da implementação e tem por finalidade auxiliar a fase de formulação da política pública. O monitoramento é realizado durante a implementação e tem por objetivo fornecer informações dos processos em andamento, assim como, subsidiar possíveis ajustes. A avaliação, realizada após a implementação, tem por propósito verificar o grau de eficácia, eficiência e efetividade da política pública (Rosa; Lima; Aguiar, 2021; Secchi; Coelho; Pires, 2019).

No caso de Londrina, estes procedimentos supramencionados foram realizados. Todos os segmentos da EcoSol pesquisados participaram, em algum momento, como já exposto, de processos de diagnóstico, monitoramento e avaliação. Por exemplo: as reuniões descentralizadas que aconteciam nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, cujo objetivo central era mapear as necessidades/problema social dos grupos de geração de renda e EcoSol, assim como, as formações gerais que eram atreladas com ações de monitoramento. As avaliações eram realizadas dentro dos espaços dos comitês, bem como, nos conselhos de direito, nas reuniões de comercialização, entre outras.

A partir dos apontamentos realizados por Nishimura (2005), é possível observar que, ao longo dos ciclos das políticas públicas, a política de ecosol de Londrina passou por todos os momentos avaliativos. Seja, no diagnóstico realizado em 2002 que pautava a viabilidade e demanda social para a implementação de um programa municipal de EcoSol, bem como, no monitoramento realizado junto aos EES nos núcleos regionais de EcoSol no município, e as avaliações, pós implementação, que aconteciam dentro dos comitês gestor e executor do programa municipal.

Retomando o apontamento de Secchi, Coelho e Pires (2019) sobre a análise de políticas públicas, é possível observar que a política pública de EcoSol de Londrina, foi, em suas fases iniciais, protagonizada por agentes públicos, com pouca ou nenhuma participação dos EES, porém este fato não chega a ser suficiente para que

a política pública de EcoSol de Londrina seja caracterizada como estadista/estadocêntrica, ou seja, com o monopólio de atores estatais.

Fica nítido nos documentos pesquisados, bem como nas entrevistas realizadas, que este período do processo de institucionalização da política pública de EcoSol em Londrina, os/as agentes públicos/as tiveram um protagonismo inicial ao que tange o desenvolvimento das primeiras ações no município. Por meio das atividades do Programa Londrina Fome Zero, os/as agentes públicos/as difundiram os saberes sobre a Economia Solidária com os grupos de geração de renda que foram identificados com um potencial para a articulação e organização em empreendimentos econômicos solidários. Neste ínterim, os/as agentes públicos/as convidaram as Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária para que formações descentralizadas em EcoSol fossem realizadas, assim como, também levantadas as demandas (em relação a geração de trabalho e renda via economia solidária) dos grupos participantes.

Após tal movimento, de mapeamento, formação e fomento descentralizado da EcoSol no município de Londrina, deu-se o desmembramento da EcoSol do Programa Londrina Fome Zero para o Programa Municipal de Economia Solidária. Com isso, começou a gestão tripartite, ou seja, uma gestão composta por representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários, das Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária e representantes do Estado, via Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Dada a base histórica da EcoSol, alinhado com cenário nacional favorável na época, e principalmente aos fatos construídos pelos atores/atrizes da EcoSol, a política pública de EcoSol de Londrina se aproxima das políticas multicêntricas/policêntricas apontadas por Secchi, Coelho e Pires (2019), ou seja, que considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com os atores estatais, como protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

Nesta situação, como apontado no capítulo três, a abordagem multicêntrica/policêntrica, atribui o adjetivo pública a uma política quando o problema que se tenta enfrentar é público, no caso de Londrina, o combate à fome e a geração de trabalho e renda no início dos anos 2000. Nesta abordagem, as políticas públicas são desenvolvidas dentro de um aparato institucional/legal do Estado, porém as

iniciativas e decisões podem ter diversas origens, englobando assim, além dos atores e das atrizes estatais, organizações não governamentais, redes de políticas públicas, entres outros (Secchi, 2015), como fica evidente nos dados apresentados até o momento.

Com essa multiplicidade de atores e atrizes da EcoSol, Schmidt (2019) explana que, em processos democráticos, uma decisão política precisa ser concebida por meio de um processo partilhado, em que, a construção coletiva é o suporte mais potente para as soluções. Tal colocação, nos faz observar, novamente, a área da Ciência, Tecnologia e Sociedade, em que, há uma provocação para o rompimento do pensamento científico tradicional/linear de desenvolvimento. Este que, desconsidera a sociedade em questões decisórias como o mundo do trabalho, a ciência, a tecnologia, as políticas públicas, entre outras áreas (Cutcliffe, 2003; Feenberg, 2004; Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003; Winner, 1986).

Neste intento, o campo da CTS, em especial a Teoria Crítica da Tecnologia com Feenberg (2004), chama a atenção para os elementos envolvidos no processo histórico-social de elaboração de uma tecnologia, que não podem ser desconsiderados por proporcionarem subsídios para o exercício crítico da escolha tecnológica das pessoas envolvidas. No caso da EcoSol em Londrina, tais elementos, ficam bem nítidos no capítulo cinco, corroborando os apontamentos de Dagnino, Brandão e Novaes (2004); Feenberg (2004); Freitas e Sagatto (2014), ao afirmarem que a tecnologia, no caso desta pesquisa a Política Pública de Economia Solidária em Londrina, bem como no Estado do Paraná, são carregadas de valores socialmente específicos dos grupos da EcoSol, assim como, permitindo ser vistas para além de ferramentas técnicas, mas como, segundo Feenberg (2004), estruturas para estilos de vida, sendo estas não neutras e como já abordado, carregada de valores de quem as produziu. Posto isto, chega-se a seguir, as considerações finais deste estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao sentar-se à sombra da grande árvore da Economia Solidária foi possível sentir o chão, contemplar suas raízes, seu tronco e sua copa frondosa, diversa, no estágio em que já se passou o encantamento das flores, contudo, que está no processo dos frutos que hão de vir.

O presente estudo iniciou-se com o debate sobre as raízes históricas da Economia Solidária, suas principais referências na América Latina, na Europa e no Brasil, bem como as intersecções dos campos da Ciência, Tecnologia e Sociedade e o campo do estudo e construção de Políticas Públicas, com a EcoSol. Por meio de análise dos ciclos de políticas públicas, explicitou-se os processos de institucionalização da EcoSol no Estado no Paraná e no Município de Londrina, assim como a participação popular nestas construções. Optou-se pelo prisma de leitura e entendimento das políticas públicas de EcoSol, em especial seus ciclos, como uma Tecnologia Social, ou seja, um produto/artefato tecnológico com técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a sociedade, reforçando os valores que a comunidade escolheu para viver, bem como, que represente efetivas soluções de transformação social (RTS, 2010).

Com isso, chega-se ao objetivo geral da pesquisa, a saber: analisar a participação popular e o diálogo com os representantes do Estado nos processos de elaboração e implementação da política pública de economia solidária no município de Londrina – PR.

Isso posto, constatou-se que, no caso de Londrina, a participação popular foi progredindo no decurso do recorte de tempo pesquisado. Pode-se afirmar que as pessoas envolvidas, em especial os EES, passaram de usuários da política de combate à fome para atores e atrizes da política de EcoSol. Esta afirmação é resultado dos processos vivenciados nas formações descentralizadas, bem como nas atividades municipais de EcoSol (congressos, assessorias etc.), a autogestão da comercialização nos pontos fixos e feiras, a participação nos espaços de controle social, as sensibilizações realizadas pelos próprios EES, o *advocacy* realizado junto aos vereadores para a promulgação da lei municipal.

É importante ressaltar que os apontamentos supracitados só foram possíveis de serem realizados dado a consecução dos objetivos específicos: 1) contextualizar o processo de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária;

2) contextualizar a Política Pública de Economia Solidária da cidade de Londrina; e 3) analisar como se deu o processo de elaboração da Política Pública de Economia Solidária do Município de Londrina.

O primeiro deles foi alcançado mediante pesquisa bibliográfica e documental e resultou na seção 4.2.1 em que são apresentados alguns municípios do Estado do Paraná que possuem legislação que versam sobre a Economia Solidária. Entende-se que uma legislação específica de EcoSol não é o fim pretendido para a realização de ações locais, mas sim, um meio de pressionar o Estado em assumir a EcoSol como um direito das pessoas. Contudo, nesta seção, encontra-se um dos limites desta pesquisa, e se faz necessário, em estudos futuros, um aprofundamento no estudo dessas legislações, bem como, a realização de um mapeamento contemplando os 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Paraná.

O segundo objetivo específico foi alcançado por meio de pesquisa bibliográfica e documental com a leitura e análise de 17 (dezesete) documentos com e sem tratamento analítico. Este, resultou na seção 5.1 que retrata todo o processo de institucionalização da Política Pública Estadual de Economia Solidária. Aqui, encontra-se o preenchimento de uma lacuna teórica e aplicada para o movimento de Economia Solidária no Estado do Paraná, uma vez que, não havia até então, uma sistematização, considerando o rigor científico, deste processo de institucionalização. Compreende-se que, esta seção, é um passo inicial para uma sistematização mais detalhada e aprofundada dos fatos históricos. Recomenda-se também pesquisas futuras nesta linha.

O terceiro objetivo específico propôs a contextualização da Política Pública de Economia Solidária no Município de Londrina. Este foi realizado mediante análise documental e entrevistas semiestruturadas, o que resultou na seção 5.2 do presente estudo. Nesta seção ficam bem nítidas as ações dos atores/atrizes sociais na arena política local, assim como, a correlação de forças entre eles e, no caso, o papel dos partidos políticos, como um grupo de interesse para o estabelecimento de políticas de governo.

O quarto objetivo específico, teve por enfoque, analisar a maneira como se deu o processo de elaboração da Política Pública de Economia Solidária em Londrina. Este, aconteceu por meio de estudo de caso com entrevista semiestruturada e análise de conteúdo com as pessoas da EAFES e EES que participaram dos processos

investigados nesta pesquisa. Este objetivo, resultou na seção 5.3. A partir dos resultados apresentados é possível observar que a política pública de EcoSol de Londrina, foi em sua fase inicial, protagonizada por agentes públicos, com pouca ou nenhuma participação dos EES, porém este fato não chega a ser suficiente para que a política pública de EcoSol de Londrina seja caracterizada como estadista/estadocêntrica, ou seja, com o monopólio de atores estatais. Contudo, é possível afirmar que a PP local de EcoSol se aproxima das políticas multicêntricas/policêntricas, uma vez que, em seus ciclos, agregou os interessados na política pública (EES), organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas para os debates.

Torna-se importante destacar que o presente trabalho apresenta três contribuições teóricas. A primeira contribuição é na área dos Estudos em Políticas Públicas ao apresentar um trabalho aplicado desde a metodologia dos ciclos de políticas públicas. Esse processo foi relevante, uma vez que, a crítica central dos estudos das políticas é o recorte adotado em pesquisas que buscam analisar, de modo pontual, programas, projetos e planos. A opção de fazer as análises, via ciclos de políticas públicas, se deu por meio da motivação inicial do pesquisador em produzir um conteúdo científico, porém de fácil compreensão do uso de técnicas, com uma metodologia reaplicável e com linguagem acessível para leitores/as, externos a academia, interessados na formulação e implementação de políticas públicas locais de Economia Solidária.

A segunda contribuição teórica é no campo da Economia Solidária, em especial na organização do movimento no Estado. O levantamento de leis municipais que versam sobre a EcoSol, bem como, a descrição do processo de institucionalização (linha do tempo), conforme já mencionado anteriormente, era uma lacuna de pesquisas, bem como, de sistematização dos processos realizados pelo movimento nos últimos 20 (vinte) anos.

A terceira contribuição teórica pode ser vista para a difusão introdutória das linhas de atuação aplicadas do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade, na Economia Solidária. Entende-se que a CTS, com a teoria crítica da tecnologia, bem como as discussões em Tecnologia Social têm muito a contribuir com o movimento de EcoSol, desde a proposição de mecanismos de participação popular, o ideário de cidadania sociotécnica, passando pela elaboração coletiva/comunitário de artefatos

tecnológicos, políticas públicas, assim como, toda a estruturação de uma linha de conhecimento científico-tecnológico como a tecnociência solidária, que reafirma a não-neutralidade da ciência e ultrapassa os limites do determinismo tecnológico e a linearidade do desenvolvimento tradicional tecnológico.

Assume-se também, que este estudo apresenta contribuições práticas/aplicadas. A primeira é o compartilhamento de conhecimentos. Estes poderão subsidiar formações para os/as trabalhadores da EcoSol, bem como as EAFES e os Fóruns (municipais, regionais e estadual) interessados na temática de políticas públicas de EcoSol. A segunda contribuição prática é a possibilidade, deste trabalho, subsidiar aperfeiçoamento dentro do próprio Conselho Estadual de Economia Solidária do Paraná, que se encontra, até o fim da escrita desta dissertação, em sua primeira gestão. Entende-se que a ação de um conselho de direito, em especial de EcoSol em nível estadual, dentre todas as funções que lhe cabe, há o fomento para a implementação de políticas públicas locais de EcoSol.

Como em toda pesquisa científica é necessário realizar recortes para o bom desenvolvimento da proposição. Ao realizar os recortes, assume-se que algo ficará de fora, categorizando assim os limites da pesquisa. Como já apontado no capítulo quatro, uma das limitações deste estudo foi a falta de acesso aos representantes do governo que estiveram presentes no momento da formulação e implementação da política pública de EcoSol em Londrina. Outro limite, foi a falta do mapeamento das leis locais de EcoSol em todos os municípios do estado, contudo, esta foi uma opção de recorte, visto que, não haveria tempo hábil para categorizar, processar e analisar todos os dados oriundo do mapeamento.

A partir dos limites da pesquisa, recomenda-se estudos futuros que abarquem um mapeamento completo dos municípios do Estado do Paraná que possuem leis que instituem e/ou fomentem a Economia Solidária. Recomenda-se, também, a realização de um estudo comparado dos ciclos de políticas públicas, ou outra metodologia de avaliação e análise de uma política, entre as políticas de EcoSol em que houve a participação ativa e não concorrente de todas as representações dos segmentos da EcoSol, com as PP de EcoSol em que houve o predomínio, na arena política, de um segmento sob os demais.

Se faz necessário também estudos futuros que realizem uma classificação, e categorização, das legislações em que a EcoSol é o objeto central da lei ou aparece

como secundária, por exemplo, na Lei de Incentivo à Cultura, uma vez que, uma das características das políticas públicas de EcoSol é a transversalidade. Recomenda-se também, pesquisas futuras na linha de sistematização (linha do tempo) dos fatos históricos acerca dos processos de institucionalização da política estadual de EcoSol, assim como, a construção de um manual/subsídio, a partir desta pesquisa, para os/as trabalhadores/as da EcoSol interessados na elaboração de política públicas locais de EcoSol como um mecanismo coletivo de garantia de direitos.

Retornando ao problema geral da pesquisa sobre a falta de consenso entres os/as atores/atrizes do movimento de EcoSol sobre a participação de representantes do Estado, diante dos processos de institucionalização da EcoSol. É possível afirmar, a partir dos resultados obtidos, que é imprescindível a participação de todos os segmentos da EcoSol nos processos de institucionalização. A exclusão de um ou mais segmentos da EcoSol enfraquece a correlação de forças dentro da arena política, bem como, enfraquece o movimento de pressão política necessário para a entrada da discussão na agenda pública. Tal movimento de exclusão, pode, por exemplo, enfraquecer as discussões acerca da implementação de um Fundo Municipal (ou em qualquer outra instância organizativa), o que pode travar toda e qualquer ação ou programas/projetos oriundos da política pública. Sem um investimento público para a política de EcoSol, esta já nasce enfraquecida, sendo necessário o início de um novo ciclo de política pública para a implementação de fundo.

É importante ressaltar, para além de uma visão filosófica/utópica da política pública de economia solidária, a necessidade do fortalecimento estratégico dos processos de institucionalização, estes sendo de modo popular e autogestionário, considerando a Tecnologia Social, impreterivelmente com os segmentos da sociedade civil. Desse modo é possível demarcar, enquanto política pública, as diversas faces da EcoSol, seja contra-hegemônica, econômica, associativista e cooperativista, de geração de trabalho e renda, cultural, de saúde mental, agricultura familiar e agroecologia, educação, social e política. Ultrapassando assim, o entendimento de uma política compensatória para “os/as excluídos/as do mercado” para uma política indutora de um novo modelo de desenvolvimento, pautado em outra dinâmica econômica. Para isso, ressalta-se a importância do estabelecimento do Marco Legal da EcoSol no Brasil, este que é imprescindível para que, as políticas públicas de EcoSol, avancem para o estabelecimento de uma Política de Estado.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016. 246 p.
- ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: concepção, metodologia e avaliação. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- ADDOR, F.; MENAFRA, R. P. (coord.). **Avaliação do PRONINC**: Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Rio de Janeiro: SOLTEC UFRJ, 2017.
- ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGER, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Brasília, DF: SEBRAE, 2004. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT00031436.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT00031436.pdf). Acesso em: 25 mai. de 2021.
- ALBUQUERQUE, L. C. Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? O resgate do termo. In: OTTERLOO, A. (org.). **Tecnologias sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 15-23.
- ANJOS, E. G. dos. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho**: um estudo a partir da economia solidária. Tese de doutorado - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Doutorado em Ciências Sociais. São Leopoldo, 2012. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/elienegomesdosanjos.pdf>. Acesso em 10 de set. 2020.
- ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa, In: **Revista Proposta**. N. 72. Rio de Janeiro: FASE, 1997, p. 6-17.
- BARBOSA, R. N. de C. **A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEATRIZ, M. Z. **Economia Solidária**: os caminhos da autonomia coletiva. Curitiba: Juruá, 2012. 180p.
- BENINI, E. A. **Políticas Públicas e relações de trabalho**: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV. 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Texto de referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária: contextualização e balanço nacional.** 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2ev6VO6>. Acesso em: 1 nov. 2022

BRASIL. Secretaria Nacional De Economia Solidária. Conselho Nacional De Economia Solidária. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015 – 2019): para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.** Brasília: CNES, 2015. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Economia solidária, outra economia acontece. **Cartilha da campanha nacional de mobilização social: dez princípios da economia solidária.** Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Subsecretaria Nacional de Economia Solidária. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. **A participação democrática e o controle social na construção da economia solidária.** 2015. Disponível em: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/rede-gestores-cartilha-01.pdf> Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.759**, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial da União. Edição 70-A; seção: 1, p. 5. 2019a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-759-de-11-de-abril-de-2019-71137335 Acesso em 14 de nov. 2022

BRASIL. **Lei nº 13.844** de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm. Acesso em 14 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de controle Coronavírus.** Plataforma Online. 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 14 nov.2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jun. 2022.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Fortalecimento da Economia Popular Solidária no Brasil.** Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2020. Disponível em: <https://caritas.org.br/biblioteca>. Acesso em 15 nov. 2022.

CASALDÁLIGA, P. Fundació Pere Casaldàliga [Site Institucional] s/d. Disponível em: <https://fperecasaldaliga.org/pt-br/pedro-casaldaliga-frases/>. Acesso em: 08 de set. de 2023.

CHIARIELLO, C. L., FONSECA, S. A., MORAIS, L. P. Abordagem política e institucional da economia solidária na América Latina e a experiência da Senaes no Brasil (2004-2019). **Otra Economía**. jan-jun. 2021.v. 14, n. 25, pp. 76-95. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14925/9578>. Acesso em: 02 jun. 2022.

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. 256 p.

COMUNICAÇÃO. **Deputado Tadeu Veneri (PT)**. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2009. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/index.php/comunicacao/noticias/deputado-tadeu-veneri-pt-1>. Acesso em: 14 de jun. 2023.

COSTA, S. C. D. **Economia popular e economia social solidária: do precário ao plural**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR). 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/36813> Acesso em: 03. nov. 2022.

CUNHA, G.; SANTOS, A. M. dos. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. dos (org.). **Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Almedina, 2011.

CUT (Central Única dos Trabalhadores Paraná). **Reunião entre representantes dos movimentos sociais e parlamentares tenta impulsionar a economia solidária**. CUT, 2017. Disponível em: <https://pr.cut.org.br/noticias/reuniao-entre-representantes-dos-movimentos-sociais-e-parlamentares-tenta-impulsionar-a-economia-solidaria-92b6>. Acesso em 14 de jun. 2023.

CUTCLIFFE, S. H. La emergencia de CTS como campo académico. In: CUTCLIFFE, S. H. **Ideas, máquinas y valores: los estudios de ciencia, tecnología y sociedad**. México: Universidade Nacional Autónoma do México, 2003, p. 07-24
CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAGNINO, R. **Tecnociência Solidária: um manual estratégico**. Marília: Lutas Anticapitais, 1ªed, 2019. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-7080_pt.html. Acesso em: 11 mai. 2021.

DAGNINO, R. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. In: DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2014. p. 207-265.

DAGNINO, R. P.; SILVA, L. F. da. **A Economia Solidária no Brasil: comentários sobre a discussão em curso** (julho 2022).

DAGNINO, R. P. A Tecnologia Social e seus desafios. In: FBB. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FBB, 2004. 187-210 p.

DEVELTERE, P. **Economia social e desenvolvimento: cooperativas, mútuas e associações em países em desenvolvimento**. Bruxelas: De Boeck University, 1998. (abertura econômica).

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). **Subsídios para a economia solidária**. São Paulo: DIEESE, 2014. 104 p.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). **Subsídio incidência política, monitoramento e construção de políticas públicas**. São Paulo: DIEESE, 2022. 35 p.

DINIZ, S. C. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia** [online]. 2019, v. 29, n. 3, pp. 963-985. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/4685>. Acesso em: 17 nov. 2022.

DYE, T. R. **Compreendendo as políticas públicas**. Pearson, 2013.

EID, F. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: Construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** 2007. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/descentralizacao-estado-economia-solidaria-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

FAJADO, R. C. A; BENTO, P. E. G. Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas: avanços e desafios na vivência da autogestão. In: SOUZA, A. R; ZANIN, M. (Org.). **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. 1ª Edição. São Carlos: EDUFSCAR, 2017, p 147-157

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Carta de princípios da Economia Solidária**. FBES, 2003. Disponível em: <http://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 15 de out. de 2022.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Documento orientador VI Plenária Nacional de Economia Solidária**. FBES, 2021.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Plataforma Online**. FBES, s/d. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Manifesto da Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária**. FBES, 2016. Disponível em: <http://fbes.org.br/2016/07/20/manifesto-da-assembleia-popular-do-movimento-da-economia-solidaria/>. Acesso em 14 nov. 2022.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. FBES, Brasília, 2013.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. FBES, Luiziânia, GO. 2012. Disponível em: <https://fbes.org.br/2012/12/19/carta-politica-da-v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/> Acesso em: 15 jun. 2021.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Linha do tempo do movimento de economia solidária**. FBES, s/d. Disponível em: <https://cirandas.net/envolvase/linha-do-tempo-do-movimento-de-economia-solidaria>. Acesso em: 31 de mai. 2023

FEENBERG, A. **O que é Filosofia da Tecnologia?** Trad. Agustín Apaza [Título original: "What is Philosophy of Technology?"]. S.l. n., 2003, p. 01-11.

FEENBERG, A. **Teoria Crítica da tecnologia**. Texto original "Critical theory of technology". Tradução da Equipe de Tradutores do Colóquio Internacional "Teoria Crítica e Educação". Piracicaba: Unimep, 2004.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A. L. S. (Org.). **Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável**. Porto Alegre: Editora Fijo, 2010.

FERREIRA, F. M.; LOMBARDI, L.; SEVERINO, M. R.; CARVALHO, C. R. R.; CAMPOS, F. R. Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 49–69, 2019. DOI: 10.5216/reoeste. v5, n.1. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/reoeste/article/view/60222>. Acesso em: 28 abr. 2022.

FERREIRA, T. R. E. O papel da mídia impressa no processo de configuração do ator da enunciação, participante das manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, N. 8, p. 78621-78635, ago. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/34149>. Acesso em: 20. jun. 2022.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FPES (Fórum Paranaense de Economia Solidária). **Regimento interno**. FPES, Paraná. 2017.

FRAGA, L; SILVEIRA, R; VASCONCELLOS, B. **O engenheiro educador**. In: São Paulo, USP, II Congresso da Rede de ITCPs: Economia Solidária e a Política e a Política da Economia Solidária. 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J-L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de (Org.) et al. **Ação Pública e Economia Solidária - Uma Perspectiva Internacional**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. O Mundo Hoje, v. 24. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, P. **Política e educação.** 2ªEd. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 46ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** 51ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 78ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021c.

FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, p. 302–320, abr. 2014. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/cebape/a/nZRmKWGm5cz:s4K5zCg6LCp/?lang=pt#>. Acesso em: 17.Jun.2023.

FRONZA, C. S.; SCHIOCHET, V.; LACERDA, M. R. F.; RODA, J. Comitê Solidariedade: Redes de Economia Solidária como alternativa à crise do COVID-19. In. PINHO, L.; SILVA, J. H. M.; SENA, A. **Respostas das cooperativas e da economia solidária frente à crise social econômica e sanitária da Covid-19 no Brasil.** Santo André: Coopecesso, 2020. 104 p. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/MIOLO-UNISOL-BRASIL-1-3.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MRR5qdXQ7q6DHZLH3VnMVLN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2021.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.11, n.1, p. 11-19, jan./jun. 2008.

GARCIA, M. R. **As ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR.** 2018. 214 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

GENNARI, A. M; OLIVEIRA, R. **História do Pensamento Econômico.** 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008, 220p., 6. ed. ISBN 978-85-224-5142-5

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2010

GODOY, T. M. P. de. Economia Solidária e Território: Produção de Espaços Democráticos e Participativos. **Otra Economía**, vol. 8, no. 15, 30 Dec. 2014.

Disponível em:

www.revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.815.11,10.4013/otra.2014.815.11. Acesso em: 15 jun. de 2021.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1ªed. São Paulo, SP: Expressão Popular. P. 95 – 120.

2009a. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2021.

HARDING, S. G. **The science question in feminism**. Estados Unidos: Cornell University, 1993

IASKIO, E. L. S. O que é Economia Solidária? In: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: Proec, 2007. 248 p.

IBGE. **Censo Demográfico de 2022**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil. IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 30 jun. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Cidades**. IBGE, Brasil. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>. Acesso em: 28 de mai. de 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Regiões Geográficas do Paraná**. IBGE, 2023a. Disponível em:

https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/41_regioes_geograficas_parana.pdf. Acesso em 27 mai. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Prévia da população dos municípios com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 coletados até dezembro de 2022**. IBGE, 2023b. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 29 mar. 2023.

KINGDON, J. Juntando as coisas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.) **Políticas públicas: coletânea – v. 1**. Brasília: ENAP, 2006, p. 225-246.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANZA, L. M. B., CAMARGO, E. F., MACCAGNAN, L. A., GARCIA, M. R. **Dicionário Popular de Economia Solidária**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. 64 p.

LATOURE, B. Um coletivo de humanos e não-humanos: no labirinto de Dédalo. In: LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 201-246.

LAVILLE, J-L; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.) et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. 1. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p.162-168.

LASSANCE JR, A. E.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas. In: SEIDL, D.; CABRAL, S. S. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 65-82. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/tecnologia-social-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: 11 mai. 2021.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. Anais eletrônicos. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-outil-39_pt.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

LINSINGEN, I.; BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V. O que é ciência, tecnologia e sociedade? In: LINSINGEN, I.; BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V. **Introdução aos estudos CTS**: ciência, tecnologia e sociedade. Espanha: OEI, 2003. p. 119-156 (Cadernos de Ibero-América).

LISBOA, M. **Economia Solidária e autogestão**: imprecisões e limites. In: I Jornadas Economia Regional Comparada - PUC/RS: Porto Alegre, 2005.

LONDRINA. **Conheça Londrina**. Site on-line. S/D. Disponível em [https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/qualidade.xhtml#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal&text=Segundo%20o%20Ipardes%20\(Instituto%20Paranaense,de%20desenvolvimento%20humano%20da%20cidade](https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/qualidade.xhtml#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal&text=Segundo%20o%20Ipardes%20(Instituto%20Paranaense,de%20desenvolvimento%20humano%20da%20cidade). Acesso em: 15 mai. de 2023.

LONDRINA. **História da cidade de Londrina**. Prefeitura de Londrina, 2019. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/historia-cidade>. Acesso em: 28 mai. 2023.

LONDRINA. **Lei nº 10.523, de 28 de agosto de 2008**. Cria o programa municipal de economia solidária, e dá outras providências. Londrina, 2008. Disponível em: <https://www1.cml.pr.gov.br/leis/2008/web/LE105232008consol.html>. Acesso em: 26 de jun. de 2022.

MANCINI, E. **Economia Solidária**: um novo paradigma? In: Seminário Redes de Colaboração Solidária - Construindo uma nova sociedade. Curitiba, 2000.

MEDEIROS, A.; VILAÇA, M.; NUNES, J.; DUBEUX, A. **Economia Solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**. Olinda: MXM, 2018. (Educação popular e economia solidária no Nordeste).

MIRANDA, D. de O. **A democracia dialógica e a economia solidária**. Tese de doutorado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo – RS, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3519/Daniela%20Miranda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 set. 2020.

MOLINA, W. S. L.; SANTOS, A. M.; CARVALHO, A. M. R; ALMEIDA, N. M. C; SCHIOCHET, V. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID - 19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **Otra Economía**, v.13, n.24, p.170-189. 2020. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14914/9547>. Acesso em: 25. ago. 2021.

MORAES, E. **Deputado Hermes Fonseca participa da conferência sobre economia solidária**. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2006. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/deputado-hermes-fonseca-participa-de-conferencia-sobre-economia-solidaria>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas – RS: Educat, 2002.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, É. *et al.* **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NISHIMURA, S. R. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina - Paraná**. 2005. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

NISHIMURA, S. R.; RIZZOTTI, M. L. A. Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L; PITAGUARI, S. O. **Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

NISHIMURA, S. R.; COSTA, O. A. Centro Público de Economia Solidária: o desafio da construção coletiva. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L; PITAGUARI, S. O. **Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: Uma aplicação da pedagogia da participação**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009.

PACHECO, S. C.; TIRAPELLE, T. **Retirada por 10 sessões projeto que institui política de economia solidária**. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2010. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/retirado-por-10-sessoes-projeto-que-institui-politica-de-economia->

solidaria?utm_source=whatsapp&utm_medium=sharer. Acesso em: 14 de jun. de 2023.

PARANÁ. Casa Civil. **Organização dos Poderes**. Curitiba, PR: Casa Civil, [ca. 2018]. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Organizacao-dos-Poderes#:~:text=Pelo%20disposto%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20os,presente%20na%20vida%20dos%20governados>. Acesso em 21 jun. 2022.

PARANÁ. **Lei nº 19.784** de 20 de dezembro de 2018. Publicada no Diário Oficial nº 10339 de 20 de dezembro de 2018. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 2018. Disponível em: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=51724&tipo=L&tlei=0. Acesso em: 15 de jan. 2023.

PINHO, L. Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização. **Le monde diplomatique Brasil**. Acervo Online. 2019 Disponível em: <https://diplomatique.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/> Acesso em 14 nov 2022.

PITAGUARI, S. O. **Economia Solidária no Brasil**: políticas públicas e desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado em Economia Regional). Londrina: Editora UEL, 2010.

PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2015-2019: promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. **III Conferência Estadual de Economia Solidária - COESOL**. 2015.

PRAZERES, F.; SOUZA, C. **Projeto Institui Política Estadual de Fomento à Economia Popular**. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2006. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/projeto-institui-politica-estadual-de-fomento-a-economia-popular>. Acesso em: 14. jun. 2023.

REDE DE GESTORES. **Diretrizes para as políticas públicas de economia solidária: a contribuição da rede de gestores**. Plataforma Online. Disponível em: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/rede-de-gestores/coordenacao/>. Acesso em 13 nov. 2022.

RIBEIRO, A. B. Expansão da economia solidária no sul do Brasil. **Redes**. Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18. nº 1, jan-abr, 2013 pp. 21-42. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056837003.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.

RIBEIRO, L. S. **As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a produção de conhecimento**: uma análise crítica do conhecimento científico produzido no âmbito das ITCPs. 2021. f.200 Tese (Doutorado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

RIBEIRO, L. S. **Economia Solidária**: trajetória, acúmulos e perspectivas. In. IMAP. Ciclo de Debates Estado, planejamento e administração pública. Curitiba, 2016.

RIBEIRO, C. **Planos Estadual e Nacional de Economia Solidária serão discutidos na Assembleia**. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2015.

Disponível em:

<http://www.assembleia.pr.leg.br/index.php/comunicacao/noticias/planos-estadual-e-nacional-de-economia-solidaria-serao-discutidos-na-assembleia>. Acesso em: 14 de jun. de 2023.

RTS (Rede de Tecnologia Social). **Caderno de Debate**: Tecnologia Social no Brasil – direito à ciência e ciência para a cidadania. São Paulo: RTS, 2010.

ROSA E. P. **Políticas Públicas de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. 2013**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79443#>. Acesso em: 15 set. 2022.

ROSA, J. G. L.; LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. **Políticas Públicas**: introdução. 1. ed. Porto Alegre: Jacarta, 2021. 95 p.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020. Disponível em:

<https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wpcontent/uploads/2020/04/Livro-Boaventura-A-pedagogia-do-virus.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 173 p.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019. 272 p.

SEJUF (Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho). **Paraná passa a ter conselho para impulsionar atividades de economia solidária. Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho**. Paraná: SEJUF, 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-passa-ter-conselho-para-impulsionar-atividades-de-economia-solidaria#:~:text=A%20lei%20que%20institui%20a,governador%20Carlos%20Massa%20Ratinho%20Junior>. Acesso em: 14 de jun. de 2023.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. Conceitos e ferramentas para a análise de Política Públicas. IN: BENINI, É. A. et al. **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. V. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 305 – 337.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHIOCHET, V. **Diálogo sobre outras economias**. 28 abr. 2021. 1 vídeo (02'35"). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGriBDSsdgE>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021

SCHIOCHET, V. **A construção de uma economia solidária para superar a crise**. 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/a-construcao-de-uma-economia-solidaria-para-superar-a-crise>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios Em: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. & DAGNINO, R. (Orgs). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. (pp. 443-452).

SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v.3, n. 56, p. 119-149, jan 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rdunisc.v3i56.12688>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SILVA, S. P. Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019). **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, Campinas, SP, v. 3, n. 00, p. e021020, 2021. DOI: 10.20396/rbest.v3i00.15938. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/15938>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SILVA, V. Z. da. Espaços coletivos de trabalho: outros princípios de análise. **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 245–257, 2014. DOI: 10.24220/2318-0919v11n2a2544. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/2544>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SILVA, S.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F da. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental**: Uma análise processual das conferências nacionais de economia solidária. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177576/1/td_2360.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª Edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Prefácio. In: GAIGER, L.I.G. (Coord.), KUYVEN, P.S.; OGANDO, C.B.; KAPPES, S. A. e SILVA, J.K. da. **A Economia Solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo, Oikos, 2014.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A. Economia Solidária no Brasil e o Fome Zero: avanços nas estratégias de redução de desigualdades sociais. IN: ARANHA, A. V. (Org). **Fome Zero: uma história brasileira**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. V. 2. Brasília - DF, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol2.pdf>. Acesso em 01 jun. 2023.

SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, 2006. p. 20 – 45. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 28 abr. 2022.

TEIXEIRA, M. de O. Plataformas Tecnológicas e as práticas de pesquisa em biomedicina - observações preliminares sobre o uso de dispositivos globais e instituições locais. **Sociologias** [online]. 2012, v. 14, n. 29, pp. 312-336. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000100012>. Acesso em: 8 nov. 2022.

THOMAS, H. E.: Tecnologias para a inclusão social e políticas públicas na América Latina. In: OTTERLOO, A. et.al.: **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília-DF: s.n, 2009, p. 25-82.

VARSAVSKY, O. **Ciência, Política y Cientificismo**. Centro Editor de América Latina, 1969.

VASCONCELOS, R. C. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas: Algumas observações. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n.1, jan-jun, 2005, pp. 11 - 28. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74250102>. Acesso em 05 jun. 2022.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP & A, Fase, 2001. (col. economia solidária).

VERONESE, M.; GAIGER, L.; FERRARINI, A. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, Salvador, n. 30, v. 79, p. 89-104, jan.-abr. 2017.

WELLEN, H. A. R. **Para a crítica da Economia Solidária**. 1ªed. São Paulo: Outras Expressões. 2012. 440 p.

WINNER, L. **“Do Artifacts have Politics?”**. In: WINNER, L. 1986. “The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology”. Chicago: The University of Chicago Press, p. 19-39. [Tradução para português por Fernando Manso].

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016, 313P. ISBN 9788584290833.

APÊNDICE A – Guia de entrevista semiestruturada

- Explicar sobre o mestrado e os objetivos do questionário;
 - Pedir para cada pessoa se apresentar e contar como ela/grupo conheceram e começaram a participar da EcoSol em Londrina;
 - Apontar o recorte temporal que quero com as perguntas?
1. Como foi formulada a política pública de apoio à economia solidária em Londrina?
 2. Qual/quais foi/foram as motivações iniciais para a elaboração da política pública de EcoSol em Londrina?
 3. No processo inicial da Economia Solidária em Londrina, quais eram os meios de participação das pessoas na política pública?
 4. Quais organizações (atores da EcoSol) participavam desses espaços de controle social?

**APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E
DADOS DIGITAIS E RESPECTIVA CESSÃO DE DIREITOS**



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Sistema de Bibliotecas

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E DADOS DIGITAIS
E RESPECTIVA CESSÃO DE DIREITOS**

Eu, abaixo identificado, na melhor forma de direito, autorizo, de forma gratuita e sem qualquer ônus, ao pesquisador e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a utilização de meu nome, minha imagem e som de voz, relacionados ao material descrito neste termo, no Portal de Informação em Acesso Aberto (PIAA) e no Repositório Institucional da UTFPR (RIUT) desta Instituição, e em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem, sem ônus ou ressarcimento dos direitos autorais e de acordo com a Lei nº 9.610/1998, a Lei nº 10.406/2002 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito e universal, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretratável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes, produzindo seus efeitos não só no Brasil, mas em qualquer lugar situado fora das fronteiras nacionais.

Identificação:

Nome do Cedente:

RG:

CPF:

Telefone: ()

E-mail:

Título da obra:

Autor da obra:

Local e Data

Assinatura do Cedente